



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – UNIPAMPA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO**

VANIA SEEGER

**O ENFRENTAMENTO DA INDISCIPLINA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL DA ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA DR.
CELESTINO LOPES CAVALHEIRO EM SÃO GABRIEL RS**

Jaguarão /RS

2015

VANIA SEEGER

**O ENFRENTAMENTO DA INDISCIPLINA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL DA ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA DR.
CELESTINO LOPES CAVALHEIRO EM SÃO GABRIEL RS**

Relatório de Intervenção apresentado ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Carmen Regina Dorneles Nogueira

Jaguarão/RS

2015

VANIA SEEGER

**O ENFRENTAMENTO DA INDISCIPLINA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL DA ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA DR.
CELESTINO LOPES CAVALHEIRO EM SÃO GABRIEL RS**

Relatório de Intervenção apresentado ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Educação

Relatório defendido e aprovado em: 25 de agosto de 2015.

Banca examinadora:

Prof^a.Dr^a. Carmen Regina Dorneles Nogueira
Orientadora
UNIPAMPA

Prof^a. Dr^a. Arisa Araújo da Luz
(UERGS)

Prof^a.Dr^a. Jane Schumacher
UNIPAMPA

Prof. . Dr. Jefferson Marçal da Rocha
UNIPAMPA

Dedico este Projeto ao meu eterno amado, Olvidio Medeiros Ilha, por ter sido meu maior incentivador, grande exemplo de luta, coragem e perseverança diante da vida. Tenho certeza de que, de onde estiver, continua torcendo pelas minhas conquistas. Dedico também as minhas filhas Rachel Seeger Ilha e Stephani Seeger Ilha que apesar de tanto sofrimento me incentivaram a não desistir, todos foram meus maiores incentivadores e fontes inesgotáveis de apoio e presença. “E eu entendi que a saudade é como o Amor, nunca para de crescer, porque aqueles que amamos fazem parte do que nós somos mesmo estando longe.” Disponível em: <http://www.mensagens10.com.br/mensagem/12196>

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus pela vida, perseverança e força que me deu para continuar quando o desânimo me abatia.

A minhas filhas Rachel e Stephani, que sempre me incentivaram e me animaram a nunca desistir e me acompanharam nessa jornada, compreendendo que as minhas ausências foram necessárias.

Aos amigos, pelo apoio e incentivo.

Aos colegas e às professoras da Escola Estadual de Educação Básica Dr. Celestino Lopes Cavalheiro que aceitaram participar desta pesquisa, pela disponibilidade e carinho com que me atenderam.

À professora Dra. Carmen Regina Dorneles Nogueira minha querida orientadora que muito me ensinou e foi compreensiva em momentos de dificuldade, pela orientação, apoio e estímulo, pela confiança quando já estava desacreditando, pelo esforço e empenho, sem os quais, com certeza não teria sido possível chegar ao final deste trabalho.

Agradeço aos demais professores, por sua atenção, compreensão e dedicação, que me incentivaram à busca do conhecimento, o que permitiu a realização da pesquisa.

“Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes”.

Paulo Freire

RESUMO

O presente relatório tem como finalidade descrever a intervenção realizada na Escola Estadual de Educação Básica Dr. Celestino Lopes Cavaleiro, cujo foco é compreender as razões do problema indisciplina escolar, nas turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental a fim de efetivar um processo mais democrático e participativo na construção das normas de convivência da escola. Baseado na metodologia de pesquisa-ação, esta intervenção teve como objetivo contribuir para reduzir os casos de indisciplina escolar nos anos iniciais do Ensino Fundamental da Escola Estadual de Educação Básica Dr. Celestino Lopes Cavaleiro. Através de ações desenvolvidas com a participação dos professores responsáveis por cada turma (do 1º ao 5º anos) de forma ativa e interativa e a participação do Conselho Tutelar em roda de conversa com equipe diretiva e Conselho Escolar na busca de informações e esclarecimentos sobre encaminhamentos ao Conselho Tutelar, envolveu-se a participação de representantes do PROERD, que através de rodas de conversa prestaram esclarecimento sobre o ECA. As atividades desenvolvidas possibilitaram a reflexão por parte dos professores, sobre as práticas desenvolvidas na escola, proporcionando caminhos favoráveis à transformação dessas relações a partir de um novo olhar à questão da indisciplina. Foi possível perceber resultados positivos, principalmente no que se refere às relações interpessoais na sala de aula e na escola como um todo. Evidenciou-se assim a necessidade de acompanhamento constante no uso das rodas de conversa. A mudança efetivou-se através do dialogo proporcionando a mudança de postura nas práticas pedagógicas, bem como na forma como se processam as relações no interior do ambiente escolar, possibilitando assim, sua transformação para que na sala de aula se efetive a aprendizagem.

Palavras-Chave: Disciplina. Indisciplina. Convivência. Valores.

RESUMEN

Este informe tiene como objetivo describir la intervención llevada a cabo en la Escuela Estatal de Educación Básica Dr. Celestino Lopes Cavalheiro, cuyo objetivo es entender las razones del problema escolar indisciplina, las divisiones de los primeros años de la escuela primaria con el fin de lograr un proceso más democrático y participar en la construcción de las condiciones de vida de escola. Basado en la metodología de investigación-acción, esta intervención tuvo como objetivo ayudar a reducir los casos de indisciplina escolar en los primeros años de la escuela primaria en la Escuela Estatal de Educación Básica Dr. Celestino Lopes Cavalheiro. A través de las acciones desarrolladas con la participación de los profesores responsables de cada clase (el primero hasta quinto año) activamente y de forma interactiva y la participación del Conselho Tutelar en rueda de conversación con el equipo directivo y del consejo escolar en la búsqueda de información y aclaraciones sobre las referencias a Conselho Tutelar, contó con la participación de un sargento y soldado, representantes de PROERD que a través de los círculos de conversación proporcionaron aclaraciones sobre el ECA. A través de la conversación círculos proporcionado aclaraciones sobre la CEPA. Las actividades permiten la reflexión de los participantes en las prácticas desarrolladas en la escuela, proporcionando formas favorables a la transformación de estas relaciones a partir de una nueva mirada a la cuestión de la indisciplina. Era posible ver resultados positivos, sobre todo en lo que respecta a las relaciones interpersonales en el aula y la escuela en su conjunto. Sólo se presentó la necesidad de una vigilancia constante en el uso de los círculos de conversación. El cambio se llevó a cabo a través del diálogo y hubo un cambio de actitud en las prácticas de enseñanza, así como en la forma en que procesan las relaciones dentro del ámbito escolar, lo que permite su transformación para que el aula se convierte en un aprendizaje efectivo.

Palabras-clave: La disciplina. La indisciplina. La convivência. Los valores.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Invólucro dos desenhos do 1º ano	74
Figura 2 – Agradecimento pela merenda.....	75
Figura 3 – Agradecimento pelas professoras.....	76
Figura 4 – Agradecimento pelo guarda	77
Figura 5 – Agradecimento por ter a pracinha	78
Figura 6 – Agradecimento pela escola	79

LISTA DE SIGLAS

CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EJA – Educação de Jovens e Adultos

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

FNCA - Fundo Nacional da Criança e do Adolescente

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

PPP – Projeto Político Pedagógico

PROERD - Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência

UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 EMBASANDO O ESTUDO DA INDISCIPLINA	19
2.1 ENTENDENDO A INDISCIPLINA ESCOLAR	23
3 ESTUDOS DA INDISCIPLINA NA ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA DR. CELESTINO LOPES CAVALHEIRO E O PROJETO DE INTERVENÇÃO	30
3.1 A INDISCIPLINA NA VISÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR	33
3.1.1 Educação vem de Casa	34
<i>3.1.1.1 Disciplina é ter comportamento</i>	36
3.1.2 Disciplina na Visão dos Professores	37
3.1.3 Disciplina na Visão dos Alunos	39
3.2 AS DIFERENTES VISÕES DA COMUNIDADE ESCOLAR SOBRE A INDISCIPLINA	42
3.2.1 Indisciplina na Concepção dos Pais	42
<i>3.2.1.1 Situações de indisciplina na concepção dos Pais</i>	47
3.2.2 Indisciplina na Visão dos Alunos	49
3.2.3 Indisciplina na Visão de Professores e Funcionários	50
3.3 PROPOSIÇÕES PARA DIMINUIR A INDISCIPLINA	51
3.3.1 Busca de Alternativas para reduzir a Indisciplina na Escola	55
3.4 A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA E A PROBLEMÁTICA DA INDISCIPLINA	57
4 A INTERVENÇÃO E SUA CONCEPÇÃO METODOLÓGICA	60
4.1 EXECUTANDO O PROJETO	62
4.1.1 As Rodas de Conversa	64
<i>4.1.1.1 Primeiro Encontro</i>	65
<i>4.1.1.2 Segundo Encontro</i>	69
<i>4.1.1.3 Terceiro Encontro</i>	71
<i>4.1.1.4 Quarto encontro</i>	72
<i>4.1.1.5 Quinto encontro</i>	72
5 AÇÕES ORIGINADAS DAS RODAS DE CONVERSA	73
5.1 AÇÕES DA PROFESSORA DO 1º ANO COM SUA TURMA	73
5.2 AÇÕES DA PROFESSORA DO 2º ANO COM SUA TURMA	80
5.3 AÇÕES DA PROFESSORA DO 3º ANO COM SUA TURMA	81
5.4 AÇÕES DA PROFESSORA DO 4º ANO COM SUA TURMA	83
5.5 O FENÔMENO <i>BULLYING</i> NO AMBIENTE ESCOLAR	87
5.6 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA PROFESSORA DO 5º ANO COM SUA TURMA	90
5.7 RODA DE CONVERSA COM ESTUDO E DISCUSSÃO DO ECA COM OS ALUNOS	91
5.8 ESCLARECENDO O ECA EM RODA DE CONVERSA COM PAIS E/OU RESPONSÁVEIS	93

6 A INDISCIPLINA E A GESTÃO DA SALA DE AULA E DA ESCOLA	98
7 AVALIAÇÃO	103
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
9 REFERÊNCIAS	107
APÊNDICES	111
ANEXOS	128

1 INTRODUÇÃO

A preocupação com as situações de indisciplina na escola é a marca da minha inquietação enquanto gestora da Escola Estadual de Educação Básica Dr. Celestino Lopes Cavaleiro, atuando na direção escolar desde o ano de 2009 e professora de arte desde 1994. A reflexão sobre a construção do meu conhecimento conduz-me a momentos que foram relevantes, quer na formação acadêmica, quer na atuação como professora, no percurso que venho fazendo de ensinar e aprender e de refletir sobre o agir e sobre o próprio refletir. A escolha da profissão de professora foi motivada no decorrer do curso de Educação Artística quando realizei meu primeiro estágio no magistério, pois aí percebi que já não seria apenas uma profissão, mas também uma missão. Aos poucos fui percebendo que só a educação forma o cidadão, em todas as dimensões e, conseqüentemente, a sociedade.

Atuando como diretora da escola foi possível perceber as queixas por parte dos professores de problemas relativos à indisciplina dos alunos, a partir dos livros de registros. Esta situação acarreta problemas na relação interpessoal entre os alunos, alunos e professores e entre alunos e equipe diretiva.

Neste contexto, considera-se que um dos grandes desafios da escola é enfrentar a indisciplina dos alunos. Os professores, na ânsia de cumprirem o seu papel de educadores comprometidos, encontram barreiras para desenvolver os processos de ensino e de aprendizagem, pois, existem alunos: que fazem barulho, que gritam que são inquietos, que falam alto sem parar, que contestam e os desinteressados pelos conteúdos escolares e ou que são descomprometidos com o horário das aulas e com a realização das atividades exigidas, ou seja, que rejeitam o que é oferecido na escola (VASCONCELLOS, 1995).

O presente relatório descreve a intervenção realizada na Escola Estadual de Educação Básica Dr. Celestino Lopes Cavaleiro, que teve como foco compreender as razões do problema indisciplina escolar, nas turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental, a fim de efetivar um processo mais democrático e participativo na construção das normas de convivência estabelecidas entre as turmas e que serão inseridas no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola.

Com base na metodologia de pesquisa-ação, esta intervenção teve como objetivo **contribuir para reduzir os casos de indisciplina escolar nos anos iniciais do Ensino Fundamental da Escola Estadual de Educação Básica Dr. Celestino Lopes Cavaleiro**, através de ações desenvolvidas com a participação dos professores responsáveis por cada turma e a participação do Conselho Tutelar em roda de conversa com equipe diretiva e

Conselho Escolar onde se buscou informações e esclarecimentos sobre encaminhamentos ao Conselho Tutelar. Os representantes do PROERD prestaram esclarecimentos sobre o ECA nas rodas de conversa divididas em grupos (aluno, pais e/ou responsáveis, professores e equipe diretiva).

Diante da indagação referente ao tema indisciplina escolar buscaram-se entre os professores, equipe diretiva, pais e/ou responsáveis dos alunos do Ensino Fundamental anos iniciais (1º ao 5º ano), desenvolver uma intervenção através de ações que visassem: Contribuir para que os professores dos anos iniciais reflitam acerca de ações que possibilitem a redução das queixas de indisciplina por parte dos professores da Escola Estadual de Educação Básica Dr. Celestino Lopes Cavalheiro. Identificar a concepção sobre disciplina/indisciplina pelos professores, equipe diretiva, funcionários, pais e alunos; perceber, compreender, identificar as estratégias utilizadas pelos professores para lidar com os problemas de indisciplina na sala de aula; analisar os documentos de registros para identificar ocorrência de atos disciplinares ocorridos de julho de 2012 a setembro de 2013; propor, inserir no Projeto Político Pedagógico as normas de convivência estabelecidas; proporcionar encontros com os professores dos anos iniciais através de rodas de conversa, incentivando-os para o desenvolvimento em sala de aula de momentos de escuta e interação entre os alunos; refletir, favorecer com os professores dos anos iniciais sobre o que consideram indisciplina escolar, evidenciando suas concepções sobre: o que é? Quais as causas? Qual o papel do professor frente as situações que considera ato de indisciplina; possibilitar situações propícias para que os professores dos anos iniciais criem em suas rotinas diárias de sala de aula e as normas coletivas de convivência no ambiente escolar.

Os pressupostos teóricos que fundamentam este projeto de intervenção estão principalmente nas ideias de Ferreira (1986), Vasconcellos (1995), Aquino (1996), Tiba (1996), Moraes (1999), Amado (2001), Salerno (2007), Paro (2008), Lück (2010), dentre outros que se considerou relevante para o desenvolvimento do projeto. O diagnóstico da intervenção teve por base a análise dos registros de casos de indisciplina, dos relatos dos professores nas reuniões pedagógicas e para dar fomento a esta investigação foram aplicadas entrevistas para pais, alunos e professores da escola na busca do entendimento dos fatores que levam a indisciplina escolar a partir da percepção de incidência dessa situação na escola.

A intervenção foi realizada a partir de rodas de conversas com a comunidade, pois, mudar um sistema de gestão é tarefa que deve ser pensada por todos; embora haja uma necessidade urgente temos que apostar, considerando que o principal ator de uma escola é o próprio aluno, e todo o processo de gestão deve ser base para a aplicação de uma boa

educação a este aluno, futuro cidadão. E quando falamos em gestão falamos também de democracia em que se “opta pela realização de uma educação democrática que tem no ser humano-histórico sua principal referência – certamente há que se adotarem outros parâmetros metodológicos que levam em conta a condição do sujeito tanto do educando quanto do educador” (PARO, 2010, p.30). Sabemos que qualquer instituição, pública ou privada, funciona com regimes internos baseada em políticas públicas que dão liberdade de ação amparada por leis prévia e definidas constitucionalmente. Assim podemos dizer que a democracia se forma a partir de um conjunto de princípios e práticas que protegem a liberdade humana é a institucionalização da liberdade, tomada pela ação de cada um em que a coletividade fará toda a diferença com a força que tem a união.

Este projeto pauta-se no próprio Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual de Educação Básica Dr. Celestino Lopes Cavaleiro por compreender que o Projeto Político Pedagógico deve sempre ser revisto, pois o sistema educacional e as ações da escola estão em constantes mudanças, mudanças estas que envolvem a Gestão Democrática, uma vez que o documento é de grande importância, pois norteia as ações da escola. A escola, ao preocupar-se em atender às necessidades específicas da comunidade na qual está inserida, planeja seu trabalho com a finalidade de construir uma identidade própria e não se perder nas ações ao longo dos anos.

Evidenciou-se, através das rodas de conversa, que a comunidade escolar ainda não se sentia totalmente parte integrante do processo que envolve decisões e participações dentro da unidade escolar, pois se percebeu que o envolvimento nos encontros para as discussões, ainda aconteciam de forma bem tímida em decorrência da falta de oportunidade.

O método aplicado para o levantamento das questões constou de reuniões para discussões das ações necessárias para a melhoria da instituição e por meio de aplicação de questionários destinados à comunidade e pela equipe de funcionários. As reuniões foram realizadas para apresentação do projeto já existente e discussão das possíveis mudanças, se adequando à realidade atual da escola e a necessidade de serem adaptadas levando em consideração as mudanças ocorridas com o passar do tempo desde a primeira versão do PPP.

A metodologia, além do já mencionado, adota a interpretação de alguns teóricos, bem como leis e estatutos que dizem respeito ao assunto e que servem como suporte teórico e prático na realização das ações do projeto de intervenção.

Desenvolveu-se o plano de ação do projeto de intervenção tendo em vista que se tinha o problema a “indisciplina” e este precisava ter um ponto de chegada para o qual se fez necessário um plano de ação traçado por um caminho metodológico, que segundo Gil, nas

intervenções, a intenção é descrever detalhadamente os procedimentos realizados, e estes devem ser avaliados produzindo explicações plausíveis, sobre seus efeitos, que devem estar fundamentados nos dados e em teorias pertinentes. Segundo o autor, os cruzamentos de dados coletados por meio de diferentes instrumentos, a reflexividade e a validação comunicativa são os aspectos que conferem qualidade às pesquisas qualitativas (BAUER; GASKELL, 2002 *apud* DAMIANI, 2012, p. 5).

Segundo Damiani (2012, p. 8), a metodologia subdivide-se em: a) **método da intervenção** que descreve a prática pedagógica e deve ser detalhado fundamentando-a teoricamente; e o b) **método da avaliação** da intervenção que especifica os instrumentos de coleta e análise de dados utilizados para tal intervenção.

O plano de ação de um projeto desenvolve-se através de etapas, conforme Moura & Barbosa (2006, p.48) “especifica ações, atividades, tarefas e recursos, tendo em vista maximizar a eficiência na realização dos objetivos do projeto de intervenção”, o Plano de ação foi desenvolvido em etapas, sendo:

Primeira etapa: O diagnóstico

Os dados para a realização do diagnóstico partiram da apresentação do projeto à comunidade escolar explicitando o objetivo do projeto de intervenção, com ênfase ao que se refere o tema do projeto. Primeiramente apresentado aos professores e funcionários, em reunião, onde lhes foi entregue o questionário buscando saber dos participantes sobre o seu entendimento quanto ao termo disciplina, indisciplina e o que consideram indisciplina, onde a percebem e em que situações (Apêndice K). Foi encaminhado convite para reunião aos pais na qual se fez a apresentação do projeto, onde também assim como para os professores foi lhes entregue o questionário (Apêndice J) com os mesmos questionamentos feitos aos professores e funcionários, mas incluindo dados que identifiquem a classe social a que pertencem e também dados sobre o grau de instrução dos mesmos, por último foi aplicado aos alunos do 3º ao 5º anos o mesmo questionário (Apêndice L) feito aos professores e funcionários, pois aos alunos do 1º e 2º anos foi feito o diagnóstico através do desenho (Anexo Z1), no qual se buscou o entendimento desses educandos sobre disciplina e indisciplina.

Após a coleta de dados através do diagnóstico foi feito um estudo analisando fatores identificados pelos participantes, os quais foram divididos conforme as causas apontadas. No mesmo questionário foi possível identificar o grau de instrução dos participantes, que são os responsáveis pelos sujeitos do projeto em estudo.

Segunda etapa: Análise das respostas

Nesta etapa foi feita a análise das respostas classificando-as conforme os apontamentos em relação ao entendimento sobre o tema proposto, a partir das análises foi feito estudos divididos em subcapítulos, buscando o referencial teórico que apóia as colocações dos participantes.

Terceira etapa: Palestras

Nesta etapa trabalhou-se com palestras onde se fez a conscientização dos educandos sobre a formação de cidadania e valores morais e éticos.

Para os pais e/ou responsáveis foi oferecido o **PROERD**¹ de pais, onde foram trabalhados os mais diversos assuntos do que trata o Programa tais como: [...] *uma ação conjunta entre as Policias Militares, Escolas e Famílias, no sentido de prevenir o abuso de drogas e a violência entre estudantes, bem como ajudá-los a reconhecer as pressões e as influências diárias que contribuem ao uso de drogas e à prática de violência, desenvolvendo habilidades para resisti-las.*²

Quarta etapa:

Esta foi uma etapa de grande relevância, visto que nesta foi construída as normas de convivência elaboradas pelos estudantes a partir de rodas de conversa e discussões relativas às etapas anteriores na qual fizeram a construção coletiva das normas de convivência e estas então farão parte do Projeto Político Pedagógico.

Quinta etapa: Avaliação.

Esta foi feita com base no envolvimento dos sujeitos e nas discussões para a elaboração das normas de convivência e a inserção das mesmas no Projeto Político Pedagógico, pois a avaliação é composta por dois elementos, os **achados relativos aos efeitos da intervenção sobre seus participantes dos achados relativos à intervenção propriamente dita** (DAMIANI, 2012, p. 12).

¹ O Programa Educacional de Resistência às Drogas - PROERD é a adaptação brasileira do programa norte-americano *Drug Abuse Resistance Education* - D.A.R.E., surgido em 1983. No Brasil, o programa foi implantado em 1992, pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, e hoje é adotado em todo o Brasil; conta com três currículos:

1-PROERD para Educação infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental,

2-PROERD para 4ª série/5º ano do Ensino Fundamental,

3- PROERD para Pais/Responsáveis. (<http://www.proerdbrasil.com.br/oproerd/oprograma.htm> (acesso em 22/11/2013))

² <http://www.proerdbrasil.com.br/oproerd/oprograma.htm>(2013)

Cada um dos sujeitos da intervenção recebeu um caderno de registros personalizado (decorado e identificado), que serviu como portfólio de avaliação, dos participantes da intervenção. A utilização de portfólios para avaliação é sinalizado por Villas Boas (2004) como um dos procedimentos avaliativos que melhor condizem com a avaliação formativa. Para a mesma autora o portfólio apresenta a possibilidade da produção pelos próprios sujeitos avaliados, sendo estas as evidências de que ocorreu aprendizagem. “O portfólio possibilita avaliar as capacidades de pensamento crítico, articular e solucionar problemas complexos, trabalhar de forma colaborativa [...]” (VILLAS BOAS, 2004, p. 117).

Com a utilização do portfólio como instrumento de avaliação poderão ser analisadas as últimas reflexões comparadas as primeiras, do início da aplicação dos questionários e, a partir desses dados, monitorar se a intervenção possibilitou mudanças em relação à (in) disciplina dos alunos. Além da função avaliativa, o portfólio servirá como um eixo norteador do trabalho pedagógico, onde os sujeitos são corresponsáveis desde a sua organização como na prática diária na sala de aula na função de planejamento, execução e avaliação das práticas desenvolvidas em relação ao que propõe o projeto.

O diagnóstico do projeto de intervenção teve como objetivo identificar a concepção sobre disciplina/indisciplina, em que foi aplicada uma entrevista na forma de questionário para os professores dos anos iniciais, equipe diretiva, funcionários, pais e alunos. A entrevista partiu do seguinte roteiro de questões: O que você entende por disciplina? O que você entende por **indisciplina**? O que você considera indisciplina? Onde você percebe a indisciplina e em que situações? Também fez parte do diagnóstico os registros feitos em caderno de Atas, de atos disciplinares entre os alunos.

Ao se fazer o diagnóstico da escola, através da revisão e discussão do Projeto Político Pedagógico, o qual viabilizou também a identificação das potencialidades, dos pontos fortes; aspecto positivo da realidade escolar e nessa relação tem a identificação, tanto das fragilidades, como das potencialidades, e, se entendermos, então, que o diagnóstico ultrapassa o simples levantamento de dados e, também que não se trata apenas de fazermos críticas focadas em aspectos negativos ou nas fragilidades da instituição escolar; destacamos, então, que o diagnóstico tem por finalidade identificar os problemas mais relevantes da comunidade escolar que necessitam de intervenção, mas, ao mesmo tempo, também propicia a identificação dos pontos fortes, e inclusive redirecioná-los como suporte à resolução e da problemática identificada.

Dessa forma, o PPP caracteriza-se por sua contínua necessidade de atualizações, mudanças e reflexões que podem gerar novas reorganizações mediante acompanhamento e avaliações permanentes a fim de propiciar intervenção significativa na realidade escolar.

Como podemos verificar, nas reflexões teóricas e, principalmente, a partir das leituras de Vasconcellos (1995) e os aspectos que ele aponta como influenciando a indisciplina, vários elementos podem ser estudados, quando se trata de um tema tão amplo e complexo como este. Decidimos, porém, nos deter nesta investigação às questões ligadas a apenas alguns destes aspectos os quais foram apontados nos questionários aplicados aos alunos, pais, funcionários e professores quando estes responderam sobre disciplina, indisciplina e como estes percebem o fato da indisciplina na escola.

Optar por um estudo dessa natureza justifica-se pelo motivo dele construir-se em uma das questões que deixou de ser algo esporádico no dia-a-dia de profissionais da educação, para se tornar um dos grandes desafios pedagógicos dos dias atuais. Exceto alguns profissionais, a maioria ligada à educação, não sabe ao certo como lidar com o estudante considerado indisciplinado. Percebe-se (através da entrevista) que para cada pessoa a indisciplina assume uma acepção diferente, por outro lado, analisar o papel que a escola e seus profissionais têm na questão indisciplina não deixa de ser novidade, uma vez que foca-se a atenção nos alunos. Sem entrar em discussão de causalidade, entendemos a forma com que as relações são estabelecidas na escola, podem demonstrar como professores e instituição têm seu papel de responsabilidade nos processos de indisciplina, ao mesmo tempo em que se apontam caminhos para uma possível superação, desta forma, consideramos de fundamental importância uma investigação sobre o tema em estudo.

A escolha em realizar o projeto com as turmas do 1º ao 5º ano justifica-se por serem estes os alunos que permanecerão por mais tempo na referida escola e porque houve a solicitação por parte dos professores e da própria equipe diretiva da escola, de que o projeto acontecesse nestas turmas, pois é preocupante que certas situações aconteçam nesta faixa de idade, que está entre seis e onze anos de idade.

2 EMBASANDO O ESTUDO DA INDISCIPLINA

Para tratar do assunto indisciplina escolar foi necessário considerar a construção de alguns conceitos as concepções das práticas pedagógicas que envolvem a indisciplina e a disciplina. Os referenciais apresentados constituem a base legal e teórica para as análises deste projeto posteriormente apresentadas os quais foram selecionados a partir de uma concepção de gestão escolar democrática, por ser esta a linha orientadora do Curso.

Diante das considerações iniciais abordadas no diagnóstico da entrevista através de questionário, a proposta de intervenção foi pensada, aproximando-se da realidade que no momento tanto nos aflige na escola, tentando compreender quais questões tem provocado a indisciplina em nossos alunos, de que forma podemos estar dialogando com as questões que já estão constituídas no PPP da escola, como fazer deste espaço escolar um espaço prazeroso de pertencimento aos educandos e seus profissionais? A escola apresenta-se como um espaço de gestão democrática qualificado e tem conseguido enquanto escola, dialogar com os diferentes participantes envolvendo-os na tomada de decisão, proporcionando espaços de diálogo, tivemos o cuidado de trazer a discussão real e necessária das questões que movem a escola com decisão democrática sobre o tema indisciplina escolar que necessitou de uma proposta de intervenção para qualificar os espaços de convivência.

A escola até pouco tempo era dirigida com certo autoritarismo onde interessava a formação de seres passivos, sem capacidade de escolher e decidir, e o que se espera de uma escola nos dias atuais é que esta estimule a formação de cidadãos críticos, capazes de tomarem decisões, decidindo seu próprio destino onde estes sejam participativos no meio o qual estão inseridos.

Democracia não é apenas uma ideia e um ideal a atingir, mas é um modo concreto de vida, um processo de experiência que vai enriquecendo o próprio processo, o qual, desta forma, avança (DEWEY *apud* NEUTZLING, 1984, p. 87).

É preciso que a cada dia desenvolva-se a democracia, para que, como cidadão se possa lutar pela manutenção dos direitos, e ampliação de novos sem deixar de cumprir com os deveres; a escola é espaço fundamental para o desenvolvimento da democracia participativa, pois, além de favorecer o exercício da cidadania consciente e comprometido, possibilita que:

Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que estão em torno da escola e dentro da escola, no sentido de participarem e tomarem um pouco para si o sentido da escola também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco

ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós, que é o de assumir esse país democraticamente (FREIRE, 2006, p. 7).

De acordo com o autor, importa, pois, construir uma educação de qualidade e de inclusão social, oferecendo condições reais de educação, garantindo a permanência e o sucesso de todos num processo de aprendizagem significativa. Que esta seja uma educação comprometida com a emancipação humana e com a democratização da sociedade levando a construção da autonomia com responsabilidade e liberdade em todos os cidadãos e cidadãs.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que traz em seu artigo Art.3º, inciso VIII que trata dos princípios, nesse contexto, salienta-se que experiências de vida possibilitam um educar a si mesmo, uma leitura e interpretação dos acontecimentos históricos contribuindo para com o próprio bojo escolar. Sendo assim, a LDB, Lei nº 9.394/96, orienta: “Art. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino”.

Recorro à lei como aporte teórico para sustentar esse trabalho que fala sobre a indisciplina, mas que será abordada através da relação efetiva da gestão democrática para o desempenho escolar dos alunos, sendo assim faz-se necessário falar sobre alguns aspectos diretamente ligados a essas questões, quando o artigo 205 da Constituição Federal discorre que: [...] a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania sua qualificação para o trabalho.

Sendo assim, a escola tem como função instrumentalizar o aluno para a compreensão da realidade, com vista à formação de um ser histórico, criador, crítico, produtivo e transformador, “porque gestão é processo de enfrentamento de desafios e não de classificação de problemas” (LÜCK, 2010, p. 200).

Um bom gestor é aquele que desenvolve metas junto com a comunidade escolar, buscando assim parcerias nas dificuldades que possam surgir, sem medir esforços para tornar agradável o ambiente escolar. No momento que conseguirmos o envolvimento de todos, comprometidos com o patrimônio, com a qualidade daquilo que se quer transmitir aos alunos teremos então uma escola democrática e de qualidade. Conforme Vasconcellos (1995, p. 88), “Os sujeitos querem ser reconhecidos, uns pelos outros, amados, notados, eles desejam ter valor para os outros. Cada um deseja ser engendrado, reconhecido e revelado pelo outro como merecedor de sua estima.” Assim, a escola tem o papel de construir cidadãos autônomos, responsáveis participativos.

A aproximação entre tomada de decisão e ação não apenas garante a maior adequação as decisões e efetividade das ações correspondentes, como também é condição de formação de sujeitos, de seu destino e maturidade social (LÜCK, 2013, p. 64)

Lück (2013, p. 64) nos aponta sobre a *tomada de decisões como garantia para efetivar as condições de formação dos sujeitos*, e essa garantia será efetiva na medida em que tomarmos consciência que temos que envolver e comprometer toda comunidade escolar com finalidades afim.

Há algum tempo a questão da indisciplina deixou de ser um evento particular da escola para ser tornar um dos grandes problemas escolares da atualidade, por ser considerado um obstáculo para o rendimento da aprendizagem, para analisar o fenômeno da indisciplina no Ensino Fundamental anos iniciais, parte-se do diagnóstico apontado através dos registros em caderno próprio e consequentes reclamações de alunos em relação aos seus colegas diante da falta de respeito em sala de aula e do olhar do professor, por acreditar que estes vivenciam cotidianamente os problemas em sala de aula além de buscar entre os próprios autores. Desta forma, todas as ações de intervenção, serão entendidas como uma especificidade ampla, que não corresponderá somente à transformação de um grupo (Ensino Fundamental séries iniciais), mas de forma geral toda a escola. Passos (2011, p.32) afirma que:

Nos últimos anos a problemática da indisciplina tem representado uma preocupação cada vez mais generalizada no quadro dos diferentes sistemas educativos e familiar. O fenômeno é por si só tão complexo e nele intervêm tantas variáveis de diversa natureza que não nos parece possível oferecer ou apontar soluções de sucesso garantido.

Segundo Vasconcellos (1995), um dos “dificultadores” do enfrentamento da problemática disciplinar é que o educador não dispõe de uma concepção, de um método, de uma ferramenta eficiente, ele diz que o docente tem uma série de “ideias bonitas” sobre a disciplina, mas não consegue colocá-las em prática. Nesse contexto, o autor aborda três dimensões: “a falta de análise dos determinantes, a falta de clareza de objetivos, a falta de medições concretas, bem como a falta de mediação entre as três dimensões básicas” (VASCONCELLOS, 1995, p. 17).

Para Vasconcellos (1995), pode-se dizer que se faz necessário buscar a conscientização da comunidade educativa em torno de um novo sentido da disciplina. O autor questiona: “Como se dá a conscientização? Temos, pois, que partir da realidade, refletir sobre ela de forma a despertar o desejo, a vontade política o compromisso de se construir algo

diferente, buscar junto o que seria isto e colocar isso em prática; voltar a sentar em conjunto, refletir sobre a prática.” (VASCONCELLOS, 1995, p. 17), como representado através do quadro que segue:

Esquema Ação-Reflexão-Ação

PROBLEMA	ANÁLISE	SOLUÇÃO	ANÁLISE
Prática ⇔	Reflexão ⇔	Prática ⇔	Reflexão
Percepção sincrética	- Análise da realidade; - Projeção da finalidade; - Planejamento das formas de mediação;	- Atuar na realidade.	- Reflexão crítica e coletiva.

Fonte: Vasconcellos (1995, p. 17).

A forma como se estabelece a relação professor-aluno é a base para o enfrentamento dessas questões desta forma pretende-se atuar junto aos professores da escola, no sentido de promover reflexões para que eles se sintam corresponsáveis no processo de enfrentamento da indisciplina e se assumam como possíveis agentes de transformação da realidade encontrada na escola. Dessa forma, através de relações interpessoais bem estruturadas é possível formular novas concepções, novas regras e provocar novas formas de pensar e agir no sentido de contribuir para transformações no interior da escola favorecendo uma efetiva gestão democrática e compartilhada sem que esta perca a sua “real identidade”.

“A expressão real identidade da escola nos remete a indagações: como conceitua-la, como instituição e/ou organização?” (SALERNO, 2007, p. 47). O autor continua em seu texto, “se vista como instituição, então a escola é definida como um conjunto de normas controladas por um sistema de valores” (SALERNO, 2007, p. 47). Construir a identidade está relacionado em consolidar o Projeto Político Pedagógico da escola, pois este é o elemento norteador, o que possibilita planejar aquilo que se tem a intenção de fazer, ou seja, planeja-se o futuro. Um futuro diferente do presente, como afirma Gadotti (1994, p. 579),

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores.

2.1 ENTENDENDO A INDISCIPLINA ESCOLAR

Extraí-se do Dicionário Aurélio o seguinte conceito de disciplina - Regime de ordem imposta ou livremente consentida; Ordem que convém ao funcionamento regular duma organização (militar, escolar, etc.); Relações de subordinação do aluno ao mestre ou ao instrutor· Observância de preceitos ou normas, · Submissão a um regulamento.

Como definição da palavra indisciplina, segundo também o Dicionário Aurélio, temos: Procedimento, ato ou dito contrário à disciplina; desobediência; desordem; rebelião.

Já Tiba (1996) define disciplina como “conjunto de regras éticas para se atingir um objetivo. A ética é entendida, aqui, como o critério qualitativo do comportamento humano envolvendo e preservando o respeito, ao bem estar biopsicossocial”.

Para Silva (2004), a palavra indisciplina é habitualmente utilizada para definir todo e qualquer comportamento que seja contrário às regras, às normas, às leis estabelecidas por uma instituição, no caso em estudo, a escola. Mas, nas situações em que os alunos desrespeitam alguma norma da instituição, o ato indisciplinado poderá ser uma atitude denunciante de que algo está acontecendo de forma incorreta dentro ou fora da instituição escolar.

Ao analisar as definições de disciplina percebe-se que elas têm em sua estrutura algo em comum: as palavras ordem, normas ou regras aparecem nas definições como sendo argumento para que ocorra a disciplina. Nesse contexto, temos de antemão de que sem ela (a disciplina), se torna mais difícil atingir qualidade na aprendizagem dos alunos.

Segundo Ferreira (1986, p.595), o termo indisciplina pode ser definido como “procedimento, ato ou dito contrário à disciplina: desobediência, desordem; rebelião”. Assim, indisciplinado é aquele que “se insurge contra a indisciplina”.

Citado por Trevisol (2013, p. 23):

O conceito de *indisciplina* tem sido atrelado à noção de *disciplina*. A leitura etimológica elaborada por Garcia (2000, p. 51-52) sugere duas matrizes latinas associadas ao termo *disciplina*. De um lado o termo *discipulus*, originado do verbo *capere*, que descreve um indivíduo em situação de aprendizagem, que se apropria de algo que lhe é mostrado. Outra matriz seria o verbo *disco*, comumente traduzido por *aprender* ou *tornar-se familiarizado*. Dessa raiz deriva o sentido de disciplina como *seguir* ou *acompanhar*. Ainda em Garcia (2000, p. 52-57) encontramos a ideia que, historicamente, a noção de disciplina vai se atrelar à noção medieval de *castigo* e *punição*, e apenas mais tarde assume o sentido de *ramo do conhecimento*. No cenário das tantas mudanças da escola no século XVI, o conceito de disciplina vai estar fortemente associado à noção de *controle sobre a conduta*, contando com diversos aparatos tais como a avaliação educacional. Vemos então que a noção de indisciplina como contraposição de disciplina, pode ser associada, por exemplo, aos sentidos de ausência de conhecimento, ou de conduta contestatória ou divergente dos esquemas de controle social (DAMKE, s/d, p. 01).

Ao considerar o conceito de indisciplina com base na interpretação dos professores, Fortuna considera o conceito de indisciplina baseado na interpretação de alguns professores:

[...] aponta a noção predominante de não cumprimento de regras, de rebeldia contra qualquer regra construída, e de desrespeito aos princípios de convivência combinados, sem uma justificativa viável, criando transtornos e incapacidade de se organizar e se relacionar de acordo com as normas estabelecidas por um grupo (2002, p. 90).

Ao se desejar que os alunos avancem o senso de cidadania, será necessário prepará-los para que possam pensar e resolver conflitos, ou teremos a indisciplina no sentido de inabilidade para elaborar e participar das soluções para as questões sociais que perpassam a escola, percebe-se hoje a ausência de uma cultura disciplinar preventiva, uma conscientização sobre os atos de indisciplina, levando a reflexão dos prejuízos em relação a não disciplina, bem como falta de preparo adequado por parte de alguns professores para lidar com os distúrbios de sala de aula, apesar da clareza quanto a este espaço ser um contexto social onde a indisciplina facilmente se expressa.

Ainda, recorre-se a Vasconcellos que traz concepções acerca do termo disciplina e indisciplina.

[...] disciplinar significa participar do esforço civilizatório, e a escola nada mais faria que colaborar com esse esforço geral. Ocorre, no entanto, que esta é uma visão idealista, uma vez que na verdade não existe civilização em geral, mas formas históricas de civilização que no nosso caso corresponde ao modo capitalista de produção, com sua divisão em classes sociais antagônicas; portanto na nossa realidade, no sentido geral, disciplinar corresponde à adequação à sociedade existente, significa, pois, inculcação, domesticação, resignação à exploração, etc. (1995, p.37).

Um aspecto a se destacar está no desenvolvimento da indisciplina no contínuo ir e vir de casa para a escola e vice-versa, que se observa particularmente entre educandos do Ensino Fundamental. Não basta pensar a indisciplina como se constituísse um fenômeno fora de nosso tempo; devemos responder adequadamente à pergunta: o que é indisciplina hoje? E isso inclui compreender melhor suas causas, e Vasconcellos (1995, p.37) nos faz pensar sobre o que significa disciplinar, e a pesquisadora pergunta “de quem é a responsabilidade?”.

Nossas observações, enquanto pesquisadores indicam que um mesmo sujeito pode manifestar conflitos diferentes em ambientes diferentes, o que nos leva a deduzir que alguns espaços podem ser motivadores bem como programas de TV, o acesso a internet, jogos de computador e/ou videogames, entre outros, podem ser fatores de fora do ambiente escolar e

que estão caracterizando em crianças e adolescentes atos indisciplinados, pois este muitas vezes não tem a vigia de um adulto.

Ferreira (1986, p. 595) afirma que o termo indisciplina pode ser definido como “procedimento, ato ou dito contrário à disciplina; desobediência; desordem; rebelião”. Assim, indisciplinado é o indivíduo que “se insurge contra a disciplina”. Trevisol e Lopes (s/d, p.23)

Yves de La Taille (Aquino, 1996, p.9) faz a pergunta “Porque as crianças obedecem? Foi essa a pergunta que no começo de nosso século intrigou vários autores que foram em busca de respostas e várias foram encontradas: superego, sentimento do sagrado, heteronomia, hábito, etc. Respostas diferentes, mas que leva em conta um fato: as crianças obedecem a seus pais e em geral também a seus professores. La Taille faz uma comparação perguntando: “Por que as crianças não obedecem a seus pais e muito menos a seus professores?” “Exagero?” “Diz que é provável, mas que não sabe se antigamente obedeciam tanto assim, e se hoje são tão desobedientes. Cita a palavra “limite” as crianças hoje não teriam limite, os pais não as imporiam, a escola não as ensinaria, a sociedade não as exigiria, a televisão as sabotaria. Aquino propõe que escrevam sobre a indisciplina; diz que se tivesse escolhido décadas antes, teria escolhido a “disciplina” na escola. Acha tema delicado e perigoso por três razões: A primeira: poderia se cair no moralismo ingênuo, por exemplo, a indisciplina em sala de aula seria decorrência da falta de valores de nosso tempo, porém “falta de quais valores?”.

A segunda, o reducionismo que explica o fato por uma única dimensão, onde existe o psicológico, o sociológico.

A terceira, a complexidade e, até a ambiguidade do tema. De fato,

[...] o que é disciplina? E o que é sua negação indisciplina? Diz não ser tão simples. Se entendermos por disciplina comportamentos regidos por um conjunto de normas, a indisciplina poderá se traduzir de duas formas: 1) a revolta contra estas normas; 2) o desconhecimento delas, no primeiro caso a indisciplina traduz-se por uma forma de desobediência insolente, no segundo pelo caos do comportamento, pela desorganização das relações (AQUINO, 1996, p. 9).

O autor nos chama a atenção em relação aos motivos de causa da indisciplina, se entendemos que a disciplina exige o cumprimento de normas, então será necessário rever de que forma essas normas estão sendo construída, quem participa e como elas são postas.

Ao considerarmos a legislação federal vigente, esta traz no seu Art. 32 incisos II, III e IV, que:

O Ensino Fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica

do cidadão, mediante II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

A lei deixa claro que a escola deve dar a formação para que o educando torne-se crítico, capaz de refletir e intervir sobre a realidade social, e exercer ativamente sua cidadania, chama-se a atenção nas palavras valores e vida social. Assim, tendo em vista a própria legislação e as diretrizes educacionais vigentes neste País, a escola deve desenvolver nos educandos, competências, tendo em vista tais objetivos. Mas particularmente sobre o exercício do pensamento crítico na forma de contestação, por exemplo, ao ser exercitado dentro da escola resulta em situações de conflito quando os professores não gostam ou não estão preparados para lidar com alunos que recorrem a esta forma de expressão, se desejamos que os educandos avancem o senso de cidadania, será necessário prepará-los para pensar sobre o que são valores e vida social.

O restabelecimento dos objetivos e dos limites é tarefa de quem? Podemos ter aqui mais uma grave fonte de desvios: o famoso jogo do "empurra-empurra". Quando se chega a este momento de ver o que fazer, há uma tendência de ficar esperando que o outro resolva o problema. Cada segmento tem suas queixas e expectativas; se não forem devidamente explicitadas e debatidas, podemos ficar "patinando", num desgastante processo de acusa-acusa, em vez de ajuda-ajuda (VASCONCELLOS, 2013, p. 240).

A educação consiste em preparar o ser para que possa enfrentar situações e satisfazer suas necessidades como membro de uma sociedade, através da educação possa buscar melhoria econômica, social e cultural. O conhecimento de nossa realidade, a conservação de nossos costumes, a garantia de independência econômica e política, a valorização da dignidade da família, bem como a promoção dos ideais mais importantes, a sobressair a harmonia entre todos e da comunidade em todos os níveis é fundamental, para isso é imprescindível que, como citado por Vasconcellos (2013, p. 240), “se não forem devidamente explicitadas e debatidas, podemos ficar "patinando", num desgastante processo de acusa-acusa, em vez de ajuda-ajuda”.

Considero como uma das principais dificuldades da educação, independentemente da escola pública ou privada os repetidos problemas de comportamento que são vistos dentro e fora da sala de aula, algumas falas de autores que apontam o quanto a indisciplina dos alunos influencia no desempenho escolar e social das crianças, sendo que a indisciplina escolar é

reconhecida por nós educadores, porém, não se deve atribuir a ela a responsabilidade pelo desempenho escolar do aluno.

A preocupação com a questão da disciplina escolar nos remete a refletir sobre os direitos políticos, sociais e culturais dentro da escola e sobre os principais valores como o respeito, a tolerância, responsabilidade, honestidade e amizade, estes que deveriam ser ensinados e cobrados pela família, e com o decorrer do tempo o conceito de disciplina foi se perdendo por parte de alguns, reabilitando e ressignificando para ir obedecendo às novas formas de vida mudando continuamente a sociedade.

Observando o que está posto no Art. 18-A do Estatuto da Criança e do adolescente que trata especificamente da medida disciplinar em que traz:

Art. 18-A. A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los.

Ao analisarmos o Art. 18-A do ECA, ele deixa claro que são aos pais atribuídos a educação e esta então ampliada a escola, como agente público para que esta dê continuidade a formação integral, o que percebemos que crianças estão cada vez mais abandonadas dessa educação primeira, a da família, pela própria desestruturação que tem acontecido principalmente com a separações dos casais, e observando o que está posto na Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente encontramos o Princípio VI que trata do DIREITO AO AMOR E À COMPREENSÃO POR PARTE DOS PAIS E DA SOCIEDADE de que sabemos que a maioria das crianças encontram-se sozinhas praticamente todo o dia muitas vezes sob a guarda de um adolescente por ser este o irmão (ã) mais velho (a), pois seus pais necessitam sair para trabalhar, considerando que muitos deixam seus lares quando os filhos ainda estão dormindo.

Princípio VI - A criança necessita de amor e compreensão, para o desenvolvimento pleno e harmonioso de sua personalidade; sempre que possível, deverá crescer com o amparo e sob a responsabilidade de seus pais, mas, em qualquer caso, em um ambiente de afeto e segurança moral e material; salvo circunstâncias excepcionais, não se deverá separar a criança de tenra idade de sua mãe. A sociedade e as autoridades públicas terão a obrigação de cuidar especialmente do menor abandonado ou daqueles que careçam de meios adequados de subsistência. Convém que se concedam subsídios governamentais, ou de outra espécie, para a manutenção dos filhos de famílias numerosas.

Sabemos que nem todas as crianças tem um ambiente favorável de convivência familiar, com afeto, segurança moral e material como está posto no princípio VI, tendo um ambiente muitas vezes de conflitos e de violência, o que se percebe nos atos e atitudes de algumas crianças e adolescentes no ambiente escolar.

Trevisol e Lopes (s/d, p. 25) vêm trabalhando essa questão, o fenômeno (in) disciplina escolar e parte de um levantamento efetuado em diferentes fontes (livros, periódicos, teses e dissertações), buscando conhecer o "estado da arte" desse problema, identificamos que o contexto da indisciplina está ligado, comumente a:

- a) indisciplina do aluno; (atos indisciplinados caracterizados pelas atitudes dos alunos);
- b) indisciplina do professor; (atos indisciplinados caracterizado em relação ao professor);
- c) indisciplina da escola; (atos indisciplinados ligados ao sistema de organização escolar);
- d) indisciplina da família; (atos indisciplinados provindos de ambiente familiar);
- e) indisciplina ligada ao descumprimento das regras (falta de socialização, adequação as regras da escola).

Conforme apontado por Trevisol e Lopes (s/d, p. 25) é dentro desses critérios que se pretende diagnosticar para possível intervenção no que se refere ao tema em discussão. Nesse sentido parte-se para a análise diagnóstica procurando evidenciar quais atos caracterizados como indisciplina estariam relacionados a atitude do aluno, do professor, da escola, da família e a falta de cumprimento as normas e/ou regras da escola.

Um dos problemas que enfrentamos no nosso cotidiano escolar é a indisciplina dos alunos nas salas de aula. Percebe-se que a causa da indisciplina pode ser atribuída a falta de imposição de limites por parte dos pais, da escola, do professor e da sociedade, ou ainda pela falta de valores ou do enfraquecimento do vínculo entre a moralidade e o sentimento de vergonha, devemos levar em consideração outro fator de causa de indisciplina, a prática docente, como observado na fala de Freire:

A prática docente, especificamente humana, é profundamente formadora, por isso, ética. Se não pode esperar de seus agentes que sejam santos ou anjos, pode-se e deve-se deles exigir seriedade e retidão.

A responsabilidade do professor, de que às vezes não nos damos conta, é sempre grande. A natureza mesma de sua prática eminentemente formadora, sublinha a maneira como a realiza, sua presença na sala é de tal maneira exemplar que nenhum

professor ou professora escapa ao juízo que dele ou dela fazem os alunos. E o pior talvez dos juízos é o que se expressa na “falta” de juízo. O pior juízo é o que se considera o professor uma ausência na sala (1996 p. 72-73).

Ao analisar as palavras de Freire, saliento “é profundamente formadora, por isso ética”, em nossas escolas nos deparamos com alunos que não demonstram interesse ao estudo, são inquietos, muito falantes, descomprometidos, ignoram a presença do professor, não respeitam professores e colegas, são egocêntricos, não têm noção de limites. Ao mesmo tempo, sabemos que certos comportamentos indisciplinados estão relacionados aos valores morais e outros relacionados a figura do professor como citado por Freire:

O professor autoritário, o professor licencioso, o professor competente, sério, o professor incompetente, irresponsável, o professor amoroso da vida e das gentes, o professor mal-amado, sempre com raiva do mundo e das pessoas, frio, burocrático, racionalista, nenhum desses passa pelos alunos sem deixar sua marca. Daí a importância do exemplo que o professor ofereça de sua lucidez e de seu engajamento na peleja em defesa de seus direitos, bem como na exigência das condições para o exercício de seus deveres (1996, p. 73).

As palavras de Freire nos levam a reflexão e autoanálise sobre os adjetivos citados e onde observamos alguns desses no dia a dia da escola, pois como continua Freire, no seu texto,

“O professor tem o dever de dar suas aulas, de realizar sua tarefa docente”. Mas diz também que, para isso, “precisam de condições favoráveis, higiênicas, espaciais, estéticas, sem as quais se move menos eficazmente no espaço pedagógico”. O autor coloca ainda que “às vezes, as condições são de tal maneira perversa que nem se move”. Salienta que “o desrespeito a este espaço é uma ofensa aos educandos, aos educadores e a prática pedagógica” (FREIRE, 1996, p. 73).

3 ESTUDOS DA INDISCIPLINA NA ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA DR. CELESTINO LOPES CAVALHEIRO E O PROJETO DE INTERVENÇÃO

A intervenção acontece na Escola Estadual de Educação Básica Dr. Celestino Lopes Cavalheiro, situada no meio urbano, na Rua Mauricio Cardoso nº 574, em São Gabriel, RS.

A cidade conta com uma população de 60 mil habitantes, possui o Museu da FEB (Força Expedicionária Brasileira) que se destaca por ter seu acervo de armas, medalhas e relíquias da campanha da FEB na Segunda Guerra, pertences pessoais do Marechal Mascarenhas e o Museu João Pedro Nunes, nome em homenagem ao seu fundador.

A cidade possui duas universidades, sendo a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), que tem, no Campus São Gabriel, os cursos de Gestão Ambiental, Biologia, Engenharia Florestal e Biotecnologia - e a Universidade da Região da Campanha (URCAMP), que oferece cursos de Administração, Ciências Contábeis, Direito e Educação Física, além da UNINTER que oferece cursos de graduação em Licenciaturas, Bacharelados e tecnológicos e Pós-Graduação em mais de 70 cursos nas áreas de Engenharia, Meio Ambiente, Gestão Empresarial, Gestão Pública, Humanidades, Desportiva, Educacional, Engenharia e Meio Ambiente, Gestão Empresarial, Gestão Pública, Jurídica e Saúde, na modalidade EAD.

Possui ainda doze escolas Estaduais, 36 escolas municipais, duas escolas privadas, duas de língua estrangeira e duas de Informática.

Em 20 de abril de 1938, foi criada em nossa cidade mais uma Escola Municipal no governo do Prefeito Antônio Coimbra Gonçalves, inicialmente designada com o nome de General Daltro Filho, em homenagem a este baiano, administrador do Rio Grande do Sul. Em 11 de fevereiro de 1958 a Escola foi encampada pelo Estado, na Gestão do Prefeito Dr. Inocêncio da Cunha Gonçalves, e, em 12 de outubro de 1966, passou a chamar-se Grupo Escolar Dr. Celestino Lopes Cavalheiro, nome do ilustre e humanitário médico Gabrielense.

Em 26 de março de 1980 foi reorganizada e passou a chamar-se Escola Estadual de 1º Grau Incompleto Dr. Celestino Lopes Cavalheiro, na qual em 1987, foi implantada a 7ª e 8ª séries, e através desse processo, passou a chamar-se Escola Estadual de 1º Grau Dr. Celestino Lopes Cavalheiro. Em 2003 foi autorizado o funcionamento do Curso do Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, motivo pelo qual em 2004, a escola teve alterado o nome para Escola Estadual de Educação Básica Dr. Celestino Lopes Cavalheiro.

A escola ocupa um espaço de 1.900 m² com 1.089.00 m² de área construída, distribuída em onze salas de aula climatizadas, uma cozinha, um refeitório (com capacidade para vinte pessoas), um laboratório de informática, uma Sala Digital (com lousa digital interativa – *toutschscreen*), banheiros masculino e feminino, prédio administrativo que comporta a secretaria, a biblioteca, sala de vice direção, sala da diretora, sala da supervisão, sala dos professores e banheiro para os professores. O espaço externo fica constituído por possuir área coberta com capacidade para 200 pessoas, o “saguão” da Escola, que fica logo na entrada do portão sendo este o espaço utilizado nos eventos como formatura, festa junina, e outras datas comemorativas. A quadra de esportes não possui cobertura, o que dificulta a realização das atividades esportivas.

A escola atende alunos do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental, EJA etapas 1 e 2, e Ensino Médio. Destes, 148 alunos no Ensino Fundamental anos iniciais, 186 alunos no Ensino Fundamental anos finais e 416 alunos na modalidade EJA. Os recursos humanos da escola são compostos por quarenta e quatro (44) professores, sendo: um (01), com mestrado; dezessete (17) com pós-graduação; vinte e um (21), com licenciatura plena; cinco (05), com licenciatura curta e quatorze (14); e funcionários, sendo três (03) funcionários da secretaria, quatro (04) funcionários para limpeza, três (03) merendeiros.

A escola é frequentada por alunos provindos de bairros da cidade, não somente os que estão mais próximos, alunos de local bem distante têm procurado a escola, por esta estar em local central na cidade de São Gabriel, pois a escola para muitos é o principal lugar “social”. Para Lück (2010, p. 85), “a escola é uma organização social, um espaço sociocultural interativo que se constitui em um ambiente onde se manifestam múltiplas dimensões dinâmicas que se movimentam como expressão de vontades...”. Assim, como colocado por Lück, observamos que o espaço escolar não se esgota na paisagem na qual os indivíduos se inserem, o espaço indica as posições ocupadas pelos sujeitos, suas práticas e relações no e com o Mundo, relações entre os sujeitos no interior da escola e o ambiente escolar. Por isso, a percepção dos lugares ocupados pelos sujeitos também implica sobre as políticas públicas, principalmente no que diz respeito a cidadania. Canivez (1991, p. 33) afirma que:

Se toda comunidade política se caracteriza pela coexistência de várias tradições, a escolaridade tem significado particular. A **escola** de fato **institui a cidadania**. É ela o lugar onde as crianças deixam de pertencer exclusivamente à família para integrarem-se em uma comunidade mais ampla em que os indivíduos estão reunidos não por vínculo de parentesco ou de afinidade, mas pela obrigação de viver em comum. A escola institui em outras palavras a coabitação de seres diferentes sob a autoridade de uma mesma regra [grifos do autor].

Transformar a escola em um espaço de exercício da cidadania gera oportunidades para que todos os envolvidos aprendam a participar e a conviver democraticamente, essa construção é um passo importante para a conquista da autonomia e da democratização. Vale destacar um trecho de Lück (2010, p. 85) em que a autora escreve que:

Uma escola é muito mais que um prédio e suas condições materiais... Ela uma organização social, isto é, uma coletividade dinâmica, intencionalmente organizada com o objetivo de promover com seus alunos o desenvolvimento de cidadãos críticos, mediante sua compreensão de mundo, de si mesmos e de seu papel nesse mundo, pela vivência e experiências sociais significativas. É na medida em que estes resultados de fato orientem seu trabalho que se tem uma escola em seu sentido pleno.

Essa reflexão ao sair do papel e tomar parte da ação, de cada um, a coletividade fará toda a diferença, pois, no momento em que se cria uma ligação com a escola associamos o conceito de gestão ao fortalecimento da democratização, estabelecendo um elo de participação e responsabilidades de todos os envolvidos nas decisões necessárias para que os resultados se tornem cada vez mais efetivos e significativos, pois uma parceria de ações conjuntas ganha mais força proporcionando resultados positivos.

A escola oferece aos alunos, atividades complementares, fortalecendo a responsabilidade de valorização do espaço escolar como um espaço de vivências.

É na gestão dos processos de comunicação e relacionamento interpessoal, com qualidade social organizados da coletividade escolar, com qualidade social, constituída por um ambiente voltado para a formação e aprendizagem dos alunos vincula a possibilidade de que se efetive trabalho educacional com significado social na escola (LÜCK, 2010, p. 85).

No decorrer do texto Lück cita Delors para reforçar que é da coletividade organizada que se torna possível “promover a aprendizagem do aprender a ser, do aprender a fazer e do aprender a conviver” (DELORS, 1999 *apud* LÜCK, 2010, p. 86).

Recorro ao pensamento de Delors, citado por Lück, por entender que para sanar ou minimizar os casos de indisciplina precisamos fortalecer o que chamamos de valores, “(...) uma escola é um espaço em que o modo de ser e o modo de fazer se forma e se define, traduzindo e expressando, reforçando e criando de forma subjacente, ao mesmo tempo, um conjunto de valores” (LÜCK, 2010, p. 86), em que se destaca a importância de refletir sobre as relações interpessoais na escola e sobre a importância do trabalho coletivo para a aplicação da intervenção na Escola Estadual de Educação Básica Dr. Celestino Lopes Cavalheiro. Destacamos que o trabalho coletivo é o principal instrumento de viabilização dessas ações, as

rodas de conversa, o estudo e a cooperação são os instrumentos que nortearão o caminho na busca por uma disciplina que considere os valores, como o respeito, condição principal nas relações interpessoais, pretende-se atuar junto aos professores da escola, no sentido de promover reflexões para que eles se sintam corresponsáveis no processo da intervenção do problema indisciplina e se assumam como principais agentes de transformação da realidade encontrada na escola. Enfatizamos que através da reestruturação de relações interpessoais é possível reformular concepções, estabelecer novas regras e provocar novas formas de pensar e agir que venham contribuir para transformações no interior da escola favorecendo uma gestão democrática mais efetiva.

Observa-se que a escola é frequentada por sujeitos que tiveram orientação familiar; segundo Passos (2011, p. 107) “o trabalho familiar diz respeito à moralização da criança, essa é a função primordial dos pais ou seus substitutos”, bem como por outros que tiveram experiências negativas, caracterizando assim uma grande diversidade no espaço escolar. “A gestão do cotidiano pressupõe, portanto, a atuação no sentido de diminuir o espaço das contradições e promover as articulações necessárias para favorecer a superação de diferenças sem perder a riqueza da diversidade” (LÜCK, 2010, p. 89).

Nesse sentido evidenciamos que no momento em que pessoas diferentes, com culturas diferentes frequentam o ambiente escolar, podem manifestar conflitos, questões que levam à indisciplina escolar entre os sujeitos que dela participam, cada um com a dita “educação que trazem de casa”. Em seu sentido amplo, conforme proposto na Lei 9.394, que define as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996, art. 1º). Com a finalidade de promover “o desenvolvimento pleno do educando, sua preparação para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996, art. 2º).

3.1 A INDISCIPLINA NA VISÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR

Diante da complexidade das questões de indisciplina na escola, que envolve um número de variáveis e da significatividade de dados extraídos dos questionamentos realizados, tornou-se necessária a escolha de um rumo, para apresentação dos resultados, que satisfizesse aos interesses da investigação proposta. Nesse sentido, decidimos então, descrever algumas respostas que se considera relevante no decorrer desta análise.

Assim se caracteriza abaixo os entrevistados, dentre os quais quarenta e seis (46) pais e ou responsável responderam a entrevista realizada através de questionário, no qual foram respondidas três perguntas que seguem:

O que você entende por disciplina?

O que você entende por indisciplina?

O que você considera indisciplina? Onde você percebe a indisciplina e em que situações?

Caracteriza-se também, a seguir, a visão dos entrevistados sobre indisciplina escolar identificada a partir da resposta às questões.

3.1.1 Educação vem de Casa

Analisando as respostas dos pais no que responderam sobre o entendimento quanto ao termo disciplina, percebe-se que os mesmos conceituam o termo através de diferentes concepções. A partir dessas concepções surgiram categorias que sofreram o rigor metodológico proposto por Moraes (1999).

[...] Pra mim disciplina é o mesmo que educação, pois é de casa que agente traz grandes valores, de respeitar para ser respeitado, respeitando a todos com os mesmos valores, porque todos somos iguais (pais “P”).

Sabemos que educação não pode ser confundida com escolarização, pois mesmo onde não existe escola pode haver educação, o conceito de educação varia de um povo a outro, cada sociedade tem realidades e valores diferentes, concepções diferentes em relação a educação.

Segundo Donatelli (2004, p. 115),

Com a escolarização da população, a sociedade burguesa objetiva criar estruturas de formação organizando a escola com currículos e uma pedagogia oficial rígida e disciplinadora, a partir dos quais os cidadãos pudessem ser efetivamente controlados.

Os pais “E” nos colocam que “hoje está difícil o professor manter a disciplina na escola, depende da ajuda dos pais em casa, muitas vezes não resolve”.

Analisando as falas dos pais, percebe-se que estes atribuem a responsabilidade a própria família em acrescentar valores na formação da criança quando dizem: “depende da

ajuda dos pais” (pais E) e “é de casa que a gente traz grandes valores” (pais “P”), o que é também evidenciado por Vasconcellos (1995) quando ele escreve:

As relações entre a escola e a família têm se modificado muito nas últimas décadas... a escola mudou, a família mudou, e sobretudo a sociedade mudou. ...a família confiava plenamente na escola, estabelecendo até uma cumplicidade, para uma nova em que a família passa, a criticar a escola, e de outro, contraditoriamente a transferir suas tarefas para a mesma (VASCONCELLOS, 1995, p. 63).

A família é o berço da educação. Sabemos da importância e responsabilidade que ela tem para com seus filhos, pai e mãe são responsáveis pela educação dos filhos e juntos devem educá-los um apoiando o outro com acompanhamento diário dos afazeres de seus filhos.

Segundo Tiba (2007) “a formação da cidadania tem que partir de casa desde que a criança é pequena”.

[...] assim a educação familiar ganha um foco para onde devem convergir todas as orientações, os ensinamentos e exigências, os deveres e direitos relacionamentos afetivos, as relações de custo/benefício os aprendizados e práticas dos valores cidadãos, profissionais e pessoais, num processo muito mais racional que emocional (2007, p. 271).

É de extrema importância a parceria família escola, sendo que muitas vezes ocorre que as famílias devido a uma série de fatores decorrentes muitas vezes da desestruturação familiar e social de hoje, não respondem aos chamados da escola, esperando que a escola sozinha muitas vezes de conta de seus filhos, quando estes reconhecem que não estão conseguindo, com isso a escola cada vez mais vem desempenhando várias funções, além daquelas que são de responsabilidade da escola.

Ora, é preciso recuperar alguns consensos quanto as funções da família e da escola, distinguindo claramente os papéis de pai e de professor. Família e escola não são a mesma coisa e uma não é a continuidade natural da outra, porque se assim fosse ... aluno mal indisciplinado na escola converter-se-ia em filho mal educado em casa? Estranha esta última fórmula não? (PASSOS, 2011, p. 106).

Passos, na sequência de seu texto, coloca ainda que “quando falamos genericamente em educação de uma criança ou jovem esta deve ser compreendida como resultado conjunto da intervenção da família e da escola”, onde ele coloca também que “o trabalho familiar diz respeito à moralização da criança”, sendo essa a “função primordial dos pais ou seus substitutos” enquanto a tarefa do professor está fundamentada no “conhecimento sistematizado” com o objetivo da recriação deste.

3.1.1.1 *Disciplina é ter comportamento*

Disciplina é saber comportar-se nos mais variados ambientes, saber quando usar e usá-las claras as palavras com licença e obrigada. Respeitar a todos numa escola, independente de cargo e não perturbar os outros (pais B).

A colocação deste pai/mãe e/ou responsável nos remete a pensar que se está deixando de ensinar as “palavrinhas mágicas” com licença, obrigada, desculpe e, por favor. É preciso admitir que a maneira como se traduz o mundo através de nossas atitudes e noção de valores, isso fica marcada em nossos filhos para sempre, onde muitas vezes se ouve o famoso dito popular, “Faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço”? Assim, muitos pais repreendem os filhos e tentam impor limites, porém não deixam de continuar praticando seus atos excessivos, pois os pais são agentes formadores de opinião e devem proceder de modo educado para que seus filhos se espelhem neles. São as ações do cotidiano que os filhos devem adotar como hábito, é claro educar não é uma tarefa fácil, tampouco se tem receita, não tem bula, não é de remédio. Ninguém descobriu essa fórmula secreta. Sabe-se que direitos vêm acompanhados de deveres e os pais devem ensinar isso a seus filhos, pois para que possa ser respeitado deve-se também respeitar. Estas sim são regras universais insubstituíveis as quais irão garantir uma plena sensação de missão cumprida com sucesso no futuro.

Certamente educar os filhos, ensinando-lhes as regras básicas de uma boa convivência e de boas maneiras, é muito importante, pois a vida exige esses conceitos e, na prática, quem não os tem, encontra maiores dificuldades no meio social, assim nesta linha de pensamentos seguem as colocações dos pais no que se posicionam em relação ao termo disciplina, como:

É a criança respeitar limites; partindo disso, se bem orientada em casa saberá até onde pode ir. Isso se dá dentro e fora da sala de aula (pais C).

É a forma de mostrar ao aluno regras de convívio, educação e perspectiva de um futuro melhor, mas para isso acontecer o professor o aluno e os pais têm de estar juntos para uma escola melhor (pais D).

Ao analisarmos as colocações dos pais e de Tiba, percebe-se que ambos atribuem aos pais a responsabilidade da formação do caráter e da personalidade da criança, enquanto que a escola, que atende num coletivo, tem a função de humanizar ensinando-lhes normas básicas de conduta para que possam ter disciplina estando assim preparados para viver em grupos, sendo que os pais em sua maioria depositam na escola a obrigação de educar. Família e escola

devem trabalhar juntas, em prol de um mesmo objetivo, o bem estar social, fazendo deste um ser autônomo.

Quando a escola, o pai e a mãe usam a mesma linguagem e têm valores semelhantes, os dois principais contextos da criança a família e a escola demonstram um segurança e coerência extremamente favorável ao seu desenvolvimento (TIBA, 2007, p. 190).

A escola cabe o papel de formar cidadãos, mas acredita-se não ser só esta a sua função, cabe a família moldar essa criança e a escola deve ser coadjuvante reforçando os valores morais e éticos.

As colocações referentes ao termo seguem onde a maioria atribui que disciplina é ter respeito aos outros, fazer seus deveres, manter boa educação, cuidar da escola (classes, cadeiras, banheiros), ter higiene com a escola. Cumprir com os horários e metas estabelecidas para melhor desempenhar o que lhe é proposto, entendimento das normas e regras de convivência, ser obediente e responsável, acatar normas e regulamentos, obediência às normas e regras que determinam a convivência coletiva, compromisso com as tarefas, ter limites para falar e ouvir, ensinar, educar, ter caráter.

3.1.2 Disciplina na Visão dos Professores

Os professores participaram respondendo as mesmas perguntas feitas aos pais, sendo que de cinco professores apenas três participaram, primeiramente abordo as resposta quanto ao entendimento em relação ao termo disciplina.

O professor “A” entende disciplina como “um conjunto de regras estabelecidas entre professores e alunos para um bom andamento da aprendizagem”.

A fala da professora se relaciona àquilo que está colocado nos Parâmetros Curriculares Nacionais em que se evidencia que:

Algumas normas de condutas, tanto de professores como de alunos, têm a finalidade de garantir que o processo de ensino e aprendizagem ocorra com sucesso³.

³ <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro082.pdf> (acesso em 08/02/2014, p. 80).

Se observarmos as regras nas escolas, geralmente encontram-se as de: respeitar colegas professores e funcionários, o que se sabe que o respeito é essencial em qualquer ambiente, entre quaisquer pessoas, assim como também dúvidas, indagações e ponto de vista. O respeito mútuo é de fundamental importância para que se tenha um clima favorável e propicie a aprendizagem. “É concretamente respeitando o direito do aluno de indagar, de duvidar, de criticar que falo desses direitos. A minha pura fala sobre esses direitos a que não corresponda a sua concretização não tem sentido” (FREIRE, 1996, p. 107).

O professor “B” entende que disciplina “são limites, respeito, amor, regras a serem seguidas, obediência, educação trazidas do lar para ser completa na escola”, enquanto o professor “C” escreve que disciplina é um conjunto de normas ou regras estabelecidas nos diversos grupos sociais para que haja um bom funcionamento desses grupos.

De acordo com Amado (2001, p.96), toda instituição para alcançar seus objetivos:

[...] tem de regulamentar as relações e as condutas dos seus membros. Com efeito, os membros de uma organização necessitam de alguns pontos que orientem em comum as ações de cada um deles- as regras constituem essa espécie de conhecimento, comum e geral sobre que tipo de comportamento é aceitável e em que contextos, (Doyle, 1979:49). Para Giddens (1948, p. 21 *apud* TYLER, 1991, p. 122), as regras definem-se como “procedimentos generalizáveis aplicados no pôr em marcha na reprodução da vida social” (2001, p. 96).

Analisando o pensamento de Amado (2001), desenvolver nas crianças certos hábitos de ética e moral possibilita a ela viver em sociedade com outras pessoas, as regras ou normas devem ser criadas com todos os envolvidos, alunos, professores e equipe diretiva, para que todos estejam e sintam-se responsáveis cumprindo com o que foi estabelecido, observando seus direitos e deveres, pois Amado (2001, p.96), como supracitado nos faz refletir quando escreve que “as regras constituem essa espécie de conhecimento, comum e geral, e nos leva a reflexão quanto sua colocação “que tipo de comportamento é aceitável e em que contextos”, poderia ser finalizada com? (interrogação)?

O professor deve propiciar o estabelecimento em conjunto as regras de trabalho em sala de aula, através do levantamento das necessidades dos alunos (e da escola), da avaliação das regras existentes. Uma vez realizadas fixar em lugar visível e/ou registrar no caderno, na agenda escolar (VASCONCELLOS, 1995, p. 86).

Percebe-se que assim como os professores assinalam estabelecer normas e ou regras os autores afirmam que estabelecer regras é uma medida que deve ser tomada no sentido de “regulamentar” as relações no meio no qual se encontra inserido.

Da mesma forma que os professores, os funcionários da escola também responderam as perguntas, sendo uma funcionária dos serviços de limpeza e um da secretaria da escola, na qual o funcionário “A” diz que disciplina “é o bom comportamento do indivíduo, saber conviver socialmente, respeitar o próximo, neste caso diretores, professores, funcionários e colegas de aula. Disciplina também é respeitar o meio ambiente, fora outros fatores”.

O funcionário “B” faz sua colocação referente ao termo disciplina no qual ele coloca: “aplicação dos conceitos recebidos pelos pais (inicialmente) e conseqüentemente para limites, regras propostas para a escola, por fim para sociedade”.

A escola recebe sujeitos de vários lugares, com características variadas, cada um com seus valores como referência de cultura e é na escola que encontram um ambiente socializado, e é esta a contribuição na formação moral de seus alunos, sendo que o professor tem a função de colaborar para que isso se efetive.

O educador, num primeiro momento, pode assumir a responsabilidade pela disciplina, enquanto articulador da proposta, levando, no entanto, a classe a assumi-la progressivamente. Tem como parâmetro, não a sua pessoa (“sua autoridade”), mas as necessárias condições para o trabalho coletivo em sala de aula. Ocorre que as relações entre os homens podem ser alienadas, retificadas, coisificadas, ou seja, os limites estabelecidos podem não corresponder às reais necessidades dos sujeitos, mas à necessidade de um ou outro, ou de apenas um grupo, em detrimento dos demais (VASCONCELLOS, 1995, p. 41).

3.1.3 Disciplina na Visão dos Alunos

O questionário foi aplicado para os alunos, os sujeitos do projeto com a finalidade de verificar a concepção de cada um deles em relação ao termo disciplina. Entre os alunos que participaram da entrevista, 87 (oitenta e sete) participaram, sendo 60 (sessenta) alunos do 3º ao 5º anos que responderam o questionário e 27 (vinte e sete), alunos do 1º e 2º anos responderam através do desenho, sobre o tema abordado.

À medida que se procedia com a aplicação dos questionários já se podia perceber nas falas dos sujeitos, a aflição em responder e deixando evidente que tal contribuição resultará em melhorias em termos de convivência no espaço escolar. Após recolher e fazer a leitura das respostas percebe-se que os alunos possuem entendimento em relação ao tema abordado mediante a relevância atribuída ao assunto, do qual as respostas serão analisadas para que a intervenção venha a atender as necessidades descritas pelos educandos. A necessidade de estar presente na aplicação dos questionários se faz mediante a certeza de que os registros captaram fielmente o ponto de vista ou perspectiva dos sujeitos, com suas palavras, a sua

versão e percepção em relação ao que estavam sendo questionados. As respostas dos sujeitos serão estudadas mediante um paralelo (conversa) com alguns autores que abordam o assunto.

Ao perguntar aos alunos sobre o que entendem por disciplina, eles colocam que disciplina é ser bom aluno, ser obediente, ter obediência as regras e aos mais velhos, ser gentil e sempre obedecer as pessoas, dizem também que é ter educação e comportamento em sala de aula, ser um bom estudante e fazer as coisas certas, dizer com licença e obrigada; pode ser também o comportamento aprovado por todos na sociedade, fazer as coisas na sala de aula e brincar direito no recreio; é botar lixo no lixo.

“Uma pessoa disciplinada tem que respeitar as pessoas os colegas e ter boas atitudes”.

Conforme colocações dos alunos em relação à disciplina, eles salientam as relações de respeito, o que está posto no Art. 4º do Estatuto da Criança e do adolescente que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao *respeito*, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE).

Diante dessa realidade, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no seu artigo 4º, a escola assume o compromisso, juntamente com a família de atender a pluralidade dos ritmos e características dos alunos, proporcionando oportunidades diversificadas (atividades extraclasse como: karatê, dança, recreação, esportes) que assegurem condições favoráveis à superação das dificuldades encontradas no percurso escolar desses educandos, no que se refere às questões de respeito e convivência e essa fala se justifica com o que segue:

Quanto mais crítico um grupo humano, tanto mais democrático e permeável, em regra. Tanto mais democrático quanto mais ligado às condições de sua circunstância. Tanto menos experiências democráticas que exigem dele o conhecimento crítico de sua realidade, pela participação nela, pela sua intimidade com ela, quanto mais superposto a essa realidade e inclinado a formas ingênuas de encará-la. As formas ingênuas de perceber a sua realidade. As formas verbosas de representá-la. Quanto menos criticidade em nós, tanto mais ingenuamente tratamos os problemas e discutimos superficialmente os assuntos (FREIRE, 1992, p. 95).

Entendemos que a educação não se resume simplesmente àquela ministrada nas famílias e nas escolas, mas também e principalmente a do dia a dia, nas casas e nas ruas, nos meios de comunicação cuja responsabilidade maior recai não apenas sobre os ditos

“professores”, mas inclui todo cidadão na forma de gestos, palavras e principalmente o exemplo que é o maior gerador de educação e de cidadania, de que o País tanto necessita.

Se existe uma coisa candente em todas as escolas, esta é a questão da disciplina, que traz à tona debates intensos e inquietações de todos os lados. Dos pais, em sua maioria ausente e, portanto, sem controle sobre os filhos e incapazes de lhes impor limites, dos educadores que vivem a angústia da contradição de estar entre o autoritarismo puro e simples e a convivência aberta e dialógica com os jovens, e, por fim, dos próprios alunos, que parecem viver em uma roda-viva entre o (des)obedecer e transgredir (DONATELLI, 2004, p. 13).

Donatelli nos faz refletir e entende-se que é preciso ter em mente que se está construindo a nação em que viverão os nossos filhos e netos, além das subsequentes gerações, portanto, essa é uma responsabilidade que deve ser partilhada por todos indistintamente e a escola em seu papel de formar para a cidadania não pode ignorar o assunto deixando apenas para os seus responsáveis o papel de “educar”.

Cada vez mais se compreende a necessidade de desenvolver na escola projetos que favoreçam as relações, às próprias vidas, afim de que aprendam a ser, a fazer, a resolver problemas, a trabalhar em equipe e a viver em uma sociedade que lhes exige impor-se como sujeitos de direitos e deveres, é papel da escola pensar alternativas de trabalho coletivo e democrático para melhorarem as práticas voltadas a formação dos sujeitos.

Na sequência das colocações pelos alunos, eles ressaltam que disciplina é ser amigo, não falar palavrão, não falar na hora que a professora estiver falando, é o aluno que não briga e faz tudo na aula.

A disciplina se torna evidenciada na relação social do aluno com os demais colegas, no que se diz cooperação entre estes, torna-se visível mediante ao acatamento às normas em relação ao convívio com a comunidade que se encontra inseridas. Convém esclarecer que a disciplina também se apresenta no sentido de cooperação no desenvolvimento das atividades escolares e no respeito com os colegas, professores e funcionários da escola.

Para Vasconcelos (2013, p. 240).

(...) é muito comum ouvirmos dos professores a queixa de que os pais não estabelecem limites, não educam seus filhos com princípios básicos como saber se comportar, respeitar os outros, saber esperar sua vez, etc.

Compete à família criar seu filho como um cidadão, para que saiba comportar-se perante tudo e todos civilizadamente, pois se entende que a família é o berço cultural e social do indivíduo. A indisciplina em alguns aspectos se torna evidenciada na relação social entre

os sujeitos, no que se diz cooperação entre estes. Ainda esta se torna visível mediante ao acatamento às normas em relação ao convívio com a comunidade em que se encontra inserido. Convém esclarecer que a disciplina também se apresenta no sentido de cooperação no desenvolvimento das atividades escolares e no respeito com os colegas.

3.2 AS DIFERENTES VISÕES DA COMUNIDADE ESCOLAR SOBRE A INDISCIPLINA

Percebe-se que para cada pessoa a indisciplina assume uma acepção diferente, por outro lado, analisar o papel que a escola e seus profissionais têm na questão indisciplina não deixa de ser novidade, uma vez que foca-se a atenção nos alunos. Sem entrar em discussão de causalidade, entendemos que a forma como as relações são estabelecidas na escola, podem demonstrar como professores e instituição têm seu papel de responsabilidade nos processos de indisciplina, ao mesmo tempo em que se apontam caminhos para uma possível superação, desta forma, consideramos de fundamental importância uma investigação sobre o tema em estudo.

3.2.1 Indisciplina na Concepção dos Pais

A partir das respostas das entrevistas que investigaram a concepção dos pais sobre indisciplina constata-se que, os conflitos podem ser oportunidades para trabalhar os valores e regras e o emprego de intervenções mais coerentes com o processo de construção da disciplina, onde tais intervenções contribuam mais efetivamente para a melhoria das relações interpessoais e para o desenvolvimento do ser humano.

A sociedade praticamente não ensina, somente sinaliza as regras que deverão ser obedecidas, na esperança de que cada cidadão tenha preparo suficiente (familiar e escolar) para viver de acordo com elas. Suas leis estão escritas e as contraversões são punidas sem as atenuantes escolares e o afetivo clima familiar (TIBA, 2013, p. 233).

A escola sofre reflexos do meio em que está inserida em que os problemas da indisciplina frequentemente repercutidos nos conflitos da família e outros do meio social envolvente que rodeiam o aluno, dentre os provindo da família e que influenciam muito no seu comportamento, portanto os pais deveriam ser os primeiros educadores. A ação da família começa desde o berço, “a formação da cidadania tem que partir de casa desde que a criança é pequena” Tiba (2007, p. 271) muito antes da ação da escola, tendo uma grande importância à

ação familiar na tarefa educativa, reconhecida pela escola, nela impõe-se uma íntima colaboração, que tem significado mútuo na consecução do ideal educativo. Conforme os pais C, em sua concepção indisciplina é...

[...] desrespeitar o limite. Esse limite deve ser um conversado em casa. Desde bem pequenos as crianças devem ser orientadas quanto a isso. Viver em sociedade exige respeitar o limite e o espaço do outro.

Da mesma forma os pais “D” salientam que indisciplina decorre “dos problemas cotidianos como a falta de respeito entre as pessoas e a má educação no meio social”. Os pais “P” se manifestam escrevendo que indisciplina “é o mesmo que não ter educação, não respeitar o direito de ir e vir dos colegas, querer o bem para si e o mal para os outros” os pais “K” “indisciplina vem de casa, pais mal educados, filhos mal educados”, salientam ainda que todos devem aprender e que ambos podem ter notas boas. Vasconcellos (2013, p. 240) nos auxilia quando coloca que:

Entendemos que o problema da disciplina é tarefa de todos: sociedade, família, escola, professor e aluno. Todavia, não podemos ser ingênuos, pois, embora a tarefa seja de todos, nem todos estão interessados em resolver o problema. O que fazer diante disso?

Complementa-se a citação de Vasconcellos com a concepção dos pais “L” quando afirmam que: “Sabemos que o problema existe, sentimos na pele tudo isso, mas não fizemos nada para mudar tudo isso”; e os pais “H” que colocam que “indisciplina é não respeitar nada nem ninguém, é não ter limites, e a falta de disciplina normalmente já vem de casa”. Na continuação da citação de Vasconcelos em seu texto nos coloca ainda:

Cruzar os braços e esperar que o outro faça a parte dele, para fazermos a nossa? Não. Até porque, se fizermos isso, nem teremos moral para cobrar do outro. Que atitude ter, então? Uma atitude transformadora, ou seja, começamos tentando fazer a nossa parte somamos com os aliados da luta e vamos, ao mesmo tempo, cobrando que o outro faça a parte dele. É assim que estamos entendendo esse processo de mudança: que cada segmento assumam suas responsabilidades específicas - que são evidentemente diferentes - e exija que os outros também assumam suas respectivas, enquanto todos se comprometem simultaneamente com a mudança das estruturas que estão por trás do problema (VASCONCELOS, 2013, p. 240).

Conforme Telma Vinha (2014, p. 22), para a criança aprender o respeito, tem que viver em um ambiente de respeito. Para aprender a falar baixo, é preciso que se fale baixo com ela. Se quisermos que elas utilizem uniformes, os professores têm de usar também, se

quisermos que respeitem fila, teremos que respeitar também, enfim, ela diz que modelo tem que ser exemplar e isso são fundamentais. A criança não vai seguir as mensagens passadas verbalmente, oralmente. Ela vai seguir o comportamento. Por isso a postura tem que ser muito exemplar, o educador é um modelo para a criança, complementando o que está colocado por Vasconcelos “começamos tentando fazer a nossa parte”.

Os pais “K” colocam que “indisciplina vem de casa, pois quando se tem pais mal educados se tem crianças mal educadas

[...] é muito comum ouvirmos dos professores a queixa de que os pais não estabelecem limites, não educam seus filhos com princípios básicos como saber se comportar, respeitar os outros, saber esperar sua vez etc., no que estão normalmente repletos de razão, já que muitas famílias não estão objetivamente cumprindo sua função civilizatória básica.(VASCONCELOS, 2013, p. 240).

Muitas famílias não estão cumprindo sua função civilizatória básica, nesta perspectiva entendemos que os pais, não estão cumprindo com seu papel, não estão impondo limites nos filhos, estes não têm princípios éticos e morais, acham que da maneira que procedem em casa, devem também proceder na escola. De acordo com o autor a família não esta cumprindo a função da educação básica, ou seja, não está criando um ser humano racional civilizado. Isto implica que se não houver mudança, os valores morais estão ameaçados, pois segundo os pais E, “a indisciplina começa em casa, que é educação e respeito pelos colegas e professores”.

Segundo Donatelli (2004, p. 14), “ao revisitar a Antropologia e a Sociologia, buscaremos entendimento sobre a ideia de família, que foi radicalmente alterada nestes últimos cento e cinquenta anos com a entrada da mulher no mercado de trabalho após a segunda guerra mundial, quando a mulher encara o trabalho como uma finalidade mais importante que a própria família”. Ainda, Donatelli (2004, p.21) afirma que:

A conjugação de trabalho fora de casa, vida em grandes centros urbanos, meios de comunicação de massa e exiguidade de tempo disponível para se aproximar dos filhos deixou à família do pós-guerra um fardo bastante pesado de ser carregado por seus pares; conduziu a um lento e gradual distanciamento.

Nesta perspectiva de pensamento do autor, enfatizamos a ideia da necessidade da compreensão que o distanciamento entre pais e filhos, mais a questão da mulher, é um dos fatores apontados como a falta de limites e valores morais atribuídos aos sujeitos. Daí a importância da família no sentido de contribuir para formação de seres humanos com valores

para estabelecer relações que garantam a paz entre os humanos, para transformação da sociedade.

O comportamento é apontado como falta de disciplina em que os pais “M” afirmam que indisciplina está no “comportar-se de forma indevida em certas ou todas as situações”, enquanto os pais “N” afirmam que indisciplina é “falta de educação e pessoa sem caráter”, os pais “O” “Os problemas, a falta de educação entre as pessoas a má educação no meio social”.

Diante das afirmações supracitadas podemos afirmar que a falta de disciplina pode estar relacionada com a falta da presença de acompanhamento mais eficaz por parte da família, onde a criança acaba tendo de assumir-se e com isso ela adquire autonomia, estando esta menos disposta a obedecer à autoridade dos adultos.

Percebe-se que cada vez mais os alunos vêm para a escola com menos limite trabalhados pela família. Muitos pais chegam mesmo passar toda responsabilidade para a escola... É preciso ajudá-los a compreender que existe outra alternativa que supera tanto o autoritarismo, quanto o espontaneísmo (VASCONCELLOS, 1995, p. 63).

A ação familiar na tarefa educativa, deve ser reconhecida pela escola, impondo assim uma colaboração, que deverá significar a ajuda mútua para se obter o ideal educativo, mediante o respeito, “o educador deve exigir respeito dos alunos para com os colegas e para consigo” (VASCONCELLOS, 1995, p. 76). Na sequência, Vasconcellos afirma que:

Há uma tendência hoje que se expressa nos seguintes termos: “Eu só respeito quem me respeita”. Cuidado: se o aluno pensa assim e o professor também, quando haverá respeito? (1995, p. 76).

Diante das análises já feitas, percebe-se que nos dias atuais, é cada vez mais difícil estabelecer a disciplina, nos dias de hoje, a posição do aluno é muito diferente da que vivenciada por seus antepassados. Estes viveram entre a família e a escola. Hoje se percebe a “falta de respeito com o próximo” (pais J) e “constitui uma das queixas reinantes, não apenas dos professores, mas também os jovens de hoje não esperam regras, e mostra isso na escola fazendo com que professor e direção não saibam como lidar” (pais D).

Pode-se concluir que a indisciplina, como colocado pelos pais, é apresentada em alguns aspectos, ou seja, esta se torna evidenciada na relação social do aluno com os demais colegas, ainda esta se torna visível mediante ao acatamento às normas em relação ao convívio com a comunidade que se encontra inseridas, pois conforme os pais “I” “Não observar as normas do professor na sala de aula e falta de respeito às normas da escola” e os pais E que

também afirmam que é o “não cumprimento das normas da escola, é desrespeitar os professores e os próprios colegas da escola”. Cabe esclarecer que a disciplina também apresenta no sentido de cooperação no desenvolvimento das atividades escolares e no respeito com os colegas. Com Passos (2011, p. 101), reafirma-se o que está posto pelos pais quando ele nos coloca que “é óbvio que uma relação de respeito é condição necessária embora não suficiente para o trabalho pedagógico”, o autor diz ainda que podemos respeitar alguém por temê-lo ou podemos respeitar alguém por admirá-lo, mas que há uma grande diferença entre estas duas formas de respeito, onde o primeiro está fundado nas noções de hierarquia e superioridade e o segundo nas de assimetria e diferença, diz ainda que há uma incongruência estrutural entre eles. Entre as colocações dos pais, os pais M atribuem como causa de indisciplina a depredação e a prática do *bullying*⁴ e escrevem: “Trata-se de depredar a escola não respeitar professores, colegas e funcionários, prática de *bullying*, não realizar suas tarefas”. Aqui, além do fator *bullying* os pais referem-se também a questão de depredação. Na concepção de Passos (2011, p. 70) *bullying* pode ser conceituado como:

Um conjunto de comportamentos agressivos, físicos e psicológicos, como chutar, empurrar, apelidar, discriminar e excluir, que ocorrem entre colegas sem motivação evidente, e repetidas vezes, sendo que um grupo de alunos ou um aluno com mais força, vitimiza o outro que não consegue encontrar um modo eficiente para se defender.

Sabemos que o *bullying* é um fenômeno bastante complexo, e acontece quando um é alvo de ações agressivas de outro indivíduo que se acha mais poderoso ou superior ao outro, geralmente a percebemos e ignoramos ou muitas vezes a levamos como uma brincadeira, as vítimas são mais fracas, ou aquelas que não possuem capacidade para se defender, ou são as que respeitam e não tem coragem de denunciar e assim, acabam sofrendo com as agressões sem saber o que fazer para se defender. Poucos são os que pedem ajuda a seus pais ou a alguém da escola, diante desse fato é fundamental que a família e a escola mantenham um diálogo, e que a família procure a escola quando evidenciar que algo não está bem com seu filho ou aluno pelo qual é responsável. Segundo Passos (2011, P.73)... “nota-se a dificuldade de se encontrar algum estudo que se propunha a investigar criticamente o *bullying*, iniciar uma reflexão nesse sentido é a proposta”.

Ainda de acordo com Passos (2011, p. 71), o *bullying* pode ser classificado em três tipos, como coloca: “diretos e físicos, que inclui agressões físicas, roubar ou estragar objetos dos colegas, extorsão de dinheiro, forçar comportamentos sexuais, obrigarem a realização de

⁴*Bullying*, denominação inglesa surgida na década de 1970 na Noruega (PASSOS, 2011, p. 70).

atividade servil, ou a ameaça desses itens; diretos e verbais, que incluem insultar, apelidar, tirar sarro, fazer comentários racistas ou que digam respeito a qualquer diferença no outro; e indiretos que incluem a exclusão sistemática de uma pessoa, realização de fofocas e boatos, ameaçar de exclusão do grupo com objetivo de obter algum favorecimento, ou, de forma geral, manipular a vida social do colega”.

3.2.1.1 Situações de indisciplina na concepção dos pais

Nesta etapa, faz-se a análise das respostas dos pais, conforme concepção e entendimento diante do assunto, onde os pais respondem identificando casos de indisciplina na escola e em que alguns sugerem alternativas para amenizar tal situação. Nesta etapa percebe-se que novamente os pais fazem alusão à falta de limites, falta de comportamento, a agressão, depredação e as brigas como se conclui no depoimento que segue:

Algo muito ruim de onde surgem cidadãos pequenos se transforma em maus sujeitos quando crescem, já desde pequeno, não houve conselho e não trazem educação de casa, por isso lá adiante o que vamos ter? O que esperar dos jovens? Se eles não aprenderem agora enquanto é tempo, o que será de nossas crianças de hoje que serão o futuro de amanhã? Eu percebo a indisciplina quando não se tem respeito, quando perdemos o respeito uns pelos outros, aí é difícil controlar, mas as crianças eu espero que consigam ainda ser amigas e se respeitarem (Pais “P”).

O ato de educar exige acompanhamento para com a criança ou jovem, e este deve acontecer desde cedo, pois muitos casos de indisciplina na escola são viabilizados pela família na falta de acompanhamento e orientação por parte destes.

Os pais B percebem a indisciplina em praticamente todos os lugares, mas especificamente na escola, percebem alunos dizendo coisas impronunciáveis, batendo, xingando, dizem perceber que eles não temem serem repreendidos, e acredita que advertências e suspensão não representam nada para eles. “Acho que talvez a solução seja descobrir o que empolgue, interesse a eles de fato. Quando perceberem que eles estão gostando do que estão fazendo, suspender eles desta atividade quando fizerem algo de errado. Outra coisa que poderia funcionar seria, toda vez que houvesse algum problema entre aluno, xingamento, agressão, colocá-los frente a frente e fazer cada um dizer sua versão e no final fazê-los se conscientizar o quanto aquilo é prejudicial a ambos, e que se ficassem unidos poderiam se divertir e aproveitar melhor as brincadeiras”(Pais B).

Na verdade o que sugerem os pais “B”, é que se dê o castigo, proibindo que o aluno participe de atividades que ele gosta, (acredito que são as atividades recreativas que são

oferecidas) e também sugere o diálogo, o qual pode ser a “roda de conversa” possibilitando a abertura de espaços de encontro, de escuta e de troca entre os envolvidos e o mediador (alguém da direção) faça a mediação no sentido de conscientizar dos seus valores e para que ajam em sintonia com estes, como sugerem os pais “fazê-los se conscientizar o quanto aquilo é prejudicial a ambos, e que se ficassem unidos poderiam se divertir e aproveitar melhor as brincadeiras”.

Outras falas se apresentam:

Percebo que filhos que não tem limites, são alunos indisciplinados, a disciplina começa em casa, sabemos que educação e respeito se refletem no ambiente escolar. O grande desafio da educação perante a indisciplina é reverter os valores e trabalhar a educação (Pais G).

Indisciplina é não ter limites e de como os educadores são tratados pelos alunos, hoje em dia com o estatuto da criança e do adolescente, os pais perderam o respeito dos filhos, não se pode mais educar como podíamos, o que sobra para os educadores? (Pais H).

A justiça nos tirou o direito de educar nossos filhos e não sabemos como agir para ajudar os professores. A indisciplina é geral com todos os adolescentes em todos os lugares, infelizmente (Pais H).

Para resolver à indisciplina precisa a colaboração dos pais, demonstrando limites, a escola precisa dar limites e mais firmeza e ter suas regras bem definidas. Os pais por sua vez, dar mais autonomia ao sistema de ensino (Pais T).

Analisando as colocações dos pais, observa-se que eles indicam a família como a base do processo educativo no qual escola e família exercem papéis distintos no processo educativo evidenciando-se uma confusão de papéis, observa-se que a principal função da família é a transmissão de valores morais às crianças. Já à escola cabe a missão de recriar e sistematizar o conhecimento histórico, social, moral (AQUINO, 1998).

É faltar aulas, depredarem o material ou o prédio da escola, é agredir os colegas e professores física e verbalmente; percebo indisciplina quando vejo vários estudantes faltando às aulas, pais desinteressados pelo desempenho de seus filhos, e alguns professores aceitam essas situações e pouco fazem para buscar uma solução (Pais E).

Brigas, não saber conversar e resolver situações sem agressão, não saber acatar ordens do professor, a criança precisa saber a hora de levar a sério, gritaria ou qualquer coisa que atrapalhe a aula e prejudique a atenção dos colegas e o trabalho do professor. A função de impor limites e ensinar respeito e outros valores é principalmente dos pais (Pais C).

Briga entre os colegas, mau comportamento, falta de consideração uns com os outros, apelidos e palavrões inadequados (Pais I).

Percebe-se a indisciplina quando o aluno risca em classes, desobedece aos professores, agride de forma física ou verbal os colegas, não realiza seus deveres,

falta frequentemente, não participa de trabalhos ou brincadeiras propostos pela escola (Pais M).

Segundo Tiba (2013, P.188), “ofender, agredir, roubar ou destruir materiais (da escola, do professor ou mesmo do colega), pichar muros, paredes e soltar bombas no banheiro são comportamentos que as instituições de ensino em geral não deveriam admitir”.

Fazendo comparações com Tiba e os pais, percebe-se que os pais evidenciam os atos indisciplinados que está posto pelo autor, nos chama a atenção com seu apontamento “as instituições de ensino em geral não deveriam admitir”, parece estar dizendo que a escola admite o que não é bem verdade, pois não se pode antecipar aquilo que está na mente de um aluno que vem para a escola com propósito de tal ato como supracitado por Tiba, e que, no decorrer do seu texto (p.189) nos coloca que: “Aluno que não respeita os outros, precisa ser educado e ser tratado”, e quando se refere à educação, diz que cabe aos pais e a escola enquanto o tratamento cabe aos pais e ao profissional de saúde.

3.2.2 Indisciplina na Visão dos Alunos

Ao perguntar aos alunos sobre o que entendem por indisciplina, pode-se afirmar a partir das respostas das entrevistas que investigaram os alunos sobre o tema que, os conflitos devem ser discutidos para trabalhar os valores e regras e o emprego de intervenções coerentes com o processo de construção da disciplina, onde tais intervenções possam contribuir para a melhoria das relações interpessoais e para o desenvolvimento do ser humano.

Os alunos evidenciam que indisciplina decorre do “comportamento errado e não aceito na sociedade”; “é aquela pessoa mal educada, briguenta, que fala palavrão”; pessoa que briga e não respeita as pessoas em aula arrasta cadeiras e bate nos outros; não ter modos, ser agressivo, não querer estudar; indisciplina é ser mal educado, desorganizado, fazer *bullyng*⁵ com as pessoas e bate nos outros; “Não saber respeitar, não saber das regras”; é um aluno mal-educado que briga com os colegas.

Vasconcellos (1995, p. 97) atribui cinco itens que podem colaborar para a construção da disciplina em sala de aula que são: 1 - “Participação consciente e interativa” (em sala de aula); 2 - Respeito (normas estabelecidas coletivamente); 3 - Direitos e Deveres (formação da cidadania); 4 - Organização dos alunos (representantes de classe); 5 - Outras Práticas (superação do individualismo).

⁵*Bullyng*, denominação inglesa surgida na década de 1970 na Noruega (Passos, 2011, p. 70).

Observando as atribuições feitas por Vasconcellos (1995, p.97) conclui-se que, para combater senão amenizar os casos de indisciplina, a escola tem de analisar a forma como é exercido o seu controle. Percebe-se como a prevenção da indisciplina está relacionada com a organização pedagógica da escola, em que, a disciplina e a indisciplina são questões que devem ser tratadas através das relações pedagógicas estabelecidas entre os diversos protagonistas da realidade escolar. Para se compreender o que é indisciplina, se faz necessário compreender acerca do termo disciplina, isto é, sobre o conjunto de comportamentos que são considerados aceitáveis, sob o ponto de vista pedagógico e social.

3.2.3 Indisciplina na Visão de Professores e Funcionários

Durante a entrevista sobre o tema foi perguntado aos professores na questão “o que você entende por indisciplina?” Se queremos ter alunos disciplinados, precisamos antes de tudo investigar o entendimento dos professores em relação ao tema, pois são estes que estão em contato direto com os alunos, a indisciplina que na pedagogia tradicional parecia não existir torna-se hoje um complicador à efetivação de seu trabalho em sala de aula, e que se confirma na fala da professora “B” ao responder à questão:

Entendo por indisciplina: agressões físicas e verbais, rótulos, *bullyng*, desrespeito e é também uma grande barreira para o desenvolvimento ensino aprendizagem e consequentemente trazendo transtorno para a comunidade escolar.

Da mesma forma a professora “C” fala de sua percepção em relação ao questionamento, em que a professora escreve que “indisciplina é uma atitude ou comportamento inadequado que vai contra as normas estabelecidas nos grupos sociais ocasionando desrespeito e interferindo no bom andamento desse grupo”.

Seguem as colocações dos demais professores e funcionários apontamentos sobre indisciplina escolar, em que eles apontam (funcionário “A”): *o mau comportamento, atitudes inadequadas, o desrespeito às autoridades (direção e professores)*; já o funcionário “B” escreve que a indisciplina está relacionada com a desobediência às regras e normas. Nas colocações dos demais professores se repetem as colocações já postas.

Em relação ao exposto pelos professores e funcionários a esse respeito Vasconcellos afirma que:

O professor deve propiciar o estabelecimento em conjunto das regras de trabalho em sala de aula, através do levantamento das necessidades dos alunos (e da escola), da avaliação das regras existentes. Uma vez elaboradas, e não deve ser muito, fixar em lugar visível e/ ou registrar no caderno, na agenda escolar. Mais do que chegar as 'regras' da classe e da escola, trata-se de um processo de conscientização (2004, p. 106).

A partir de Vasconcellos e das citações dos professores e funcionários constata-se que a disciplina está relacionada a atribuição de normas elaboradas no coletivo trabalhando a conscientização de todos no que diz respeito as normas estabelecidas pelo grupo.

3.3 PROPOSIÇÕES PARA DIMINUIR A INDISCIPLINA

A gestão democrática pressupõe busca de qualidade também como princípio orientador da construção de uma escola que valorize as relações estabelecidas pelos indivíduos em seu cotidiano, visa assegurar uma aprendizagem voltada para as necessidades e o sucesso do aluno, de forma que **o aprender possa ser percebido e construído a partir da integração das diversas áreas do saber humano e não de maneira isolada e fragmentada.**

Nesse projeto o argumento central é que a indisciplina representa um problema a ser pensado sob a perspectiva da gestão escolar, fato que coloca em questão o próprio projeto pedagógico da escola, na medida em que consegue afetar não somente as iniciativas e práticas dos professores, mas as finalidades mais amplas que se deseja atingir dentro da sala de aula, que devem ser a aprendizagem, socialização, acesso à cultura e formação do cidadão.

Pois, como diz Fernandez *et al.*(1999, p. 222):

As forças morais são muito mais poderosas na vida do que vocês creem. Perguntem as pessoas que tiveram sucesso quais meios elas empregaram! Observem os professores que foram, como vocês, modestos aprendizes e são hoje cidadãos honrados por todos! *Atividade perseverante e desejo constante de aperfeiçoar-se. Gestão consciente de seus negócios e dedicar os melhores cuidados a sua clientela. Honestidade, economia, sobriedade e ordem na oficina, na venda e no lar.* Eis aqui os segredos do êxito na vida artesanal. Por que não iriam vocês fazer como eles? Caminhando sobre seus passos vocês chegarão a seu objetivo: a mestria e a independência no ofício de vocês!

Tendo em vista os frequentes registros em cadernos próprios que diz respeito a atitudes comportamentais, ditos como indisciplina por parte dos professores, sobre a atitude de alguns alunos do Ensino Fundamental – anos iniciais torna-se imprescindível planejar a

intervenção, para efetivar a caminhada para se atingir o ideal de uma escola de qualidade⁶. Este ideal nos processos de ensino e aprendizagem se efetiva pelo êxito do aluno, e conseqüentemente dos professores, equipe diretiva e escola. Este projeto deve ser um facilitador e auxiliador do desempenho escolar do aluno e também da escola, também servirá contra a exclusão já que a tendência do aluno, que sofre com a falta de êxito é cada vez mais perder o interesse por adquirir conhecimentos, ocasionando assim a reprovação o que leva a escola a ter um grande número de alunos com distorção idade ano ou se auto exclui abandonando a escola quando percebe seu baixo rendimento. Sendo esta situação que agrava as questões relacionadas à disciplina escolar.

Em busca pelo crescimento, muitas vezes, o aluno se depara com algumas derrotas ou fracassos, que, no entanto, estas devem ser transformadas em aprendizagens significativas, segundo Sacristán (2011, p. 76) “[...] na aprendizagem estão implicados fatores cognitivos e meta cognitivos, fatores motivacionais e emocionais e fatores sociais e culturais”. Este obstáculo na maioria das vezes requer um mediador para acompanhamento para que ele possa conseguir interagir socialmente na faixa etária a que ele se encontra. Sacristán (2011, p. 76) afirma que “a relação entre conhecimento e emoções é complexa e cambiante”. No ambiente escolar, muitas vezes estes obstáculos aparentemente são intransponíveis, na forma de problemas de aprendizagem que são caracterizados como aqueles que “não querem nada com nada”, desinteressados ou que na maioria das vezes estão apáticos, o que foge a normalidade dos processos de ensino e aprendizagem, como diz Amado (2000, p. 287).

É claro que o “desinteresse” tem muitos fatores anteriores e exteriores à relação pedagógica como os associados à classe social de origem, às crenças dos pais sobre o valor e papel da escola, (ROBINSON, 1978), mas é no seio da relação pedagógica que esses fatores externos acrescidos dos fatores internos, jogam um papel crucial.

Na sequência do texto, o autor coloca ainda que “os fatores pessoais estão intimamente ligados por um lado à própria ação do professor” sabemos que existem certos problemas escolares que são praticamente impossíveis de não ocorrer, sendo o desinteresse um dos fatores, o qual este é também um dos que gera a indisciplina. Determinados alunos apresentam grande dificuldade em interagir com certas atividades, outros apresentam resistência total no sentido de adquirir conhecimentos, se isolando dos demais colegas, negando-se a participar das atividades propostas, bem como estão desinteressados em realizar algo que se refere à aprendizagem. Diante desta colocação de Amado, Vasconcellos (1995, p.

⁶ [...] dizemos que algo é de qualidade querendo dizer que é bom, [...] que qualidade tem a boa educação que queremos? (RIOS, 2001, p. 21 e 70).

77) aponta que o “professor se preocupa em demasia com as exigências relativas ao aluno, especificamente a disciplina, esquecendo-se de se preocupar com um ensino significativo e participativo” e,

Com o tipo de curso que propõe/impõe – desvinculado da realidade, passivo – o **professor acaba sendo um dos mais sérios fatores indisciplinadores**. Muitas vezes as crianças não conseguem verbalizar o que estão sentindo, mas sinalizam com seu corpo, com seu comportamento (VASCONCELLOS, 1995, p.77).

Acredita-se que quando a intervenção acontece, aumenta a possibilidade de contribuir para minimizar o problema, uma vez que o processo é mais rápido e mais próximo, quando se busca ouvir a comunidade escolar e propuser ações que contemplem seus anseios de (re) construção de um ambiente escolar favorável para as relações interpessoais positivas entre todos.

Diante das situações de indisciplina considerada um dos fatores que dificultam a aprendizagem, neste projeto de intervenção, esta será pontuada para ser estudada com maior rigor, em caráter prioritário. A Escola, juntamente com alunos e pais e ou responsáveis, assume o compromisso de atender a pluralidade dos ritmos e características dos alunos, proporcionando oportunidades diversificadas que assegurem condições favoráveis à superação das dificuldades encontradas no processo de ensino e de aprendizagem, evitando assim atitudes de mau comportamento e causando a indisciplina.

Sendo assim, a indisciplina ou disciplina pode ser aprendida, portanto, o problema da indisciplina não deve ser encarado como alheio à família e a escola sendo a disciplina fundamental como elemento de apoio para que haja qualidade na aprendizagem, para Vasconcellos:

[...] nos últimos anos houve um aumento significativo de casos de indisciplina dentro da sala de aula. Segundo o autor, será a partir da reflexão do professor sobre sua prática e uma possível mudança na sua forma de atuar, que poderemos observar uma transformação dos comportamentos na escola (1997, p. 229).

O autor continua: “o desafio que se coloca é que, de um lado, o professor deve exigir esforço, dedicação, disciplina dos alunos e, de outro deve exigir-se, de maneira a construir uma adequada proposta de trabalho” e afirma: “criança motivada não dá problema de disciplina” ao ambiente escolar. Portanto, nos últimos anos houve um aumento significativo de casos de indisciplina e não tem recebido a atenção por parte da escola, o que acontece na escola (como muito se tem feito) pelos alunos que apresentam bom desempenho, como oferecimento de certificados, aluno destaque, mas os alunos que realmente deveriam receber

maior atenção pelo fato de apresentarem dificuldades de comportamento, conseqüentemente baixo rendimento escolar são ignorados muitas vezes pela própria escola. Por isso a necessidade dessa situação ser revista e superada através de ações interventivas.

Segundo Fontes:

As causas familiares da indisciplina estão à cabeça. É aí que os alunos adquirem os modelos de comportamento que exteriorizam nas aulas. Em tempos a pobreza, violência doméstica e o alcoolismo foram apontados como as principais causas que minavam o ambiente familiar. Hoje se aponta o dedo também à desagregação dos casais, droga, ausência de valores, permissividade, demissão dos pais da educação dos filhos, etc. Quase sempre os alunos com maiores problemas de indisciplina provém de famílias onde estes existem (2013, S/P)⁷.

Fontes (2013, S/P) auxilia a entender que a educação deve ser tratada como política social, esta com o comprometimento fundamental da garantia dos direitos do cidadão. Ao entender que educação de qualidade é capaz de formar seus sujeitos para uma ação política e que esteja comprometida com os interesses coletivos, esta deve ser vista como um processo de formação da cidadania plena, que prepare sujeitos para participar ativamente de todos os espaços políticos. Entende-se, também, que a escola é um lugar de práticas sociais democráticas e não só um processo de formação para o mercado de trabalho; por isso acredito que a participação na intervenção dentro de um processo democrático é fundamental, para atingirmos essa educação de qualidade. A escola é um dos principais espaços formativo, que contribui em auxiliar o aluno. Para Zandonato e Lopes (2013, p.3):

[...] a educação moral deve estar presente na formação do ser humano enquanto indivíduo e que, conseqüentemente, um dos fins da educação deva ser justamente, o desenvolvimento pleno do educando, ou seja, de suas funções mentais, através da aquisição de conhecimentos e da aquisição de valores (2013, UNESP, p. 3).

A disciplina ou indisciplina é percebida nos mais variados meios e, sendo assim acontece também fora da escola; a educação é um processo inerente ao ser humano, na medida em que se vive em diferentes situações estamos nos educando, o dia a dia é educativo no momento em que se cria e recria formas de vida social. A indisciplina dos alunos é queixa constante dos professores, sendo este um problema a ser pensado sob a perspectiva da gestão escolar, na medida em que consegue afetar não somente as iniciativas e práticas dos professores, mas as finalidades mais amplas que se deseja atingir dentro da sala de aula, que

⁷<http://educar.no.sapo.pt/indisciplina.htm> (Acesso em 23/07/13).

devem ser a aprendizagem, socialização, acesso à cultura e formação do cidadão, a colaboração para efetivação dos fatos é de fundamental importância para que isso se efetive. Devem-se propiciar experiências entre pares com bases na cooperação, construindo um ambiente com regras coerentes e justas, questionando sobre a coerência destas da própria escola.

3.3.1 Busca de Alternativas para reduzir a Indisciplina na Escola

Entre os autores, e os conceitos sobre o tema do projeto, é necessário detalhar e esclarecer acerca do termo **intervenção, e intervenção disciplinar**, a noção de intervenção disciplinar que ocupa uma posição em relação a complexidade de situações decorrentes da indisciplina. A intervenção disciplinar entendida como:

Uma ação destinada a produzir alguma mudança, tendo em vista preservar, melhorar e principalmente restaurar as condições de aprendizagem e convivência na escola (GARCIA, 2011, p. 585).

Na concepção de Burden (1995, p.24-25), “a intervenção constitui uma ação exercida pelo professor com a intenção de interromper ações de indisciplina e restabelecer o fluxo das atividades educacionais”. Já para Estrela (1994, p.74-78), “a intervenção disciplinar pode atender a duas perspectivas, uma de caráter corretivo e outra de caráter Pedagógico”, segundo a autora, a intervenção disciplinar pode atender a duas orientações gerais, (de caráter corretivo e outra de caráter pedagógico), as quais refletem diferentes concepções quanto às causas da indisciplina e seu possível tratamento, sendo que a primeira está ligada ao aluno, colocando este como elemento principal, na qual as práticas da intervenção assumem um caráter individualizante e corretivo. “A segunda apresenta-se com caráter sociológico e pedagógico onde estas são consideradas variáveis relacionadas ao contexto mais amplo em que está situada a escola. Temos assim que a primeira tem como foco o sujeito indisciplinado e o segundo que se baseia em uma leitura do contexto indisciplina” (GARCIA, 2011, p. 587).

Na certeza da urgência da transformação da Escola no sentido de direcionar o trabalho para a indisciplina dos alunos do Ensino Fundamental, a escola organiza e programa as ações como uma atividade coletiva de intervenção para que realmente aconteça a mudança e que estas estejam inseridas no projeto político-pedagógico da escola. O projeto político-pedagógico adquire legitimidade no seio da comunidade escolar quando elaborado e implementado em um processo de planejamento participativo. Dessa forma, o PPP

caracteriza-se por sua contínua necessidade de atualizações, mudanças e reflexões que podem gerar novas reorganizações mediante acompanhamento e avaliações permanentes, a fim de propiciar sua intervenção na realidade escolar, este se constitui em um imprescindível instrumento de intervenção pedagógica escolar e de comunicação entre os sujeitos que interagem no cotidiano. Concebido nesta perspectiva, este documento ganha força como instrumento para o aprendizado dos princípios da autonomia e da construção da identidade institucional no exercício de uma gestão democrática. Serão participantes desse estudo, alunos e famílias (pai, mãe, responsável) de alunos do Ensino Fundamental anos iniciais, que apresentam comportamento que se considera inadequados, as professoras, equipe diretiva, estagiários que eventualmente desenvolvem atividades na escola, funcionários e a monitora. Os alunos da turma serão os mediadores das famílias, através de convites escrito, que ficará a cargo da escola.

Desta forma, considera-se importante esta maneira de enfrentamento do problema indisciplinar para elaboração do projeto de intervenção quando as ações serão flexíveis, onde vão ocorrer um ir e vir entre as fases, características dos envolvidos com a situação problema, em que os pressupostos teóricos e metodológicos apropriados para o desenvolvimento do projeto pautam-se na revisão da literatura sobre o tema em estudo, para tanto se apropria nas obras de Antunes (2002), Aquino (1996, 1998), Ludke (1992), Passos (2011), Rebelo (2011), Vasconcelos (1995, 1997 2013) e outros autores que abordam a temática em questão, na busca por compreender a indisciplina como um obstáculo e um complicador ao bom desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem do trabalho pedagógico dentro do ambiente escolar.

Os dados para a realização do diagnóstico partem da apresentação do projeto com ênfase ao que se refere o tema e posterior questionário (Apêndice p.) entregue aos pais presentes na reunião e encaminhamento aos que não compareceram, no qual se busca dados relativos à classe social a que pertencem, bem como o seu entendimento sobre o tema em estudo, além da opinião sobre como percebem casos relativos a temática em estudo. Segundo Goldenberg existem vantagens na aplicação de questionários e uma delas é a de que “os pesquisados se sentem mais livres para exprimir opiniões que temem ser desaprovadas ou que poderiam colocá-los em dificuldades” (2004, p. 87).

Após a coleta de dados através do diagnóstico foi feito um estudo analisando fatores identificados pelos participantes, os quais serão divididos conforme as causas apontadas. No mesmo questionário será possível identificar o grau de instrução dos participantes, que são os responsáveis pelos sujeitos do projeto em estudo. O mesmo processo de diagnóstico será

aplicado também aos professores e funcionários, sendo que para estes não se faz necessário o questionário que identifique a classe social a que pertencem.

3.4 A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA E A PROBLEMÁTICA DA INDISCIPLINA

Precisamos perceber a escola como o lugar que traz sempre o momento oportuno de se promoverem valores humanos nos alunos, muito além de ser um lugar de adquirir conhecimento. Portanto, precisamos compreender sobre a necessidade de refletir a gestão que envolve o coletivo da escola e a sua influência quanto às regras e normas estabelecidas no espaço escolar, também tem relevância compreender que cada escola é uma realidade diferente, que envolve os seus atores, com problemas e dificuldades específicas cabendo a cada uma buscar em seu coletivo promover reflexões, analisando-as bem como o seu papel na construção e/ou reconstrução do Projeto Político-Pedagógico.

É possível perceber que a escola tem papel fundamental na formação da cidadania, por ser ela uma instituição caracterizada por cultura própria atravessada por relações de consenso e de conflito marcada por resistências e contradições, representando a um só tempo, espaço de democratização e de educação individual, de um lado e de transmissão dos valores coletivos e da consciência social de outro (HORA, 2010, p.46)

Hora (2010) em seu texto coloca a escola com o papel fundamental na formação da cidadania e salienta também a transmissão de valores, o qual se sabe que são elementos fundamentais para que se tenha a disciplina. Conforme Donatelli (2004, p. 64), “durante séculos as orientações dos pais aos filhos estiveram presas aos valores da fé religiosa e, em especial do catolicismo”. Esses valores, diz Donatelli (2004, p. 64), como “respeito aos mais velhos, limites comportamentais e bom trato das pessoas na esfera pública faziam parte do rol de princípios ensinados e cobrados cotidianamente de crianças e jovens”.

Ainda utiliza-se das palavras de Donatelli para reforçar o pensamento de questões que tratam do fator indisciplina, pois como colocado no diagnóstico inicial do projeto de intervenção, a falta de educação trazida de casa, bem como os ensinamentos dos valores, que são fatores primordiais para que se tenha disciplina; nesse sentido Donatelli contribui dizendo:

As virtudes servem como antessala dos estatutos morais desejados pelas famílias... Aos filhos não cabia outra atitude diante dos pais e na esfera pública senão a de respeitar e manter a risca aquilo que fora aprendido em casa. O uso de palavras de baixo calão, ou expressões grosseiras era vetado sempre; contrariar uma ordem ou

um desejo dos pais ou autoridades – especialmente de professores –na esfera pública era algo inconcebível (2004, p. 65).

Busca-se abordar em relação a valores, pois analisando o diagnóstico inicial já colocado no projeto de intervenção, constata-se que este termo aparece citado por vários participantes da entrevista através de questionário, onde atribui à falta de valores as causas da indisciplina. “(...) Pra mim disciplina é o mesmo que educação, pois é de casa que agente traz grandes valores, de respeitar para ser respeitado, respeitando a todos com os mesmos valores, porque todos somos iguais” (pais A)⁸.

A família é o berço da educação, sabemos da importância e responsabilidade que ela tem para com seus filhos, pai e mãe são responsáveis pela educação dos filhos e juntos devem educá-los um apoiando o outro com acompanhamento diário dos afazeres de seus filhos. Segundo Tiba (2007, p. 271), a formação da cidadania tem que partir de casa desde que a criança é pequena,

[...] assim a educação familiar ganha um foco para onde devem convergir todas as orientações, os ensinamentos e exigências, os deveres e direitos relacionamentos afetivos, as relações de custo/benefício os aprendizados e práticas dos valores cidadãos, profissionais e pessoais, num processo muito mais racional que emocional.

É de extrema importância a parceria família-escola, sendo que muitas vezes ocorre que as famílias, devido a uma série de fatores decorrentes muitas vezes da desestruturação familiar e social de hoje, não respondem aos chamados da escola, esperando que a escola sozinha muitas vezes de conta de seus filhos, quando estes reconhecem que não estão conseguindo, com isso a escola cada vez mais vem desempenhando várias funções, além daquelas que são de responsabilidade da escola.

Destaca-se que entre os fatores que contribuem para a geração da indisciplina no contexto escolar pode ser a atuação da própria escola no momento em que seus dirigentes manifestam atitudes autoritárias em relação a determinadas situações o que na verdade, deveria fazer uso de uma reflexão crítica sobre as normas da escola, agindo cautelosamente, tendo em vista que cada aluno é único e possui personalidade diferente, então, conhecer a escola e ter uma visão das relações e interações que constitui seu dia a dia, e ainda, uma reflexão de seu cotidiano, é fator de grande relevância para um diagnóstico inicial para aprimorar a gestão democrática. A indisciplina ou disciplina reside também no clima da

⁸ Citação escrita fornecida no Diagnóstico inicial do Projeto de Intervenção (pais A, assim nomeados para identificação da pesquisadora)

escola, se a escola não impõe seus valores entre alunos e professores, conseguir disciplina passa a ser um desafio.

“A expressão da real identidade da escola nos remete a indagações: como conceituá-la, como instituição e/ou organização?” (SALERNO, 2007, p. 47), O autor continua em seu texto, em que afirma “se vista como instituição, então a escola é definida como um conjunto de normas controladas por um sistema de valores” (SALERNO, 2007, p. 47). Construir a identidade está relacionado em consolidar o Projeto Político Pedagógico da escola, pois este é o elemento norteador, o que possibilita planejar aquilo que se tem a intenção de fazer, ou seja, planeja-se o futuro diferente do presente, como afirma Gadotti (1994, p. 579),

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores.

4 A INTERVENÇÃO E SUA CONCEPÇÃO METODOLÓGICA

Neste capítulo, discutimos a perspectiva teórico-metodológica que embasa a intervenção, apresentando, inicialmente, uma breve colocação a respeito do papel do Pesquisador em relação à indisciplina escolar. A seguir, tratamos da escolha metodológica, da construção do objeto, do processo da aplicação e, por fim, dos procedimentos adotados para a análise dos mesmos.

Como pesquisadora, considera-se importante fazer algumas considerações sobre o trabalho da própria pesquisadora. A intenção é deixar claro alguns aspectos que norteiam minha ação como pesquisadora e, conseqüentemente, a escolha metodológica desta investigação, em que as considerações estão embasadas numa abordagem crítica, cujo papel é investigar questões da indisciplina escolar, seus múltiplos contextos para, com postura crítica, levar a uma compreensão, na busca por solução dos atos disciplinares, num nível que vai além de uma leitura comum.

Na minha prática, como gestora, busco criar possibilidades de entendimento, compreensão dos fatos que se estabelecem enquanto atos de indisciplina, de maneira a promover um processo de entendimento, enquanto se busca auxílio na tentativa de solucionar os problemas relativos a indisciplina, promovendo a negociação, a parceria, o diálogo, a responsabilização, o respeito e escuta.

Partindo da proposta do Curso De Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado Profissional Em Educação, o qual tem como proposta a elaboração de um projeto de intervenção, o referido projeto está fundamentado nos pressupostos da pesquisa-ação que, segundo Thiollent (2005, p. 16),

(...) é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Segundo Thiollent (2005), o que qualifica uma pesquisa como sendo “pesquisa-ação” é a ação através das pessoas, ou dos grupos envolvidos e que tem como alvo o problema da intervenção, é um tipo de pesquisa em que os pesquisadores

[...] desempenham um papel ativo na resolução dos problemas identificados, no acompanhamento e na avaliação das ações desenvolvidas para sua realização. Dois tipos de objetivos são atribuídos à pesquisa-ação: a) objetivo prático: relacionado ao tipo de problema que a pesquisa pretende resolver ou contribuir para sua resolução e

b) objetivo de conhecimento: obter informações, aumentar o conhecimento sobre determinado tipo de problemática.

Em síntese, para Thiollent (2005, p. 18), a pesquisa-ação apresenta seis fatores de caracterização que são:

- a) por uma ampla e explícita interação entre pesquisadores e pessoas implicadas na situação investigada;
- b) desta interação resulta a ordem de problemas a serem pesquisados e das soluções a serem encaminhadas sob forma de ação concreta;
- c) o objeto de investigação não é constituído pelas pessoas e sim pela situação social e pelos problemas de diferentes naturezas encontradas nessa situação;
- d) o objetivo da pesquisa-ação consiste em resolver ou, pelo menos em esclarecer os problemas da situação observada;
- e) há, durante o processo, um acompanhamento das decisões, das ações e de toda a atividade intencional dos atores da situação;
- f) a pesquisa-ação não se limita a uma forma de ação (risco de ativismo).

Conforme os pressupostos de Thiollent (2005, p. 3), a intervenção está centrada na realidade da escola, “envolvendo sua comunidade, com vistas a uma transformação”. Foi com esse embasamento que se elaborou o Projeto de Intervenção no espaço institucional de atuação do pesquisador, sob a orientação de Docente Permanente (Orientador credenciado) do Programa e com avaliação final mediante apresentação pública a uma banca constituída de pelo menos dois docentes da UNIPAMPA, sendo um deles do próprio Programa.

Assim se dá início a aplicação da intervenção no espaço institucional de atuação da pesquisadora sob a orientação de Docente Permanente (Orientador credenciado), projeto este já aprovado, e que terá como produção um Relatório Final (crítico-reflexivo), sob a supervisão do Orientador do Programa e com avaliação final mediante apresentação pública a uma banca constituída de pelo menos três docentes: um docente permanente (Orientador credenciado), um docente do próprio Programa e um professor-doutor de outra instituição credenciada.

Nas intervenções, a intenção é descrever detalhadamente os procedimentos realizados, avaliando-os e produzindo explicações plausíveis, sobre seus efeitos, fundamentadas nos dados e em teorias pertinentes. Os cruzamentos de dados coletados por meio de diferentes instrumentos, a reflexividade e a validação comunicativa são os aspectos que conferem qualidade às pesquisas qualitativas (BAUER; GASKELL, 2002 *apud* DAMIANI, 2012, p. 5).

Segundo Damiani (2012), a metodologia se subdivide em a) método da intervenção a qual descreve a prática pedagógica e deve ser detalhado fundamentando-a teoricamente e o

método da avaliação da intervenção; b) método da avaliação da intervenção que especifica os instrumentos de coleta e análise de dados utilizados para tal intervenção.

O envolvimento da comunidade se torna fundamental para que todos possam refletir e discutir sobre a indisciplina no ambiente escolar, conforme Thiourent (2005, p. 3), já citado anteriormente e que afirma que a intervenção está centrada na realidade da escola, “envolvendo sua comunidade, com vistas a uma transformação” a pesquisadora também sentiu a necessidade de envolver a comunidade no projeto de intervenção, trazendo-a para o ambiente escolar. Os pais e/ou responsáveis foram convidados para uma roda de conversa que aconteceu no dia quatro de setembro de dois mil e quatorze conforme Anexo F, em que foi apresentado o **Projeto de Intervenção, “UM OLHAR SOBRE A (IN)DISCIPLINA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA DR. CELESTINO LOPES CAVALHEIRO”**, salienta-se que o Projeto já era de conhecimento, pois os pais e/ou responsáveis, participaram do diagnóstico inicial do Projeto. Possibilitar a reflexão e discussão através da análise do ECA, no sentido de esclarecimentos em que aprenderão maneiras através das quais poderão criar um ambiente positivo e bem-estar de seus filhos, na busca de contribuir para o fortalecimento da cultura da Paz.

O problema da indisciplina está angustiando cada dia mais os educadores em geral e os professores em particular. A grande pergunta que está na cabeça de todos é: o que fazer? Embora esta questão seja da maior importância e deva ser respondida, entendemos que, antes, outras duas devem ser enfrentadas: o que está acontecendo? o que queremos? É comum ouvirmos o seguinte: **"Já sabemos bem qual é o problema, até porque o sofremos na pele. Queremos é solução"**. No entanto, o que temos observado é que padecemos, mas não compreendemos o problema; no trabalho científico costuma-se afirmar que definir bem o problema é já ter 50% da solução [...] (VASCONCELLOS, 2013, p. 230).

Sendo assim, iniciamos a intervenção através de rodas de conversa com a comunidade escolar, quando refletimos sobre os principais problemas que envolvem a indisciplina, dialogamos sobre os problemas detectados no diagnóstico através da pesquisa e decidimos que daríamos continuidade ao projeto através de ações discutidas e planejadas em rodas de conversa com a participação da equipe gestora, professores, pais e alunos.

4.1 EXECUTANDO O PROJETO

A queixa dos professores é a indisciplina escolar, que representa um problema a ser pensado sob a perspectiva da gestão escolar, problema que afeta não somente as iniciativas e

práticas dos professores, mas as finalidades mais amplas que se deseja atingir dentro da sala de aula, que devem ser a aprendizagem, socialização, acesso à cultura e formação do cidadão. Optou-se por realizar a intervenção com as turmas do 1º ao 5º ano por serem estes os alunos que permanecerão por mais tempo na referida escola e porque houve a solicitação por parte dos professores e da própria equipe diretiva da escola, de que o projeto acontecesse nestas turmas, pois é preocupante que certas situações como gestos obscenos, empurrões, bolinhas de papel, xingamentos aconteçam nesta faixa de idade, que é entre seis e onze anos de idade.

A execução do projeto se dá a partir das ideias dos autores Moura e Barbosa (2006, p. 172) que afirmam: “Todo projeto é um empreendimento temporário, mas é desejável que deixe na instituição efeitos positivos e permanentes das mudanças que ele promove”. Salientam ainda da importância da instituição estabelecer formas de inserção das atividades do projeto na estrutura e funcionamento, buscando maximizar esses efeitos.

A proposta metodológica embasa-se na concepção de Moraes (1999, p. 2), com a...

[...] análise de conteúdo que constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum [...] Essa metodologia de pesquisa faz parte de uma busca teórica e prática, com um significado especial no campo das investigações sociais. Constitui-se em bem mais do que uma simples técnica de análise de dados, representando uma abordagem metodológica com características e possibilidades próprias.

O Projeto de Intervenção, que tem por objetivo geral contribuir para que os professores dos anos iniciais reflitam acerca de ações que possibilitem a redução das queixas de indisciplina por parte dos professores da Escola Estadual de Educação Básica Dr. Celestino Lopes Cavalheiro, propõe rodas de conversa e, conforme Moraes (1999), estas apresentam características próprias, segundo Moraes, “a matéria-prima da análise de conteúdo pode constituir-se de qualquer material oriundo de comunicação verbal ou não verbal, como cartas, cartazes, jornais, revistas, informes, livros, relatos autobiográficos, discos, gravações, entrevistas, diários pessoais, filmes, fotografias, vídeos, etc. Moraes afirma que esses dados chegam bruto e necessitam então ser processado facilitando assim a compreensão do trabalho. Sendo assim, segundo Olabuenaga e Ispizúa (1989), “a análise de conteúdo é uma técnica para ler e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos, que analisados adequadamente nos abrem as portas ao conhecimento de aspectos e fenômenos da vida social de outro modo inacessíveis” (MORAES, 1999, p.2 of 13).

A intervenção se dá conforme o Plano de ação já qualificado e tem por objetivo geral refletir as situações de indisciplina na escola através de rodas de conversa com os professores dos anos iniciais da Escola Estadual de Educação Básica Dr. Celestino Lopes Cavalheiro para um estudo crítico-reflexivo dos fatores que levam a indisciplina, definindo estratégias para amenizar estas situações e provocar mudanças de comportamento no âmbito escolar evitando a reincidência de atos indisciplinados, através da gestão democrática, tendo que, segundo Hora, Democracia é...

[...] o regime político da soberania popular, porém com respeito integral aos direitos humanos. A fonte do poder está no povo que é radicalmente o titular da soberania e que deve exercê-la – seja através de seus representantes, seja através de formas diretas de participação nos processos decisórios. ... A democracia social, fruto de lutas sociais e da consolidação dos valores da igualdade e da solidariedade acrescidos ao valor da liberdade (BENAVIDES, 2002, p.72-73 apud HORA, 2010, p. 22).

Promover a gestão democrática e participativa envolve responsabilidades, e as unidades de ensino podem praticar na busca de soluções para seus próprios problemas adequando-os as necessidades. Hora (2010, p.53) coloca ainda que “a escola na qualidade de organização social de formação, pretende ser espaço onde todos aprendem democracia, vivendo seus valores em um exercício permanente”, coloca que a democracia de ser construída por conquistas diárias na coletividade, e a participação da comunidade nas decisões mais simples é tão importante quanto nas mais complexas.

Paro (2010, p.30) afirma a respeito do educando que a sua educação só se dá se ele dela participa como detentor da vontade. Na sequência de seu texto, Paro (2010) traz que antes o respeito do aluno era inspirado nos moldes militares, era fruto de uma espécie de submissão e obediência cegas a um superior na hierarquia escolar, os tempos mudaram e muito, pois na atualidade “o respeito não pode advir do medo, da punição, mas da autoridade inerente ao papel do profissional docente” (PARO, 2010, p.31).

4.1.1 As Rodas de Conversa

A sistematização e análise do diagnóstico subsidiaram o planejamento e a realização dos encontros. Foram realizados cinco encontros que tiveram por finalidade proporcionar “Momentos de diálogo” destinados a articular as ações do Plano de Ação promovendo o diálogo e a troca de experiências.

4.1.1.1 Primeiro encontro

A primeira roda de conversa teve por objetivos possibilitar que equipe diretiva, Presidente do conselho escolar, orientadora educacional refletissem criticamente sobre suas práticas de trabalho na escola e esclarecer sobre encaminhamentos ao Conselho Tutelar. Participaram da mesma a equipe diretiva, o Presidente do Conselho Escolar, a Orientadora Educacional e um Conselheiro do Conselho Tutelar (Apêndice A, p. 72 e Anexo B, p. 123).

Buscando informações esclarecedoras sobre o encaminhamento dos alunos ao Conselho Tutelar, na roda de conversa foram feitos esclarecimentos sobre as atribuições do Conselho Tutelar. Foi uma ação que promoveu o diálogo e a troca de experiência entre os participantes, que ficaram esclarecidos sobre as formas de realizar o encaminhamento ao Conselho Tutelar, quando se fizer necessário.

A primeira ação se refere ao 1º encontro (Apêndice A, p.72 e Anexo B, p. 123) Roda de conversa com a equipe diretiva, Presidente do conselho escolar, supervisora do Ensino Fundamental anos iniciais supervisora do Ensino Fundamental anos finais, Orientadora Educacional e o Conselheiro do Conselho Tutelar Filipe Ferreira, Coordenador do Conselho Tutelar de São Gabriel, que aconteceu em forma de roda de conversa entre os participantes, na qual o Conselheiro do Conselho Tutelar falou de suas atribuições que estão elencadas nos artigos 95, 136, 191 e 194 da lei n. 8.069 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em que “as entidades governamentais e não governamentais referidas no art. 90⁹ serão fiscalizadas pelo Judiciário, pelo Ministério Público e pelos Conselhos Tutelares” (BRASIL, 1990, art. 95).

Consideramos de grande relevância a discussão do Estatuto da Criança e do Adolescente por todos os segmentos, por isso favorecer a sua ampla circulação, é uma estratégia fundamental para suscitar seu permanente debate, inclusive, com o aperfeiçoamento que, na verdade, se fortalece na construção cotidiana e coletiva por dias melhores para nossas crianças e adolescentes, diante disso muito temos ainda o que avançar, pois se percebe que muitos desconhecem na íntegra o referido documento.

⁹ Art. 90. As entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como pelo planejamento e execução de programas de proteção e sócio educativos destinados a crianças e adolescentes, em regime de: I - orientação e apoio sócio familiar; II - apoio sócio educativo em meio aberto; III - colocação familiar; IV - abrigo; IV - acolhimento institucional; (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência; V - liberdade assistida; V - prestação de serviços à comunidade; (Redação dada pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide) VI - semiliberdade; VI - liberdade assistida; (Redação dada pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide) VII - internação. VII - semiliberdade; e (Redação dada pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide) VIII - internação.(Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012)

O conselheiro do Conselho Tutelar Filipe Ferreira, falou sobre encaminhamentos ao Conselho Tutelar, a construção da rede de proteção à criança e ao adolescente é tarefa de todos e responsabilidade de cada um.

As atribuições do Conselho Tutelar estão previstas na lei n. 8.069:

- I** - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98¹⁰ e 105¹¹, aplicando as medidas previstas no art. 101¹², I a VII;
- II** - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129,¹³ I a VII;
- III** - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:
 - a)** requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;
 - b)** representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.
- IV** - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;
- V** - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;
- VI** - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional;
- VII** - expedir notificações;
- VIII** - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;
- IX** - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
- X** - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, inciso II¹⁴, da Constituição Federal;
- XI** - representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural. (BRASIL, 1990, art.136).

¹⁰ Art. 98. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados: I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; III - em razão de sua conduta.

¹¹ Art. 105. Ao ato infracional praticado por criança corresponderão as medidas previstas no art. 101.

¹² Art. 101. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas: I - encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; II - orientação, apoio e acompanhamento temporários; III - matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de Ensino Fundamental; IV - inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente; V - requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; VI - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos; VII - acolhimento institucional; VIII - inclusão em programa de acolhimento familiar;

¹³ Art. 129. São medidas aplicáveis aos pais ou responsável: I - encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família; II - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos; III-encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico; IV - encaminhamento a cursos ou programas de orientação; V - obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar; VI - obrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamento especializado;

¹⁴ Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição. § 3º - Compete à lei federal: II - estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no art. 221, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente.

Esta ação da roda de conversa com o conselheiro do Conselho Tutelar Filipe Ferreira aconteceu em forma de roda de conversa em que os participantes dialogaram sobre as atribuições do Conselheiro do Conselho Tutelar, com esclarecimentos sobre devidos encaminhamentos em que propiciou um espaço de escuta e de troca de experiências, momento em que o conselheiro parabenizou a iniciativa do desenvolvimento do projeto, por ser a indisciplina um dos grandes problemas que se encontra nas escolas, o mesmo se colocou a disposição para estar mais atuante junto a Escola Estadual de Educação Básica Dr. Celestino Lopes Cavaleiro.

Esta ação foi de grande importância, pois ficou esclarecido sobre os encaminhamentos que devem ser feitos ao Conselho Tutelar, o presidente do Conselho Escolar é ao mesmo tempo o secretário que desenvolve trabalho na secretaria da escola e que na maioria das vezes participa dos pareceres de encaminhamento ao Conselho Tutelar, foi um momento em que o conselheiro afirmou que o “fortalecimento de proteção da criança e do adolescente começa com o apoio às famílias, ao núcleo familiar e sua rede de apoio aliado às instituições de proteção. O compromisso que se inicia no seio familiar deve também ser abraçado por todos, sendo este um compromisso prioritário da sociedade e do estado”¹⁵. O conselheiro do conselho Tutelar nos deixou a vontade para a qualquer momento que necessitarmos estarmos acionando este órgão para dar atendimento ao chamado.

Esta ação ganha relevância no momento em que o conselho tutelar se coloca como parceiro de prontidão frente à equipe gestora, órgão que tem como missão zelar pelos direitos da criança e do adolescente e com o qual a escola necessita buscar um diálogo permanente. Essa parceria, está prevista em lei, em que o art. 56 do ECA confere aos dirigentes de estabelecimentos de Ensino Fundamental e de Educação Infantil o dever de comunicar ao conselho tutelar os casos de faltas frequentes injustificadas, evasão escolar e repetência, importante destacar que é possível ter sempre conversas presenciais com a entidade.

Art. 56. Os dirigentes de estabelecimentos de Ensino Fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:

I - maus-tratos envolvendo seus alunos;

II - reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;

III - elevados níveis de repetência. (BRASIL, 1990, art. 56).

Vale destacar a importância da Lei Nº 8.242, de 12 de Outubro de 1991 que cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e dá outras

¹⁵ Informação fornecida por Filipe Ferreira Conselheiro do Conselho Tutelar, a roda de conversa, conforme Anexo B, p.123.

providências. Em seu art.1º fica criado o Conanda, que estabelece: “§ 1º Este conselho integra o conjunto de atribuições da Presidência da República. § 2º O Presidente da República pode delegar a órgão executivo de sua escolha o suporte técnico-administrativo-financeiro necessário ao funcionamento do Conanda.” (BRASIL, 1991, art. 1º).

As competências do Conanda estão no art. 2º incisos de I a X, dos quais se destaca os incisos I e II por deliberar sobre os Direitos da criança e do adolescente:

I - elaborar as normas gerais da política nacional de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, fiscalizando as ações de execução, observadas as linhas de ação e as diretrizes estabelecidas nos arts. 87¹⁶ e 88¹⁷ da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

II - zelar pela aplicação da política nacional de atendimento dos direitos da criança e do adolescente (BRASIL, 1991, art. 2º).

Destaca-se que o Conanda é a instância máxima de formulação, deliberação e controle das políticas públicas para a infância e a adolescência na esfera federal, que foi criado pela Lei n. 8.242, de 12 de outubro de 1991 em que este é o órgão responsável por tornar efetivos os direitos, princípios e diretrizes contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, da definição das políticas para a área da infância e da adolescência. Além das atribuições já especificadas, o CONANDA também fiscaliza as ações executadas pelo poder público no que se refere ao

¹⁶Art. 87. São linhas de ação da política de atendimento: I - políticas sociais básicas; II - políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem; III - serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão; IV - serviço de identificação e localização de pais, responsáveis, crianças e adolescentes desaparecidos; V - proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente. VI - políticas e programas destinados a prevenir ou abreviar o período de afastamento do convívio familiar e a garantir o efetivo exercício do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência; VII - campanhas de estímulo ao acolhimento sob forma de guarda de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e à adoção, especificamente inter-racial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência.

¹⁷Art. 88. São diretrizes da política de atendimento: I - municipalização do atendimento; II - criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais; III - criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político-administrativa; IV - manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente; V - integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, preferencialmente em um mesmo local, para efeito de agilização do atendimento inicial a adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional; VI - mobilização da opinião pública no sentido da indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade. VI - integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Conselho Tutelar e encarregados da execução das políticas sociais básicas e de assistência social, para efeito de agilização do atendimento de crianças e de adolescentes inseridos em programas de acolhimento familiar ou institucional, com vista na sua rápida reintegração à família de origem ou, se tal solução se mostrar comprovadamente inviável, sua colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art.28 desta Lei; (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência VII - mobilização da opinião pública para a indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

[...] atendimento da população infanto-juvenil e é responsável pela gestão do Fundo Nacional da Criança e do Adolescente (FNCA), pela regulamentação, criação e utilização desses recursos, garantindo que sejam destinados às ações de promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, conforme estabelece o Estatuto¹⁸.

4.1.1.2 Segundo encontro

Na segunda roda de conversa, o Projeto de intervenção **“Um Olhar Sobre a (In) Disciplina nos anos iniciais do Ensino Fundamental da Escola Estadual de Educação Básica Dr. Celestino Lopes Cavalheiro”** foi apresentado, pela pesquisadora, aos professores do Ensino Fundamental dos anos iniciais da Escola Estadual de Educação Básica Dr. Celestino Lopes Cavalheiro (Apêndice B, p.73 e Anexo E, p.126). Teve por objetivos apresentar a proposta de intervenção e discutir suas estratégias de intervenção.

Participaram também deste encontro a vice-diretora e supervisora do Ensino Fundamental anos iniciais, o que se constituiu em uma roda de conversa com explanação detalhada do projeto, seu objetivo geral e objetivos específicos. Em círculo (roda), a proposta de intervenção foi apresentada e discutido sobre o que era e como poderiam se constituir as rodas de conversas. Estar em círculo nem sempre será possível, mas o que será necessário para dar início às atividades é a busca com a coerência metodológica com a proposta de trabalho.

Com a mediação da roda de conversa, elencaram-se aspectos das conversas individuais e nas rodas de conversas entre o pesquisador, professores, vice-diretora e supervisora o grupo salientou da importância em se desenvolver estratégias de intervenção conforme atos disciplinares apresentados em cada turma, em que cada professora construa suas estratégias de intervenção, refletindo sobre o impacto de cada ação nas questões tocantes a indisciplina na escola, desenvolvendo um espaço de encontro, de escuta e de troca de experiências, tornando-se uma articuladora da abordagem dos temas integrantes do projeto com seus alunos.

A segunda ação corresponde ao 2º encontro, a roda de conversa com os professores do Ensino Fundamental das séries iniciais da Escola Estadual de Educação Básica Dr. Celestino Lopes Cavalheiro para que estes sejam articuladores para abordar o tema entre os alunos, neste encontro foi apresentado aos professores, vice-diretora e supervisora do Ensino

¹⁸ Definição disponível em: <<http://www.aldeiasinfantis.org.br/getmedia/0f13e352-b6b4-491f-832b-dd6b14ac8d97/O-que-e-CONANDA.pdf>> Acesso em: 03 de mar. de 2015.

Fundamental anos iniciais, o Projeto de Intervenção que tem como título “**Um Olhar Sobre A (In) Disciplina Nos Anos Iniciais Do Ensino Fundamental Da Escola Estadual De Educação Básica Dr. Celestino Lopes Cavalheiro**”, o que se constituiu em uma roda de conversa com explanação detalhada do projeto (Imagem B - Anexo E).

Com a mediação da roda de conversa, elencaram-se aspectos das conversas individuais e nas rodas de conversas entre o pesquisador, professores, vice-diretora e supervisora o grupo salientou da importância em se desenvolver estratégias de intervenção conforme atos indisciplinados apresentados em cada turma, em que cada professora construa suas estratégias de intervenção, para posterior roda de conversa ser e refletir sobre o impacto de cada ação nas questões tocantes a indisciplina na escola, desenvolvendo um espaço de encontro, de escuta e de troca de experiências.

As professoras envolvidas na intervenção receberam um caderno de registros personalizado (decorado e identificado), que serviu como portfólio de avaliação, dos sujeitos participantes da intervenção; neste, os professores ficaram livres para fazerem suas observações de registros de acordo com o planejamento de atividades que cada uma estabeleceu com sua turma.

O momento de escrever se constitui como um tempo de criação e de recriação, também, das ideias com que chegamos à nossa mesa de trabalho. O tempo de escrever, diga-se ainda, é sempre precedido pelo de falar das ideias que serão fixadas no papel. Pelo menos foi assim que se deu comigo. Falar delas antes de sobre elas escrever, em conversas de amigos, em seminários, em conferências, foi também uma forma de não só testá-las, mas de recriá-las, de repartê-las, cujas arestas poderiam ser melhor aparadas quando o pensamento ganhasse forma escrita com outra disciplina, com outra sistemática (FREIRE, 1992, p. 28).

As atividades desenvolvidas pelas professoras para com seus alunos no desenvolvimento do projeto “**Um Olhar Sobre A (In) Disciplina Nos Anos Iniciais Do Ensino Fundamental Da Escola Estadual De Educação Básica Dr. Celestino Lopes Cavalheiro**” foram bem variadas, discutidas nas rodas de conversa, ou como colocado por Freire “O tempo de escrever, diga-se ainda, é sempre precedido pelo de falar” (FREIRE, 1992, p. 28).

Paulo Freire com seu estilo dialogante nos envolve em uma relação inserindo-nos em um círculo onde nos sentimos participantes enquanto sujeitos, da qual se vivencia uma experiência real, e assim acontece nas rodas de conversa, a fala de um ressoa no ouvido de outro, que o faz pensar, refletir, e traz uma resposta, que outros ouvem e, novamente acontecem questionamentos, afirmações, sugestões, e segue o diálogo harmoniosamente na

fala e na escuta. Este parágrafo me trouxe João Cabral de Melo Neto, que em seu poema *Tecendo a Manhã*¹⁹ escreve:

Um galo sozinho não tece uma manhã:
 ele precisará sempre de outros galos.
 De um que apanhe esse grito que ele
 e o lance a outro; de um outro galo
 que apanhe o grito de um galo antes
 e o lance a outro; e de outros galos
 que com muitos outros galos se cruzem
 os fios de sol de seus gritos de galo,
 para que a manhã, desde uma teia tênue,
 se vá tecendo, entre todos os galos.

E se encorpando em tela, entre todos,
 se erguendo tenda, onde entrem todos,
 se entreendendo para todos, no toldo
 (a manhã) que plana livre de armação.
 A manhã, toldo de um tecido tão aéreo
 que, tecido, se eleva por si: luz balão.

Podemos trazer para este momento de roda de conversa e fazer um paralelo com o pensamento de Freire (1992) quando ele escreve sobre o próprio momento de escrever em um tempo de criação e de recriação, em que o tempo de escrever é sempre precedido pelo de falar, falar delas antes de sobre elas escrever, em conversas de amigos, em seminários, em conferências, uma forma de recriá-las, de repartejá-las, e no poema de João Cabral de Melo Neto no trecho que fala “se cruzem / os fios de sol de seus gritos de galo”; “se erguendo tenda, onde entrem todos”; “se entre tendendo para todos”. É dessa forma que se constitui o projeto de intervenção como na metáfora “tecer”. Tecido por todos, ganha forma e constrói a tenda para todos, para se abrigarem do sol, todos unidos e se cruzando vai se construindo a teia da disciplina.

4.1.1.3 Terceiro encontro

Com o objetivo de desenvolver espaço de escuta e de troca de experiências refletindo sobre o impacto de cada ação nas questões tocantes a indisciplina na escola a terceira roda de conversas promoveu um estudo crítico-reflexivo acerca da indisciplina com o grupo de professores dos anos iniciais, com a análise do vídeo “Gestão da Sala de aula” de Celso

¹⁹ Disponível em: < <http://www.jornaldepoesia.jor.br/joao02.html> > Acesso em: 27 de fev. de 2015.

Vasconcellos, onde se assistiu ao vídeo e logo após surgiram comentários referente ao mesmo destacando apontamentos de Vasconcellos.

4.1.1.4 Quarto encontro

A quarta roda de conversas foi realizada com a presença dos professores do ensino fundamental dos anos iniciais da Escola Estadual de Educação Básica Dr. Celestino Lopes Cavaleiro. Seu objetivo foi criar um espaço sistemático de escuta e trocas que surge dos momentos em que os professores e alunos começam a desenvolver o espaço de escuta do outro durante as diferentes atividades do projeto sendo que esse espaço se constitui no momento inicial de cada atividade. Foram definidas ações contínuas a partir das rodas de conversa, favorecendo o processo de controle da indisciplina.

4.1.1.5 Quinto encontro

A quinta roda de conversas objetivou a construção coletiva das normas de convivência entre os alunos de cada turma. A pesquisadora esclareceu os professores no sentido do entendimento, discussão e elaboração das normas de convivência por parte dos alunos com acompanhamento do professor de cada turma do Ensino Fundamental anos iniciais da Escola Estadual de Educação Básica Dr. Celestino Lopes Cavaleiro.

5 AÇÕES ORIGINADAS DAS RODAS DE CONVERSA

As ações que seguem foram originadas pelos professores responsáveis por cada turma conforme o perfil de cada uma, respeitando as idades, características e individualidades de cada uma.

5.1 AÇÕES DA PROFESSORA DO 1º ANO COM SUA TURMA

A professora “A” realizou uma atividade com seus alunos do 1º ano em que foi solicitado para que os alunos descrevessem regras que consideram importantes para melhorar atitudes de convivência, atividade essa que foi realizada em grupos em que eles escreveram sobre “O que é boas maneiras” e “O que eu faço para mostrar meu comportamento”.

“O que é Boas Maneiras:”

- Não bater no colega;
- Não chorar sem motivo;
- Sou educado
- Não riscar na mesa;
- Obediente;
- Aguardo a minha vez;
- Respeito a professora e funcionários;
- Não pode beliscar;
- Não pode chorar;
- Não pode bater nos colegas;
- Não pode jogar lixo no chão;
- Não gritar na aula;
- Não correr;
- Não falar palavrão;
- Não chorar na praça;
- Não brigar;
- Não botar o lápis no nariz;

“O que eu faço para mostrar meu comportamento”:

- Sou educado;
- Obediente;
- Aguardo a minha vez;
- Respeito a professora e funcionários;
- Sou quieto;
- Educado²⁰;

A professora vai trabalhando a temática do problema “indisciplina”, discutindo sua importância, fazendo a compreensão crítica, pensando e repensando como conduzir as ações, com falas e escritas, e assim, repensando a própria prática, sua vivência, a professora vai

²⁰ Respostas dadas pelos alunos do 1º ano ao perguntar: “O que são boas maneiras?”. “O que eu faço para mostrar meu comportamento?”.

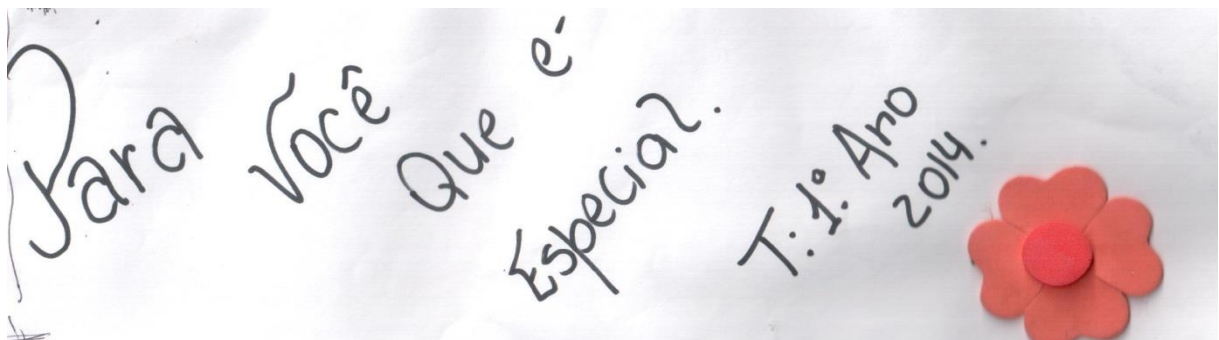
desenvolvendo a intervenção sendo com esta turma mais preventiva, por se tratar de uma turma de 1º ano, isto porque a “leitura da palavra é sempre precedida da leitura do mundo. E aprender a ler, a escrever, alfabetizar-se é, antes de tudo, aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto, não numa manipulação mecânica de palavras, mas numa relação dinâmica que vincula linguagem e realidade.” (FREIRE, 1989, p. 9). Podemos trazer a fala de Freire para a ação quando ele nos fala em ler o mundo, pois, os alunos possuem entre seis e sete anos, daí a importância de perceberem o mundo em que estão inseridos, que mundo é este, que relações se formam neste ambiente, quais vivências são experimentadas, buscando assim o posicionamento crítico do pensar destes sujeitos em formação, em que “linguagem e realidade se prendem dinamicamente” (FREIRE, 1989, p. 9) .

Segundo Freire (1989, p. 7),

São atos de educação e educação é um ato fundamentalmente político. Paulo Freire reafirma a necessidade de que educadores e educandos se posicionem criticamente ao vivenciarem a educação, a educação deve ser vivenciada como uma prática concreta de libertação e de construção da história. E aqui devemos ser todos sujeitos, solidário nesta tarefa conjunta, único caminho para a construção de uma sociedade na qual não existirão mais exploradores e explorados, dominantes doando sua palavra opressora a dominados.

A professora desenvolveu com a turma de 1º ano um trabalho de valorização em relação aos espaços e pessoas da escola, trabalhando assim a disciplina de preservação do patrimônio escolar, bem como de valorizar o trabalho de funcionários, professores e diretor da escola, reconhecendo assim o papel que cada um desempenha e a importância que todos têm no contexto escolar. A professora sugeriu que os alunos fizessem desenhos para representar esses aspectos (figura 1), ficando então definido que seria “representação através do desenho das situações que percebem e seus aspectos positivos”, através da elaboração de um desenho livre, e começa assim.

Figura 1 – Invólucro dos desenhos do 1º ano



Fonte: professora do 1º ano

Foi assim como na imagem que a diretora, que é a pesquisadora recebeu os desenhos, identificados e cada um deles traz um agradecimento, optaram então em fazer desenhos individuais, que posteriormente seriam mostrados ao grupo, para que pudessem refletir sobre cada representação. Para realizar esta proposta, foi entregue aos alunos uma folha formato A4 e os alunos ficaram livres quanto a sua utilização, os educandos desenharam e escreveram sobre esses aspectos. Surgiram produções, como detalhados a seguir, os quais foram entregues a diretora e foram expostos em sua sala.

Figura 2 –Agradecimento pela merenda.



Fonte: Desenho de uma aluna do 1º ano.

Neste desenho (figura 2) a aluna fez uma representação da merendeira, uma pessoa muito atenciosa e carinhosa com os alunos, e uma mesa posta em que ela se refere à merenda

da escola, pois os alunos recebem merenda diariamente, o desenho transmite-nos a ideia de harmonia.

Figura 3 - Agradecimento pelas professoras.



Fonte: Desenho de uma aluna do 1º ano

Para agradecer pelas professoras da escola a aluna fez a representação de sua professora, a representação da figura sugere alegria, que a professora está feliz, realizada. (figura 3).

Figura 4 – Agradecimento pelo guarda.

QUERIDA DIRETORA VAMA
GOSTAR
GOSTAR TAMOS DE A AGRADERER
PELO TIO GUARDINHA



Fonte: Desenho de um aluno do 1º ano.

Para agradecer pelo trabalho do guarda da escola a aluna fez a sua representação colocando-o como figura central, o guarda da escola, que é um militar da brigada Militar de São Gabriel que presta seus serviços a escola (figura 4). E é desta forma como ele está representado no desenho que ele desenvolve seu trabalho, com muito carinho ele está sempre pronto a receber a todos que chegam à escola, conhecido pelos alunos como “tio guardinha”.

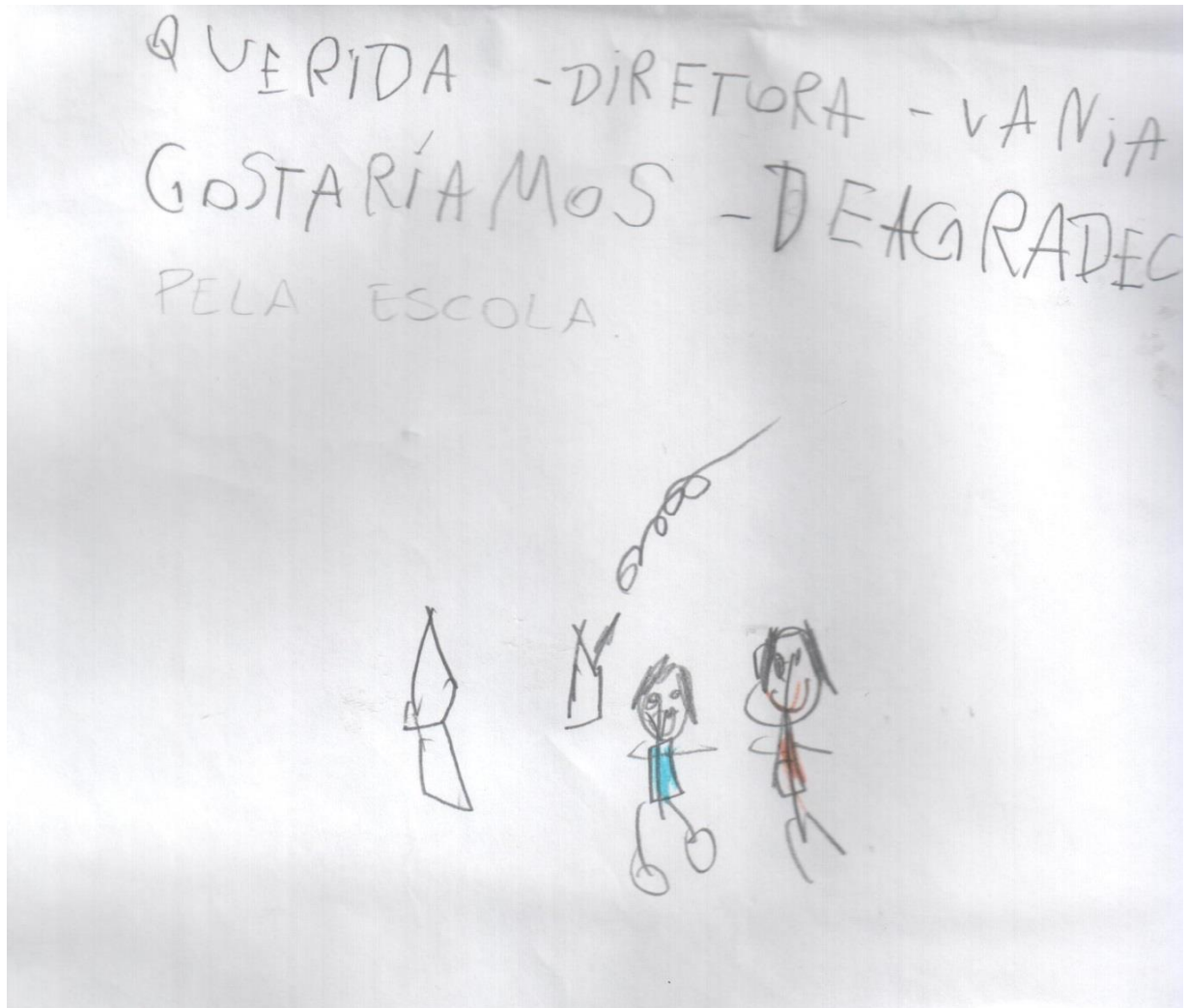
Figura 5 – Agradecimento por ter a pracinha.



Fonte: Desenho de um aluno do 1ºano.

A alegria, representada pela imagem é algo muito importante para esta estudante. O carinho que tem por seus colegas e a forma como ela se relaciona com os colegas, representa também o respeito ao outro. A pracinha que ela agradece, é apenas um espaço, o ambiente que provavelmente ela gosta de estar, de brincar e que ela valoriza (figura 5).

Figura 6 – Agradecimento pela escola.



Fonte: Desenho de um aluno do 1º ano.

Neste desenho, o aluno agradece por ter a escola (Figura 6).

Desta forma, ao trabalhar a valorização dos espaços da escola, a professora está fazendo um trabalho preventivo em relação a indisciplina escolar, fazendo com que os alunos sejam os principais responsáveis para que não haja depredação do patrimônio da escola.

Na escola, portanto, não se “repassam” informações simplesmente: ensina-se o que elas querem dizer, para muito além do que elas dizem ... (PASSOS, 2011, p. 112). Mas para tanto, refaz-se o caminho já percorrido por aqueles que nos precederam,

mediante os mesmos problemas, tomando uma espécie de atalho no itinerário das descobertas. Não é essa em última instância a razão por que se ensina, por que existe escola: refazer a história dos campos de conhecimento? Revisitar as respostas já consagradas às velhas inquietações humanas? (PASSOS, 2011, p. 113).

Deste modo a professora desenvolveu em seus alunos um trabalho de conscientização e valorização, em que os alunos se percebam também como responsáveis “o trabalho do pensamento do aluno visa, sem sombra de dúvida, a transformação” (PASSOS, 2011, p. 114).

5.2 AÇÕES DA PROFESSORA DO 2º ANO COM SUA TURMA

A professora do 2º ano, não participou do projeto, durante o ano letivo apresentou-se muito descomprometida, a mesma estava aguardando transferência de cidade e conseqüentemente de escola, várias vezes tentei dialogar, mas a mesma desviou do assunto e nada apresentou, no final do ano letivo a mesma deixou a escola, quando solicitei o material desenvolvido a mesma falou que havia mandado todo material com a mudança e mandaria depois, é claro que a professora arranjou desculpas por não realizar as atividades. Segundo Vasconcellos (1995, p.71),

[...] de um lado é preciso uma práxis, uma ação sobre o outro, mas para que o ato educativo tenha efeito essa ação deve ser superada pela ação do outro. É a dialética da autoridade e da liberdade. Sem essa dialética não há educação. Toda pedagogia que tentar suprir um dos polos da relação cedo ou tarde fracassará.

Pensando sobre a atuação do professor, o mundo contemporâneo e a realidade em que este profissional desenvolve seu trabalho, ou seja, as condições às quais ele está submetido para exercer a sua profissão impõe-se uma reflexão sobre o verdadeiro significado de ser professor. De que forma este profissional se enxerga na sua profissão? Como ele se coloca diante dela e da sociedade? Até que ponto ele é capaz de valorizar o seu papel de ser professor?

Os professores são parte de um quadro de profundas mudanças sociais, situação que corresponde a mudança não menos profundas na educação e no desempenho exigido da profissão docente. O resultado é a pessoa tornar-se “estranha”, alheia a si própria: é o fenômeno da alienação (PASSOS, 2011, p. 2).

A profissão docente emerge de momento e contexto histórico como resposta às necessidades que foram postas pelas sociedades, adquirindo e adquire estatuto próprio e

legalidade, portanto, a identidade do professor é construída através de sua própria trajetória como profissional do magistério, que, no entanto é o processo de sua formação em que são consolidadas as opções e intenções deste profissional. Assim, a identidade docente vai sendo construída com as experiências e história pessoal, com sua própria atuação.

Portanto se percebe que para driblar as dificuldades indisciplinares enfrentada pelos profissionais da educação durante a realização do seu trabalho é necessário conhecer a raiz do problema. Ou seja, descobrir o que leva os alunos a praticarem tais atitudes, para direcionar o processo de luta contra a indisciplina e conseguir chegar a uma escola onde os alunos são disciplinados e os professores conseguem realizar o seu trabalho adequadamente. Só assim o processo de ensino aprendizagem será realmente efetivo.

5.3 AÇÕES DA PROFESSORA DO 3º ANO COM SUA TURMA

Nesta turma apresentam-se alguns problemas que chamam a atenção, pois nesta participam alunos que já foram autuados pela Brigada Militar com envolvimento de furto e que convivem com pessoas envolvidas com tráfico de drogas. Surpreende-nos os atos cometidos por crianças, e o que fazer? Muitas vezes o pai está preso e a mãe na prostituição, ou também na prisão. Quem é o responsável então? A vó, aquela que tem que dar conta de sua família e assumir seus netos, trabalhar para sustentar a todos e que não tem tempo para acompanhar aquele que vai à escola, ficando a responsabilidade toda atribuída a escola.

Muitas vezes a escola espera genericamente que a família “ajude” ou “não atrapalhe”. Isto não é suficiente, a escola precisa investir na formação e conscientização dos pais. Devemos esclarecer os pais a concepção de disciplina da escola, de forma a minimizar a distância entre disciplina domiciliar e escolar. Diante de toda a crise as famílias estão desorientadas (VASCONCELLOS, 1995, p.63).

A professora trabalhou com Fábulas do contador Esopo²¹, a intitulada “ O menino e o Lobo” que relata sobre um jovem pastor de ovelhas, que fora encarregado de tomar conta de um rebanho perto de um vilarejo. Por três ou quatro vezes, fez com que os moradores e donos dos animais, viessem correndo apavorados ao local do pasto, sempre motivados pelos seus desesperados gritos: "Lobo! Lobo!" E quando eles se aproximavam do local do pastoreio,

²¹Esopo (620 a.C. ? - 564 a.C. ?) foi um fabulista e contador de histórias grego que viveu por volta do século VI a.C. São a ele atribuídas uma série de fábulas que são popularmente conhecidas como Fábulas de Esopo. É característica marcante de seus contos a capacidade dos animais de falarem e agirem com características semelhantes à dos humanos, além da conclusão sempre dotada de um sentido e de um ensinamento moral. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/biografias/esopo/>> Acesso em: 26 de fev. de 2015.

imaginando que o jovem estava em apuros com o Lobo, ele zombava do pavor que todos estavam sentindo. O Lobo, por fim, de fato se aproximou do rebanho. Então, o jovem pastor, agora realmente apavorado e tomado pelo terror e aflição, gritava desesperado: "Por Favor, venham me ajudar; o Lobo está matando todo o rebanho!" Mas, dessa vez seus gritos foram em vão, e ninguém mais deu ouvidos aos seus apelos.

Com esta Fábula, a professora C desenvolveu atitudes certas e erradas frente a seus semelhantes, o que pode prejudicar ou ferir seu semelhante, a importância de se falar a verdade, pois ninguém acredita em um mentiroso, mesmo quando ele fala a verdade.

A outra fábula foi "O Urso e Os Viajantes" que relata sobre dois viajantes que viajavam juntos através de uma densa floresta, quando, sem que nenhum deles esperasse, à frente deles, um enorme urso. Um dos viajantes, de olho em sua própria segurança, não pensou duas vezes, e subiu numa árvore, o outro, incapaz de enfrentar aquela enorme fera sozinha, deitou-se no chão e permaneceu imóvel, fingindo estar morto. Ele havia escutado que um Urso, e outros animais, não tocam em corpos de mortos, isso pareceu ser verdadeiro, pois o Urso se aproximou dele, cheirou sua cabeça de cima para baixo, e então, como satisfeito e convencido que ele estava de fato morto, foi embora tranquilamente. O homem que estava em cima árvore então desceu, e curioso com a cena que viu lá de cima perguntou: "Me pareceu que o Urso estava sussurrando alguma coisa em seu ouvido. Ele lhe disse algo?" "De fato!" Respondeu o outro, "disse que não é nada sábio e sensato de minha parte, andar na companhia de um amigo, que no primeiro momento de aflição, me deixa na mão".

Assim seguem outras atividades realizadas pela professora "C", visando melhorar a disciplina dos alunos da turma conforme constam nos anexos V, X e Z.

A professora do 3º ano reforça sobre a importância das normas da escola salientando que todos devem respeitar as normas para que haja uma melhor organização da escola.

Donatelli nos coloca para refletir quando lemos um trecho que diz:

Que na escola seja permitido ofender professores é compreensível. Que a sociedade permita que se mate indigentes e índios também. Tudo é permitido, e se isso ocorre é porque não existem regras. E se não há regras não há como se obedecer a nenhum critério disciplinar (2004, p. 122).

Na sequência do texto Donatelli (2004, p. 122) relata que a "formação é o dado que permite o entendimento daquilo que se pode ou não fazer, ou seja, e ela que prepara cada um dos sujeitos para a convivência pública. Sem a formação adequada, os jovens acreditam que podem tudo. Que não existem limites". A professora também enfatiza o diálogo constante em

todas as oportunidades que surgem visando diminuir agressões e *bullyng* fazendo os mesmos perceberem que todos têm os mesmos direitos e deveres dentro da escola. Assim a professora 3º ano estabelece as normas juntamente com seus alunos em que eles estabelecem:

- Respeitar os colegas;
- Respeitar a professora;
- Não jogar lixo no chão;
- Não fazer *Bullyng* com os colegas;
- Não gritar;
- Preservar o patrimônio da escola.²²

O professor deve ter clareza de seu papel, ter firmeza quanto a postura em relação à disciplina e assumir a realidade da sala de aula. De acordo com Vasconcellos (1995, p. 67),

[...] muitos professores acham que a disciplina não é problema deles, que já deveriam encontrar a classe devidamente preparada para sua aula... Pensar assim é desconhecer a própria função do magistério que envolve não só o “ministrar aulas”, mas também a mobilização para o conhecimento, mas também a mobilização para o conhecimento, o relacionamento interpessoal e a organização da coletividade de sala de aula.

Sabemos que às vezes o professor tem dificuldade de se relacionar da mesma forma com todos os alunos, não se comprometem, não se envolvem, justificam seus fracassos em cima da responsabilidade de outros, tendo em sua sala de aula o “aluno problema” não encaram como um desafio não busca estratégias para mudar e ou conquistar o seu aluno, e com tudo ainda nomeiam seus alunos de “aluno indisciplinado”.

5.4 AÇÕES DA PROFESSORA DO 4º ANO COM SUA TURMA

A professora do 4º ano realizou atividades com dinâmicas, textos e redação com o tema “*bullyng*” todos com ênfase ao tema “Indisciplina”. As dinâmicas de grupo favorecem o relacionamento entre os educandos, elas têm a possibilidade da socialização do grupo, o professor pode facilitar o processo de integração voltada ao respeito com o outro e a integração para melhorar a disciplina. “A aplicação, na escola de técnicas de dinâmicas de grupo visa proporcionar melhorias na relação entre os diferentes participantes no processo educativo e em geral na educação escolar” (AMADO, 2000, p. 170).

A professora trabalhou com o texto “As coisas que a gente fala” com o objetivo de promover o debate sobre este assunto, o que se pode pensar sobre determinada fala, as

²² Normas de convivência estabelecidas entre professora e alunos do 3º ano.

consequências que isso pode ter. A mensagem é simples, e relatam que muitas vezes o ser humano não dá importância as pessoas ao seu redor e nem mesmo, ao que elas nos falam se fala que a vida é muito corrida para se prestar atenção no outro e, muitas vezes, esses sujeitos que não querem ouvir, são surpreendidos falando coisas que não devem, e se não sabe ouvir, como quer ter o direito de falar?

E se percebemos o que outro passa e/ou nos conta, isso não nos dá o direito de sairmos contando a terceiros... jogando palavras ao vento...O silêncio também tem papel importante na nossa vida. O calar, "às vezes importa mais que as coisas que a gente fala..." (GEIZA, 2010)²³.

As pessoas fazem uso, mesmo que sem perceber, da linguagem corporal. Um olhar é capaz de dizer o que uma pessoa está vivenciando. Tudo o que nos falam e também o que falamos, é muito importante, e o silêncio que às vezes fala mais, como apontado por Geiza (2010).

“As coisas que a gente fala”
 Ruth Rocha
 - Quem foi que quebrou meu vaso?
 Meu vaso de ouro e laquê,
 Que eu conquistei no concurso,
 No concurso de crochê?
 - Quem foi que quebrou seu vaso?
 - a Gabriela respondeu
 - quem quebrou seu vaso foi...
 o vizinho, o Filisteu.

Pronto! Lá vão as palavras!
 Vão voando, vão voando...
 Entrando pelos ouvidos
 De quem estiver passando.
 Então entram pelo ouvido
 De dona Felicidade:
 - o Filisteu? Que bandido!
 que irresponsabilidade!
 As palavras continuam
 A voar pela cidade.
 Vão entrando nos ouvidos
 De gente de toda idade.
 E aquilo que era mentira
 Até parece verdade...

Seu Golias, que é vizinho
 De dona Felicidade,,
 E que é o pai do Filisteu,
 Ao ouvir que o filho seu
 Cometeu barbaridade,
 Fica danado da vida,
 Invente logo um castigo,
 Sem tamanho, sem medida!

²³ Disponível em: <http://onossoespacolivres.blogspot.com.br/2010/11/as-coisas-que-gente-fala-ruth-rocha.html> comentário postado por Geiza Farias em 5 de novembro de 2010.

Não tem mais festa!
 Não tem mais coca-cola!
 Não tem TV!
 Não tem jogo de bola!
 Trote no telefone?
 Nem mais pensar!
 Isqueite? Milquicheique??
 Vão acabar!

Filisteu, que já sabia
 Do que tinha acontecido,
 Ficou muito chateado!
 Ficou muito aborrecido!
 E correu logo pro lado,
 Pra casa de Gabriela:
 - Que papelão você fez!
 Me deixou em mal estado,

Com essa mentira louca
 Correndo por todo lado.
 Você tem que dar um jeito!
 Recolher essa mentira
 Que em deixa atrapalhado!
 Gabriela era levada,
 Mas sabia compreender
 As coisas que a gente pode
 E as que não pode fazer;
 E a confusão que ela armou,
 Saiu para resolver.

Gabriela foi andando.
 E as mentiras que ela achava
 Na sacola ia guardando.
 Mas cada vez mais mentiras
 O vento ia carregando...
 Gabriela encheu sacola,
 Bolsa de fecho de mola,
 Mala, malinha, maleta.

E quanto mais ia enchendo,
 Mais mentiras ia vendo,
 Voando, entrando nas casas,
 Como se tivessem asas,
 Como se fossem - que coisa!
 - um milhão de borboletas!

Gabriela então chegou
 No começo de uma praça.
 E quando olhou para cima
 Não achou a menor graça!
 Percebeu - calamidade!
 - que a mentira que ela disse
 cobria toda a cidade!

Gabriela era levada,
 Era esperta, era ladina,
 Mas, no fundo, Gabriela
 Ainda era uma menina.
 Quando viu a trapalhada
 Que ela conseguiu fazer,

Foi ficando apavorada,
Sentou-se numa calçada,
Botou a boca no mundo,
Num desespero profundo...

Todo mundo em volta dela
Perguntava o que é que havia.
Por que chora Gabriela?
Por que toda esta agonia?
Gabriela olhou pro céu
E renovou a aflição.
E gritou com toda força
Que tinha no seu pulmão:
- Foi mentira!
- Foi mentira!

Com as palavras da menina
Uma nuvem se formou,
Lá no alto, muito escura,
Que logo se desmanchou.
Caiu em forma de chuva
E as mentiras lavou.

Mas mesmo depois do caso
Que eu acabei de contar,
Até hoje Gabriela
Vive sempre a procurar.
De vez em quando ela encontra
Um pedaço de mentira.
Então recolhe depressa,
Antes dela se espalhar.
Porque é como eu lhes dizia.
As coisas que a gente fala
Saem da boca da gente
E vão voando, voando,
Correndo sempre pra frente.

Sejam palavras bonitas
Ou sejam palavras feias;
Sejam mentira ou verdade
Ou sejam verdades meias;
São sempre muito importantes
As coisas que a gente fala.
Aliás, também têm força
As coisas que a gente cala.
Às vezes, importam mais
Que as coisas que a gente fez...
"Mas isso é uma outra história
que fica pra uma outra vez..."²⁴

²⁴ Disponível em: <http://www.antoniomiranda.com.br/poesia_infantil/ruth_rocha.html> Acesso em: 26 de fev. de 2015.

5.5 O FENÔMENO *BULLYING* NO AMBIENTE ESCOLAR

Desenvolveu-se trabalho de conscientização sobre as questões do *Bullying*,²⁵ e os alunos do 4º ano após terem participado de palestra com o responsável do PROERD, escreveram um pequeno texto sobre o tema dos quais utilizo trechos para auxiliar na compreensão sobre o termo.

*O bullying é chamar alguma pessoa de nerd, gordo, burro, preto, etc..., o bullying não é chamar uma pessoa de gorda uma vez, para ser bullying é preciso chamar a pessoa de alguma coisa mais de uma vez. Eu acho que o bullying é a agressão física quanto a verbal, ou roubar, furtar, fazer piadinha, tudo isso é billing bullying, fazer bullying com as pessoas para adultos isso é crime*²⁶...

A Lei nº 3.474, que dispõe sobre combate da prática de *bullying* por instituições de ensino e de educação infantil, públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, estabelece: “As instituições de ensino e de educação infantis públicas estaduais ou privadas, com ou sem fins lucrativos, desenvolverão a política “*antibullying*”, nos termos desta Lei” (RIO GRANDE DO SUL, 2010, art. 1º) .

A Lei é clara sobre a responsabilidade das escolas e de seus gestores em desenvolver projeto que trabalhe os aspectos de forma geral da conduta *bullying*, para melhor entendimento dos educandos sobre esse tipo de agressão, desenvolver o assunto de forma clara e explicativa para que tomem ciência da importância do fenômeno *bullying* em suas relações que é um estimulador de agressões físicas ou verbais, prevenir e evitar as consequências geradas através desta prática é responsabilidade de todos.

A escola é vista como o lugar que deve zelar e estar comprometida com a aprendizagem e o bem estar da criança. Tal ambiente que deveria ser agradável e sadio tem sido o lugar que frequentemente envolve atos de violência entre os alunos, ficando evidente, dessa forma, o *bullying*, que se caracteriza por ser um problema mundial encontrado em todas as escolas, não importa se são privadas ou públicas, situação que vem se expandindo nos últimos anos, conduta que tem sido um sério problema nas instituições de ensino o que gera um aumento significativo, da propagação da violência nas escolas.

²⁵ Art. 2.º - Para os efeitos desta Lei, considera-se “*bullying*” qualquer prática de violência física ou psicológica, intencional e repetitiva, entre pares, que ocorra sem motivação evidente, praticada por um indivíduo ou grupo de indivíduos, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidar, agredir fisicamente, isolar, humilhar, ou ambos, causando dano emocional e/ou físico à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas.

²⁶ Comentário de um aluno do 4º ano (aluna N L), grafia original de depoimento escrito.

Quando eu era pequeno eu vi um menino que chamaram ele de idiota e ai eu fiquei com pena dele isso é *bullyng*, *bullyng* é quando a pessoa pega e chama a outra de feia, loca, chata, boca berta e outras coisas. Né quem já sofreu sabe²⁷...

A prática desse tipo de violência é vista pelos autores dedicados a esse assunto como “Fenômeno *Bullying*”, percebe-se através das colocações de alguns alunos que estes já vivenciaram ou até mesmo foram vítimas.

Acredita-se que a relevância do estudo deste capítulo sobre *bullying* é estimular a reflexão acerca do tema para que, tanto pais quanto professores e demais agentes que atuam com os jovens e crianças, que saibam lidar com a situação e combatê-la ou preveni-la de forma menos traumática e mais eficaz, a fim de que sejam evitadas as consequências dessa prática.

O Art. 2.º da Lei Nº 13.474, de 28 de junho de 2010 dispõe que:

Para os efeitos desta Lei, considera-se “*bullying*” qualquer prática de violência física ou psicológica, intencional e repetitiva, entre pares, que ocorra sem motivação evidente, praticada por um indivíduo ou grupo de indivíduos, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidar, agredir fisicamente, isolar, humilhar, ou ambos, causando dano emocional e/ou físico à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas²⁸.

Observa-se que de acordo com o Art. 2.º da Lei Nº 13.474 o *bullying* se apresenta de forma intencional e repetitiva, dentro de uma relação desigual e poder, por um longo período de tempo contra uma mesma vítima, sem motivos evidentes, os sujeitos apresentam comportamentos humilhantes e intimidadores, muitas vezes gerando consequências irreparáveis, a prática do *bullying* é causada pela necessidade que o sujeito tem de se impor sobre o outro, na maioria das vezes para demonstrar poder e satisfação pessoal. Percebe-se que há uma necessidade de autoafirmação perante si mesmo e em relação aos outros e para que isso ocorra normalmente, o agressor se impõe sobre a vítima, procurando sempre aquele sujeito considerado o mais frágil da relação e por ter a certeza de que ela não irá apresentar defesa para reverter a situação. Muitas vezes, pode-se perceber certas situações como sendo brincadeira, e até mesmo os que estão envolvidos afirmam ser, mas ao se tornarem fatos repetitivos, aquele que comete está praticando *bullyng*, comemorando o descontentamento do outro, estão longe de ser um comportamento normal e aceito no ambiente escolar as brincadeiras ou briguinhas que envolvem xingamentos, apelidos e ofensas...

²⁷ Comentário de um aluno do 4º ano (aluna N), grafia original de depoimento escrito.

²⁸ http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=54438&hTexto=&Hid_IDNorma=54438

O *bullying* é como preconceito, racismo, que as pessoas praticam dia-a-dia sem querer até. As pessoas de hoje nem pensam no que estão falando e mesmo assim não param nem para pensar no colega ou amigo, e nem pensa como ele se sentiu ferido por dentro. O que você diz que é apelido pode ser crime, e em outros dá até cadeia, porque chamar o colega disso, e isso além de chatear o colega corre riscos sérios no futuro.²⁹(T G aluna do 4º ano)

De acordo com as colocações dos educandos e pelas observações realizadas pela pesquisadora pôde-se constatar que os educandos têm percepção dos males que o *bullying* pode causar nos alunos envolvidos, bem como sabem o que caracteriza a prática do *bullying*, as consequências provocadas, que geram, por vezes, danos e traumas irreparáveis na vida da criança.

Para êxito dos questionamentos e colocações dos educandos, foi necessária a consulta, dos aspectos legais embasados na Constituição da República Federativa do Brasil, Declaração dos Direitos Humanos, Código Penal Brasileiro, Estatuto da Criança e do Adolescente e no Código de Defesa do Consumidor.

Conforme a lei n. 13.474-10 constituem práticas de *bullying*, sempre que repetidas:

- I - ameaças e agressões verbais e/ou físicas como bater, socar, chutar, agarrar, empurrar;
- II - submissão do outro, pela força, à condição humilhante e/ou constrangedora na presença de outros sujeitos;
- III - furto, roubo, vandalismo e destruição proposital de bens alheios;
- IV - extorsão e obtenção forçada de favores sexuais;
- V - insultos ou atribuição de apelidos constrangedores e/ou humilhantes;
- VI - comentários racistas, homo fóbicos ou intolerantes quanto às diferenças econômico sociais, físicas, culturais, políticas, morais, religiosas, entre outras;
- VII - exclusão ou isolamento proposital do outro, pela intriga e disseminação de boatos ou de informações que deponham contra a honra e a boa imagem das pessoas; e
- VIII - envio de mensagens, fotos ou vídeos por meio de computador, celular ou assemelhado, bem como sua postagem em “blogs” ou “sites”, cujo conteúdo resulte em exposição física e/ou psicológica a outrem (RIO GRANDE DO SUL, 2010, art. 2º).

Consta no § 2.º - O descrito no inciso VIII do § 1.º deste artigo também é conhecido como “*cyberbullying*”.

A turma do 4º ano também coletivamente definiu suas normas de convivência que são:

- Fila para entrar, sair e ir e vir do refeitório;
- Manter a sala de aula limpa;
- Não correr nos corredores;
- Não bater as portas;
- Não colocar papel no vaso;

²⁹ Comentário de um aluno do 4º ano, grafia original de depoimento escrito.

Não sujar os banheiros;
 Não cuspir nos colegas;
 Não agredir os colegas;
 Não colocar papel no teto do banheiro;
 Não brigar;
 Não riscar nas paredes, classes e livros;
 Não pegar o que não é seu;
 Não xingar os colegas; Não falar das roupas dos colegas;
 Não colocar apelidos;
 Não ameaçar os colegas;
 Não incomodar os professores.
 Pedir licença para levantar;
 Puxar a descarga
 após o uso;
 Respeitar o professor³⁰,

5.6 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA PROFESSORA DO 5º ANO COM SUA TURMA

A professora do 5º ano, professora “D”, solicitou aos alunos a elaboração de um trabalho sobre Indisciplina escolar, e outro que tem como proposta elencar 10 regras para evitar a indisciplina. A professora diz que em sua sala de aula não pode se observar casos de *bullying*, apenas conflitos comuns entre os educandos, o qual ela intervém de maneira eficaz. Não permite ofensas pessoais de aluno para aluno no interior da sala de aula, conversa sempre com os educandos mantendo um bom diálogo com eles, fazendo com que estes reflitam sobre os seus atos.

Para Vasconcellos (1995, p. 98),

[...] a formação da cidadania só pode se dar num contexto de exercício de direitos e deveres. Os alunos devem participar ativamente na elaboração das normas. Saber trabalhar com limites. Avaliar as normas através de assembleias de classe e/ ou dos representantes de classe junto à orientação, coordenação ou direção.

Os alunos do 5º ano elencaram normas de convivência para evitar a indisciplina em sala de aula:

Motivar os alunos com aulas diferenciadas (jogos, brincadeiras, etc);
 Educação entre colegas;
 Não haver *bullying*;
 Levar seu próprio material;
 Não chegar atrasado;
 Não cuspir nos colegas;
 Não usar aparelhos eletrônicos em horário de aula;
 Não ligar a provocações;

³⁰ Normas de convivência, discutidas e escritas, elaboradas coletivamente pelos alunos do 4º ano.

Não arranjar confusões com os colegas;
 Não riscar as mesas;
 Não arrastar as cadeiras quando tocar para o recreio;
 Não gritar na sala de aula;
 Não mandar borrachas nem material pelo ar;
 Usar roupas adequadas para a aula;
 Não mascar pastilha na sala de aula;
 Não subir em cima de cadeiras e mesas;
 Não falar palavrão;
 Participar de trabalhos e projetos contra as drogas;
 Obedecer aos horários e regras da escola;
 Respeitar os alunos especiais;
 Respeitar o espaço da escola;
 Jamais ofender um colega, usar sua raça para atingi-lo seja ele branca ou negra, somos todos iguais perante Deus;
 Entregar livros da escola em boas condições;
 Respeitar os professores;
 Tem de haver um dialogo entre pais, alunos e professores;
 Tratar com carinho os funcionários, diretores e colaboradores da escola;
 Usar uniforme;³¹

5.7 RODA DE CONVERSA COM ESTUDO E DISCUSSÃO DO ECA COM OS ALUNOS

Além do trabalho das professoras realizado com suas turmas em sala de aula, os alunos do 3º, 4º e 5º anos participaram de roda de conversa com o Sargento Ivan e o Soldado Jacobsem, as rodas aconteceram entre os alunos de cada turma juntamente com a professora e um dos mediadores da roda em que explanaram através do ECA, sobre os direitos, deveres e obrigações que cada um deve ter enquanto aluno, e ou criança ou adolescente. As rodas de conversa aconteciam simultaneamente em duas turmas, ficando uma turma em sala de aula com a utilização de projetor, e outra na sala digital com a utilização da lousa digital.

Os alunos foram conduzidos para sala digital e iam com muita curiosidade e cochichos, alguns surpresos por estarem diante de um sargento fardado, mas tudo correu tranquilamente, de inicio os alunos se portaram bastante tímidos, com o andamento da explanação por parte do sargento, aos poucos eles não se continham em perguntar, alguns perguntavam, mas muitos também traziam depoimentos de vivências emocionantes.

Gerou discussão, curiosidade e várias perguntas foram feitas quando o sargento falou sobre o cigarro e bebidas alcoólicas, enquanto o Sargento Ivan explicava sobre os males do cigarro e as doenças que podem ser decorrentes a quem faz uso e das consequências que poderá sofrer a mãe grávida fumante, durante a fala do sargento uma aluna do 3º ano, aluna “M” mostrou-se muito apreensiva ansiosa até que começou a perguntar, sua primeira pergunta foi: “Por que inventaram o cigarro? Quem inventou o cigarro? A aluna fez um relato,

³¹ Normas de convivência, discutidas e escritas, elaboradas coletivamente pelos alunos do 5º ano.

contando que sua mãe fuma e que quando ela estava ainda na “barriga” de sua mãe, a mãe fumava muito, mostrou-se muito preocupada em relação ao vício da mãe e também perguntou: “Minha mãe também pode morrer por causa do cigarro”? A aluna em vários momentos levantava a mão para fazer perguntas e mostrava-se muito preocupada chegando a dizer: “se cigarro faz mal porque inventaram”? O Sargento deu explicações sobre o seu plantio, falando que muitas pessoas sobrevivem do plantio do mesmo e que temos que ter consciência de nossos atos. Outro aluno questionou sobre a bebida alcóolica e pediu explicações sobre a fabricação da cerveja, “de onde vem a cerveja?”, indagou o aluno, outro perguntou “e quem bebe muito pode morrer”? Com estas inquietações pode-se observar que entre as crianças que participavam da roda de conversa algumas convivem com pessoas que fazem uso de alguma substância como o cigarro ou bebida alcóolica.

Destacou-se para os alunos sobre os cuidados com o patrimônio escolar, o riscar nas paredes, classes e portas. Foi interessante quando uma aluna levantou a mão e fez sua colocação dizendo, “Soldado, eu não risco, mas eu tenho colegas que escrevem nas portas dos banheiros, isso também é patrimônio?”.

O soldado então respondeu que patrimônio é tudo aquilo que eles utilizam da escola que é um espaço público em que todos têm de cuidar e preservar, e quando alguém riscar se for criança ou adolescente a responsabilidade recai sobre seus responsáveis, salientou da importância da denúncia ao perceberem quando alguém está fazendo algo errado, que não se deve omitir, por isso a importância de se desenvolver o respeito. Segundo Vasconcellos (1995, p. 98),

É preciso, no entanto, resgatar aqui a dialética Respeito x transgressão. O que isto quer dizer? O respeito pode ser evocado pelos educadores de uma maneira conservadora, autoritária, levando ao conformismo. Para evitar isto, o sujeito deve estar atento à legitimidade do que é proposto, questionando, se rebelando com os limites que são injustos, arbitrários.

Nesse sentido, Vasconcellos, (1995, p. 98) salienta que não se trata de individualismo ou de infantilismo, de cada um fazer o que quiser o que “der na telha”. Trata-se de pertencer a alguma comunidade de princípios éticos, buscando autonomia.

5.8 ESCLARECENDO O ECA EM RODA DE CONVERSA COM PAIS E/OU RESPONSÁVEIS

Assim o Sargento Ivan procedeu com sua explanação com a lei n. 8.069, relativa ao ECA (BRASIL, 1990), em que esclareceu sobre cada artigo de que trata a referida Lei.

No art. 1º a Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. O Sargento destacou muito bem as idades de que constam no art. 2º³², que compreendem criança, adolescente e adulto, salientou que ambos possuem direitos deveres e obrigações, sendo que quando menores as responsabilidades por danos causados por estes, recaem sobre seus responsáveis, destacou que encaminhamentos que compreendem crianças devem ser feitos ao conselho tutelar e ao adolescente à brigada militar. Percebi que para muitos que estavam presentes desconheciam a função de conselho escolar e até mesmo da participação da brigada militar prestando serviços e atendimento à escola, foi muito esclarecedora a fala do Sargento em relação a este assunto.

No entanto, há possibilidades de intervenção no interior da escola que pode amenizar os conflitos existentes e prevenir que outros venham a acontecer neste sentido abordou-se alguns temas que consideramos essenciais para o desenvolvimento da intervenção buscando a participação da família na escola e do aluno como sujeito histórico. Acreditamos que, ao frequentar uma escola exista evolução e progresso do ser humano, e também que esse progresso obtém-se não só na escola, mas na família primeiramente e na sociedade, como afirmam Colares, Pacífico e Estrela (2009, p. 145).

Ao começar sua vida escolar a criança vai iniciar um intenso processo de socialização, deparando-se com uma organização escolar que lhe é desconhecida e com uma série de regras que serão interiorizadas e cumpridas a fim de possibilitar uma relação de convivência.

Observando o que está posto no art. 1º, que traz como objetivo fundamental: a proteção integral de crianças e adolescentes (BRASIL, 1990). Deriva daí porque a análise conjunta do que está contido neste (art. 1º e nos arts. 3º, 4º, 5º, 6º e 100, parágrafo único e inciso II), do ECA, que nos faz concluir que nenhuma disposição poderá ser aplicada em prejuízo de crianças e adolescentes, deve ser exigido da família, da sociedade e, do Poder

³² Art. 2º- Considera-se criança para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos e adolescente, aquela entre doze e dezoito anos de idade incompletos. Parágrafo único- Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto as pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Público, todo o respeito a seus direitos. Devemos também levar em conta e analisar a Declaração dos Direitos da Criança”³³, não esquecendo de que quando falamos em “direitos da criança”, estamos falando de direitos humanos.

Assuntos de grande relevância foram trazidos em que se mantiveram sempre diálogos de curiosidade, que se percebia nos gestos e olhares dos participantes o contentamento e muitas vezes ficando até surpresos com determinadas informações. Alguns se surpreenderam quando o sargento falou do que constam no art.81³⁴, sobre os cuidados que os pais devem ter com seus filhos, em se tratando de bebidas alcoólicas e cigarros, pois muitos não sabiam que não é permitida a venda de tais produtos aos menores, em que falou sobre as consequências que acarreta a quem comete o ato da venda. Os pais indagaram com o Sargento sobre quais procedimentos adotar em caso de observarem acontecer o fato, em que o Sargento Ivan falou sobre como proceder com as denúncias.

Outro assunto que gerou discussões e foi bastante polêmico, foi quando um dos pais falou sobre os cuidados com o patrimônio da escola, como o mobiliário e até mesmo sobre o riscar paredes, portas e classes. Os pais surpreenderam-se quando o Sargento falou que a escola pode exigir a pintura de toda uma parede quando um aluno risca ou suja esta parede, e isto é de responsabilidade daquele que é o responsável pelo aluno. E assim continuamos com nossa roda de conversas, com muita descontração ao mesmo tempo com seriedade.

Discutiu-se também sobre os cuidados que os pais devem ter com seus filhos, quando estes priorizam as ruas, para estarem verificando quem são as companhias, pois estas muitas vezes “não são legais” em que acabam envolvendo-se com drogas e violência. Como está posto em “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (BRASIL, 1990, art. 5º).

Falou-se ainda com esclarecimentos plausíveis do art. 243 (BRASIL, 1990), que “vender, fornecer ainda que gratuitamente, ministrar ou entregar, de qualquer forma, a criança

³³ Disponível em:< http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_universal_direitos_crianca.pdf> Acesso em: 27 de fev. de 2015.

³⁴ Art. 81. É proibido a venda a criança ou adolescente de:
 I - armas, munições e explosivos;
 II - bebidas alcoólicas;
 III - produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica ainda que por utilização indevida;
 IV - fogos de estampido e de artifício, exceto aqueles que pelo seu reduzido potencial sejam incapazes de provocar qualquer dano físico em caso de utilização indevida;
 V - revistas e publicações a que alude o art. 78;
 VI - bilhetes lotéricos e equivalentes.

ou adolescente, sem justa causa, produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica, ainda que por utilização indevida”.

Nesse momento houve bastante diálogo, várias perguntas em relação a envolvimento em vendas, sobre penalidades a quem solicita ao menor a compra de algum produto, bem como de quem libera a venda ao menor, alguns bastante preocupados e houve alguns relatos de casos observados, muitas discussões, e alguns comentando que iriam fazer denúncias a reincidência de casos que já presenciaram. Segundo o Sargento Ivan, a pena é a detenção de dois a quatro anos e multa aos infratores.

O sargento deu continuidade a sua explanação comentando sobre os artigos 103, 104 e 105 que tratam da Prática de Ato Infracional. Disposições Gerais (BRASIL, 1990):

Art. 103- Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal.

Art. 104- São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas nesta Lei.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, deve ser considerada a idade do adolescente a data do fato.

Art. 105- Ao ato infracional praticado por criança corresponderão as medidas previstas no art. 101.³⁵

Diante do exposto é, portanto, fundamental sabermos diferenciar as condutas praticadas na escola, quais medidas devem ser aplicadas (Sargento Ivan); se for ato infracional corresponderá a medidas socioeducativas, ao ato de indisciplina serão as medidas previstas no Regimento Escolar.

O Estatuto da Criança e do Adolescente foi promulgado há mais de vinte e dois anos, mas ainda algumas questões necessitam de entendimento. Sabemos que os direitos das crianças e dos adolescentes encontram-se expressamente previstos no artigo 227 da Constituição Federal e no artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, não significando que crianças e adolescentes não tenham obrigações por suas ações, notadamente quando

³⁵ Art. 101. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:

I - encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;

II - orientação, apoio e acompanhamento temporários;

III - matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de Ensino Fundamental;

IV - inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;

V - requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;

VI - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;

VII - abrigo em entidade;

VIII - colocação em família substituta. Parágrafo único. O abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade.

constituam atos de indisciplina ou atos infracionais, o que requer que saibamos diferenciá-los, o ato de indisciplina é um ato antissocial praticado pelo aluno dentro do estabelecimento de ensino, como o desrespeito ao professor e aos colegas, a prática de ações que atrapalhem a aula, gritaria, assobio, risadas, arremesso de objetos e provocações entre os alunos.

Consideramos a família como primeiro contexto de socialização do indivíduo; contudo, o que caracteriza a criança e o jovem ao longo de seu desenvolvimento não depende exclusivamente das experiências vivenciadas no convívio família, mas das aprendizagens do indivíduo, em diferentes contextos socializados, tais como: meios de comunicação, instituições sociais, instituições de ensino, práticas sociais, redes sociais. Dessa forma, o ato tido como disciplinado ou indisciplinado resulta do contexto social e cultural, no qual o aluno está inserido e por meio do qual constroem suas relações.

Art. 106 trata dos Direitos Individuais em que está posto:

Nenhum adolescente será privado de sua liberdade, senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente.

Parágrafo único. O adolescente tem direito à identificação dos responsáveis pela sua apreensão, devendo ser informado acerca de seus direitos (BRASIL, 1990, art. 106).

Sabemos que crianças e adolescentes, padecem especialmente vítimas frágeis e vulneráveis muitas vezes pela omissão da família, da sociedade ou até mesmo do Estado, no que tange assegurar seus direitos fundamentais. Entendemos a indisciplina escolar como um tema imprescindível aos professores, aos pais e a todos de alguma forma estão envolvidos com crianças e adolescentes. Optamos por abordar o tema tendo como o desenvolvimento humano, entendido como um processo que se inicia na família, e que depois vai se agregando a escola, e a esta na maioria das vezes é repassada toda a responsabilidade.

A indisciplina escolar pode revelar-se como fator de crescimento para professores, alunos e pais. Falar sobre (in) disciplina implica refletir sobre as questões de autonomia, de independência, de interdependência e de controle social presentes em todas as culturas. Tais questões estão na base de como é entendido o processo que leva à passagem do indivíduo à sociedade e da natureza à cultura. Ou seja, é nas relações construídas no cotidiano dos espaços institucionais, sociais que se galga o desenvolvimento de um ser autônomo, em espaços potenciais para criar e viver sua condição social e histórica.

Em conformidade do Estatuto da Criança e do Adolescente, as medidas socioeducativas estão postas no art. 112 que traz:

Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

I - advertência

II - obrigação de reparar o dano

III - prestação de serviços à comunidade

IV - liberdade assistida

V - inserção em regime de semiliberdade

VI - internação³⁶ em estabelecimento educacional. (BRASIL, 1990, art. 112).

As medidas de internação obedecem a critérios estabelecidos no Art. 122 do ECA, em que o sargento Ivan traz dizendo que são medidas privativas de liberdade, considera de suma importância prever no regimento escolar as sanções aplicáveis ao aluno, quando comprovada a prática de ato indisciplinar, em que se pode prever desde a advertência para os casos menos graves, bem como adotar outras medidas e encaminhamentos para casos mais graves, devendo-se sempre registrar as ocorrências em quaisquer casos.

O Sargento Ivan trouxe em sua fala sobre alguns crimes e contravenções que mais encontramos em escolas, como: dano ao patrimônio público, ameaça, vias de fato, desobediência, apropriação indébita, injúria e difamação, comentou que casos de lesão corporal também são frequentes. O Sargento Ivan deu várias explicações sobre vias de fato, que na maioria das vezes são casos ignorados por pessoas que presenciam, considerando como brincadeiras de mau gosto, muitas vezes também atribuído pelos professores e pela própria equipe diretiva.

A intervenção se dá com crianças, em que estas estão começando um processo de socialização, e que terão que fazer adaptações no sentido de que estão em um ambiente em que deverão compartilhar espaços, pessoas e vivenciar com outras culturas, trazer o diálogo através da participação em rodas de conversa pode ser um grande passo para construção de um ambiente mais humanizador. Para Freire (1996, p.127), “não é falando de cima para baixo, sobretudo, como se fôssemos os portadores da verdade a ser transmitida aos demais, que aprendemos a escutar, mas é escutando que aprendemos a falar com eles...”.

³⁶ Art. 122. A medida de internação só poderá ser aplicada quando:

I - tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa;

II - por reiteração no cometimento de outras infrações graves;

III - por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

§ 1º O prazo de internação na hipótese do inciso III deste artigo não poderá ser superior a três meses.

§ 2º. Em nenhuma hipótese será aplicada a internação, havendo outra medida adequada.

6 A INDISCIPLINA E A GESTÃO DA SALA DE AULA E DA ESCOLA

A indisciplina na sala de aula bem como na escola, precisa ser entendida e enfrentada por meio do esforço de todos os envolvidos, faz-se necessário que a escola em conjunto com educandos, pais e professores entendam e elaborem regras de convivência e as coloquem em prática. A pesquisadora constatou que tanto as crianças quanto os jovens precisam de limites e regras para garantir um clima favorável no ambiente escolar, bem como ter conhecimento sobre as causas e consequências em relação aos atos cometidos.

Segundo Therrien e Carvalho (2009), o conhecimento do sujeito enquanto profissional, histórico e social, que, mediante a natureza da prática, faz uso de um talento artístico (competência profissional, fruto da reflexão na ação) para resolver as situações conflituosas. Sob este enfoque, os autores apontam que a habilidade de resolver problemas no cotidiano assenta-se na confluência entre o conhecimento e a técnica, a qual nomeou como *conhecimento prático*.

Assim sendo, atuando junto aos professores da escola, envolvendo os pais e ou responsáveis pelos educandos, no sentido de promover reflexões para que eles se sintam corresponsáveis no processo de enfrentamento da indisciplina e se assumam como principais agentes de transformação da realidade encontrada na escola. Salientamos que através de relações interpessoais bem estruturadas é possível formular novas concepções, novas regras e provocar novas formas de pensar e agir que venham contribuir para transformações no interior da escola e favorecer uma efetiva gestão democrática e compartilhada.

E foi assim que se deu uma nova roda de conversa entre equipe diretiva e membros do conselho escolar, que discutiram sobre as normas da escola de acordo com a circular 002/2014 que estabelece as normas já estabelecidas relacionadas a horários, aos problemas disciplinares, as relações de convivência a utilização e preservação do material e do patrimônio da escola conforme falado pela diretora, a pesquisadora, sobre a importância do momento cívico uma vez por semana conforme consta na Lei Nº 12.031, de 21 de Setembro de 2009³⁷, que altera a lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, para determinar a

³⁷ Art. 1º O art. 39 da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único: “Art. 39. Parágrafo único: Nos estabelecimentos públicos e privados de Ensino Fundamental, é obrigatória a execução do Hino Nacional uma vez por semana.” (NR) Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 21 de setembro de 2009; 188º da Independência e 121º da República. JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA *Fernando Haddad*. Disponível em: <http://www.sulsc.com.br/afolha/monografia/resenha_ato_ler.htm> Acesso em: 27 de fev. de 2015

obrigatoriedade de execução semanal do Hino Nacional nos estabelecimentos de Ensino Fundamental.

As rodas de conversa propiciam aos participantes um momento de escuta e de fala, nesta foram discutidos assuntos relevantes que dizem respeito a disciplina escolar, no sentido de todos estarem comprometidos com as normas estabelecidas.

A indisciplina, uma dificuldade enfrentada pelos educadores para desenvolverem o trabalho pedagógico. Neste sentido Parrat-Dayán (2008, p. 21) afirma que:

Os conflitos em sala de aula evidenciam-se pelo descumprimento de ordens e pela falta de limites como, por exemplo: falar durante as aulas o tempo todo, não levar material necessário, ficar em pé, interromper o professor, gritar, andar pela sala, jogar papeizinhos nos colegas e no professor, dentre outras atitudes que impedem os docentes de ministrar aulas com mais qualidade.

Foi diante desta constatação, que se percebeu a necessidade de um maior engajamento por parte da escola em busca de alternativas de intervenções para o desafio de lidar com conflitos na sala de aula. Enfatiza-se que o trabalho coletivo é o principal instrumento de viabilização dessas ações. O diálogo, o estudo e a cooperação são instrumentos que mediarão o caminho na busca por uma disciplina que considere o respeito como condição principal nas relações existentes na escola.

Segundo Freire (1996, p.18),

[...] é não só interessante, mas profundamente importante que os estudantes percebam as diferenças de compreensão dos fatos, as posições às vezes antagônicas entre professores na apreciação dos problemas e no equacionamento de soluções. Mas é fundamental que percebam o respeito e a lealdade com que um professor analisa e critica as posturas dos outros.

As ideias contidas neste trecho nos levam a refletir sobre o que desejamos que sejam construídas nas “rodas de conversa”, propostos, nessa intervenção, promovendo que alunos, professores e pais e/ou responsáveis reúnam-se para estudar, planejar e refletir acerca da intervenção. Este espaço sistematizado tem o intuito de promover a disciplina através do trabalho coletivo, que Freire (1996, p.18) define como “é fundamental que percebam o respeito à lealdade...” em benefício das relações interpessoais, aprendendo a valorizar as individualidades.

Portanto, ressaltar a necessidade do professor ser um pesquisador é também incentivador e facilitador na escola da formação de novos pesquisadores. É preciso que os

professores tenham consciência dessa função e que assim se percebam enquanto profissionais capazes de provocar mudanças na realidade e pesquisadores.

Segundo Freire (1996, p.32)

O que há de pesquisador no professor não é uma qualidade ou uma forma de ser ou de atuar que se acrescente à de ensinar. Faz parte da natureza da prática docente a indagação, a busca, a pesquisa. O que se precisa é que, em sua formação permanente, o professor se perceba e se assuma como pesquisador.

Assim sendo, atuando junto aos professores da escola, envolvendo os pais e ou responsáveis pelos educandos, no sentido de promover reflexões para que eles se sintam corresponsáveis no processo de enfrentamento da indisciplina e se assumam como principais agentes de transformação da realidade encontrada na escola. Salientamos que através de relações interpessoais bem estruturadas é possível formular novas concepções, novas regras e provocar novas formas de pensar e agir que venham contribuir para transformações no interior da escola e favorecer uma efetiva gestão democrática e compartilhada. Partindo deste pensamento foram envolvidos pais e/ou responsáveis em Roda de conversa, para a apresentação do Projeto de Intervenção em que a pesquisadora apresentou o projeto “UM OLHAR SOBRE A INDISCIPLINA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA ESCOLA ESTADUAL DE ED. BÁSICA DR. CELESTINO LOPES CAVALHEIRO” conforme registro de ata no Anexo F (Observação: Por sugestão da banca o título do projeto foi alterado para: **O ENFRENTAMENTO DA INDISCIPLINA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA DR. CELESTINO LOPES CAVALHEIRO EM SÃO GABRIEL RS**).

Partindo deste pensamento realizou-se na escola uma roda de conversa com os pais e ou responsáveis dos alunos do Ensino Fundamental anos iniciais, que contou com a presença do Sargento Ivan Rodrigues, responsável pelo PROERD em São Gabriel.

Para a realização do encontro, foi encaminhado convite aos pais e/ou responsáveis, em que foi salientado que o encontro seria uma roda de conversa com informações sobre o ECA, foi colocado que no encontro teria lanche com cachorro quente e sorteio de brindes, e assim aconteceu. Os convidados chegavam ansiosos e bastante curiosos, o encontro aconteceu na sala Digital, como é chamada, por ser a sala onde está instalada a lousa digital. Foram organizados sobre uma mesa, os brindes para o sorteio no final do encontro (apêndice H) e outra mesa preparada para servir o lanche, e que foi oferecido durante a roda de conversa

(Apêndice G). O encontro estava previsto para o dia 19 de novembro de 2014, às 13h30, e foi neste dia e horário que aconteceu.

Deu-se início à roda de conversa com os cumprimentos e agradecimento aos presentes, por parte da diretora, que é a pesquisadora, na sequência fez-se a apresentação do sargento aos presentes, em que muitos já o conheciam através de seu trabalho que realiza junto às escolas e passou-se a palavra ao convidado, Sargento Ivan, que deu início com a explanação em *Power Point*, sobre o ECA.

A atuação da escola muitas vezes manifesta atitudes autoritárias em relação a determinadas situações, quando, na verdade, deveria fazer uso de uma reflexão crítica sobre as normas impostas pela escola, agindo com cautela e coerência, pois sabemos que a escola é frequentada por pessoas de culturas diferente, personalidades diferente, cada ser é único. A indisciplina ou disciplina pode residir no clima da própria escola. Se não conseguirmos “impor” os valores entre alunos, professores e pais e/ou responsáveis, então conseguir disciplina passa a ser uma proeza.

O planejamento educacional em unidades escolares passa pelo exercício de poder, o qual pode tanto reprimir, provocando a resistência dos profissionais, como estimular a participação num processo transparente, em que sujeitos são atraídos e mesmo conduzidos, pois conhecem as “regras do jogo”, num contexto diretivo ou democrático, em função do grau de participação vivenciada (SALERNO, 2007, p.109).

Neste sentido, ao analisarmos Salerno (2007), percebe-se que é fundamental que a escola busque adquirir uma parceria família-escola, incentivando aos pais a participar e acompanhar da educação dos seus filhos, não jogar para a escola e esperar que ela sozinha resolva da educação dos seus filhos, é preciso que a sociedade se conscientize que o problema da indisciplina escolar, não é problema exclusivo da escola, e que a mesma não tem que resolver sozinha. Está na Lei nº 9.394, dos Princípios e Fins da educação Nacional que:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996, art. 2º).

Em que consta na Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências, em seu anexo, que trata das metas e estratégias, em que consta na meta 2.0, a estratégia 2.9: incentivar a participação dos pais ou responsáveis

no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias;

Sendo assim o projeto de intervenção trouxe a família para juntos estarmos trabalhando as questões que dizem respeito à indisciplina, através da informação e esclarecimentos sobre os direitos e deveres que cabe a cada um, o aluno, a família e a escola e com a participação dos demais Órgãos Públicos que vamos conseguir minimizar senão combater a indisciplina na escola.

7 AVALIAÇÃO

É muito importante aqui fazer-se uma breve reflexão sobre o próprio termo “avaliação³⁸”, o que vai se avaliar³⁹ e para que, avaliar. “É emitir um juízo de valor a respeito de uma grandeza, com determinados propósitos” (SANTOS, 1996, p. 12). Observa-se que em todas as circunstâncias de nossas vidas somos avaliados constantemente ou promovemos avaliações.

Moura (2006, p. 195) nos orienta sobre a avaliação de projetos e aponta que “um aspecto importante que deve ser considerado no processo de avaliação é o *baseline* (diagnóstico da situação inicial), que servirá de base para a avaliação dos resultados obtidos”.

Cada um dos professores recebeu um caderno de registros personalizado (decorado e identificado), que serviu como portfólio de avaliação, dos sujeitos participantes da intervenção. A utilização de portfólios para avaliação é sinalizado por Villas Boas (2004) como um dos procedimentos avaliativos que melhor condizem com a avaliação formativa. Para a mesma autora o portfólio apresenta a possibilidade da produção pelos próprios sujeitos avaliados, sendo estas as evidências de que ocorreu aprendizagem. “O portfólio possibilita avaliar as capacidades de pensamento crítico, articular e solucionar problemas complexos, trabalhar de forma colaborativa [...]” (VILLAS BOAS, 2004, p. 117).

Com a utilização do portfólio como instrumento de avaliação foi possível analisar as reflexões de cada um dos participantes, verificar se a intervenção possibilitou mudanças em relação à (in) disciplina dos alunos. Além da função avaliativa, o portfólio serviu como eixo norteador do trabalho pedagógico, onde os sujeitos são corresponsáveis desde a sua organização como no planejamento, execução e avaliação das práticas desenvolvidas em relação ao que foi proposto no projeto de intervenção. Ao ler os portfólios pode-se comprovar a eficácia das ações previstas e executadas no projeto de intervenção, as professoras criaram e aplicaram as ações, cada uma em seu tempo e dentro do ritmo de cada turma. A ação prevista no projeto de intervenção “construção coletiva das normas” está presente; só não teve êxito a turma do 2º ano, pois a professora não participou do projeto, com isso as normas não foram estabelecidas. Constatou-se que a comunidade local esteve mais presente na escola participando das atividades, maior democratização das decisões, melhoria na conservação do

³⁸ Avaliação: É a análise dos resultados obtidos através da realização das atividades do projeto verificando em que medida os objetivos foram alcançados; a avaliação mede os resultados e impactos, com foco na eficácia (ou efetividade do projeto) (MOURA; BARBOSA, 2006, p.129).

³⁹ Avaliar: determinar o valor de algo, fazer a apreciação, analisar, julgar, ponderar (MOURA; BARBOSA, 2006, p. 129)

espaço escolar e a amenização da indisciplina em sala de aula, resultando em fatores satisfatórios nas relações interpessoais. A construção coletiva das estratégias foi fundamental para que os alunos pudessem refletir sobre suas ações no grupo, discutir sobre a violência e situações já vivenciadas, a discussão aconteceu com normalidade para eles.

Foi bastante significativa a participação dos pais e/ou responsáveis na roda de conversa sobre o ECA (Apêndice F e G), que contou com a participação de um sargento e um soldado da Brigada, os responsáveis pelo PROERD, em que foi possível contemplar então, as reflexões sobre as matérias mais relevantes sobre crianças e adolescentes especialmente aquelas que surgem no cotidiano.

Foi possível também a significativa contribuição para o encaminhamento correto das questões pertinentes ao Estatuto da Criança e do Adolescente que se apresenta indisputável, assim como sua leitura se torna indispensável aos que estão em seu dia a dia lidando com esta clientela, as crianças e adolescentes.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As professoras atribuem os problemas de indisciplina do aluno às dificuldades de relacionamento destes com colegas e/ou professores. No caso da intervenção aqui relatada, as reclamações apresentadas pelas professoras também aconteciam nesta mesma direção. Porém, algumas professoras reconheciam sua própria limitação e dificuldade em lidar com as situações de indisciplina, através do projeto de intervenção foi possível a constituição de momentos de reflexão sobre as relações interpessoais em sala de aula e as possibilidades de se propor mudanças no seu interior.

Buscaram-se alternativas de intervenções através do trabalho coletivo e com aplicação de instrumentos diversificados para minimizar os problemas de indisciplina. Embora não houvesse muita disponibilidade de tempo para a realização do trabalho, foi possível perceber resultados positivos, principalmente no que se refere às relações interpessoais na sala de aula e na escola como um todo. Evidencia-se assim a necessidade de acompanhamento constante no uso das rodas de conversa, visto que toda mudança na educação se efetiva através do diálogo, mudança de postura nas práticas pedagógicas, bem como na forma como se processam as relações no interior do ambiente escolar, possibilitando assim, sua transformação para que na sala de aula se efetive a aprendizagem.

Assim sendo, apesar de ser uma temática conflitante, buscaram-se novas reflexões sobre o problema indisciplina escolar, para que os educandos passem a vivenciar essas novas formas de se relacionar, e a família tomar consciência dos fatos, assumindo junto com a escola a responsabilidade. “Uma das melhores formas de se atingir a família é através dos próprios filhos; daí a relevância da escola desenvolver um trabalho participativo, significativo, em que realmente o aluno se envolva e entenda o que está sendo proposto para ele. Desta forma o próprio filho terá argumentos para ajudar os pais a compreenderem a proposta da escola” (VASCONCELLOS, 1995, p. 64).

Diante do exposto, percebe-se que a participação ativa de todos tem transformado o ambiente escolar num espaço mais democrático, pois estes não medem esforços para se reunir, dialogar e planejar ações que com certeza trarão benefícios para todos os envolvidos no processo educacional.

As atividades desenvolvidas possibilitaram a reflexão por parte dos professores, sobre as práticas desenvolvidas na escola, proporcionando caminhos favoráveis à transformação dessas relações a partir de um novo olhar a questão da indisciplina. A partir das rodas de conversa envolvendo a comunidade escolar, foi possível perceber resultados positivos,

principalmente no que se refere às relações interpessoais na sala de aula e na escola como um todo.

Recomenda-se que, para as situações de indisciplina, não se culpe somente os alunos; convém buscar o porquê dessas atitudes, investigar as causas disciplinares, discutir e elaborar juntamente com os alunos as normas para que as respeitassem, fazendo-os respeitá-las e trabalhando assim a individualidade de modo que consigam relacionar-se superem as dificuldades de relacionamento, É importante que haja participação e comprometimento de todos os envolvidos no processo (pais, alunos, professores, equipe pedagógica, administrativa, etc.), na elaboração das normas disciplinares, viabilizando a participação democrática de forma consciente e interativa para que os problemas relacionados à escola sejam discutidos em rodas de conversa considerando que a escola, assim como os grupos que dela participam e que constituem uma determinada sociedade seja regulamentada por normas e regras de funcionamento e que estas regras devem ser respeitadas por todos os envolvidos no processo.

9 REFERÊNCIAS

AMADO, João da Silva. **Interação pedagógica e indisciplina na aula**. São Paulo: Asa, 2000.

ANTUNES, Celso. **Professor bonzinho = aluno difícil: a questão da indisciplina em sala de aula** – Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

AQUINO, Julio Groppa. **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1996, pg.39-55.

AQUINO, J. G. **A Indisciplina e a Escola Atual**. Rev Fac. Educ. v.24 n.2 São Paulo July/Dec.1998. 14 p. www.scielo.br, acesso em Abril/ 2004- em: https://www.google.com.br/?gws_rd=ssl#q=aquino+j.+g.+a+indisciplina+e+a+escola+atual (14/06/2014).

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 13 de jun.de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm> Acesso em: 27 de fev. de 2015.

_____. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 25 de jun. de 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> Acesso em: 27 de fev. de 2015.

_____. Lei n. 8.242 de 12 de outubro de 1991. Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 12 de out. de 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8242.htm> Acesso em: 27 de fev. de 2015.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 20 de dez de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> Acesso em: 27 de fev. de 2015.

CANIVEZ, Patrice. **Educar o cidadão?** Campinas: Papirus, 1991.

CARVALHO, Antonia Dalva França; THERRIEN, Jacques. O Professor no trabalho: Epistemologia da prática e ação/cognição situada – Elementos para análise da práxis pedagógica. **Revista brasileira de formação de professores**. Vol. 1, n. 1, p.129-147, 2009. Disponível em: < <http://teste.jacquestherrien.com.br/wp-content/uploads/2014/06/Professor-no-Trabalho-Epistemologia-da-Pr%C3%A1tica-e-A%C3%A7%C3%A3o-Cogn.pdf>> Acesso em 27 de fev. de 2015.

COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa; ESTRELA, George Queiroga; PACÍFICO, Juracy Machado. **Gestão Escolar: enfrentando os desafios cotidianos em escolas públicas**. Curitiba: CRV, 2009.

CONANDA Disponível em <http://www.aldeiasinfantis.org.br/getmedia/0f13e352-b6b4-491f-832b-dd6b14ac8d97/O-que-e-CONANDA.pdf> Acesso em 18/01/2015. Antunes (2002), Aquino (1996, 1998), Ludke (1992), Passos (2011), Rebelo (2011), Vasconcelos (1995, 1997 2013).

DAMIANI, Magda Floriana *et al.* **Discutindo pesquisas do tipo intervenção pedagógica. Cadernos de Educação**, Pelotas, n.45, mai./ago. 2013. Disponível em: http://www.infoteca.inf.br/endipe/smarty/templates/arquivos_template/upload_arquivos/acervo/docs/2345b.pdf. Acesso em: 02 mar. 2015.

DAMIANI, Magda Floriana. **Sobre pesquisas do tipo intervenção**. Pelotas 2012. Disponível em: http://www.infoteca.inf.br/endipe/smarty/templates/arquivos_template/upload_arquivos/acervo/docs/2345b.pdf. Acesso em: 02 mar. 2015.

DEWEY, John. In NEUTZLING, Cláudio. **Tolerância e democracia: estudo da tolerância na filosofia política de John Dewey e suas razões lógico-éticas**. Roma: Pontificia Universitas Gregoriana, Facultas Philosophiae, 1984.

DONATELLI, Dante. **Quem me educa? A família e a escola diante da (in) disciplina**. São Paulo: Arx, 2004.

FREIRE, Paulo, **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

_____. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da Autonomia**. Online: Coletivo Sabotagem, 1996. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf%5Cpedagogia_da_autonomia_-_paulofreire.pdf Acesso em: 27 de fev. de 2015.

_____. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GADOTTI, Moacir. **Pressupostos do Projeto Pedagógico. In: Conferência Nacional de Educação para Todos**, 1994, Brasília. **Anais...** Brasília: Conferência Nacional de Educação para Todos, 1994. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/Arq%20modulo%203%20\(3\)%20novo.pdf](http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/Arq%20modulo%203%20(3)%20novo.pdf) Acesso em: 27 de fev. de 2015.

GOLDEMBERG, Mirian. **A arte de pesquisar – Como fazer pesquisa qualitativa em ciências Sociais** – 8ª. ed. Editora Record, 2004. Rio de Janeiro, 2004.

HORA, Dinair Leal da. **Gestão Educacional Democrática**. Campinas: Alínea, 2010.

LÜCK, Eloísa. **Avaliação e monitoramento do trabalho educacional**. Petrópolis: Vozes, 2010a.

_____. **Gestão da cultura e do clima organizacional da escola**. Petrópolis: Vozes, 2010b.

LÜDKE, Menga; MEDIANO, Zélia (Coord.). **Avaliação a escola de 1º grau: uma análise sociológica**. Campinas: Papyrus, 1992.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MOURA, Dácio Guimarães de; BARBOSA, Eduardo Fernandes. **Trabalhando com projetos: Planejamento e gestão de projetos educacionais**. Petrópolis: Vozes, 2010.

PARO, Vitor Henrique. **Educação como exercício do poder: crítica ao senso comum em educação**. São Paulo: Cortez, 2010.

PARRAT-DAYAN, Silvia. **Como enfrentar a indisciplina na escola**. São Paulo: Contexto, 2008.

PASSOS, Arlei Ferreira. **Indisciplina, falta de limites, violência e fracasso escolar: compreender e educar**. São Paulo: Centauro, 2011.

REBELO, Rosana Aparecida Argento. **Indisciplina Escolar: Causas e Sujeitos**. 6.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

RIO GRANDE DO SUL. Lei n. 13.474, de 28 de junho de 2010. Dispõe sobre o combate da prática de “bullying” por instituições de ensino e de educação infantil, públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos. **Diário Oficial [do] Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, RS, 29 de jun. de 2010. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/13.474.pdf>> Acesso em 27 de fev. de 2015.

SANTOS, Wladimir. Avaliação do aproveitamento. Alguns conceitos para a prática em sala de aula. **Estudos Universitários**, Sorocaba, v. 22, n. 1, p. 09-22, jun. 1996.

SALERNO, Soraia Chafic El Kfour. **Administração escolar e educacional: Planejamento políticas e gestão**. Campinas: Alínea, 2007.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa ação**. São Paulo: Cortez, 2011.

TIBA, Içami. **Quem Ama Educa: Formando cidadãos éticos**. São Paulo: Integrare, 2007.

TIBA (1996) <http://pt.scribd.com/doc/150215357/De> Acesso em 2013, p.2.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Disciplina**: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola. São Paulo: Libertad, 1995.

_____. **Disciplina**: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola. 15. ed. São Paulo: Libertad, 2004.

_____. **Os Desafios da Indisciplina em Sala de Aula e na Escola**. (p 230, p 240) em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_28_p227-252_c.pdf (acesso em 22/07/2013).

ZANDONATO, Zilda Lopes – UNESP GT: **Educação Fundamental/nº 13 Indisciplina escolar e a relação professor-aluno: uma análise sob as óticas moral e institucional** (p.3) em: [http://www.educacao.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-praxis-pedagogicas/RELA%C3%87%C3%83O%20PROFESSOR-\(2013\)](http://www.educacao.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-praxis-pedagogicas/RELA%C3%87%C3%83O%20PROFESSOR-(2013))

APÊNDICES

IMAGEM A – Roda de conversa com direção, supervisão, conselho escolar e representante do conselho tutelar.



Fonte: Registro da autora (2014).

IMAGEM B - Apresentação do Projeto ao grupo de professoras.

Fonte: Foto tirada pela autora (2014) no dia da apresentação do Projeto ao grupo de professoras.

IMAGEM C – Roda de conversa com Sargento Ivan em discussão sobre o ECA

Fonte: Foto tirada pela da autora (2014).– Roda de conversa com Sargento Ivan em discussão sobre o ECA.

IMAGEM D - roda de conversa do soldado Jacobsen com os alunos do 3º ano.

Fonte: Foto tirada pela da autora (2014), roda de conversa do soldado Jacobsen com os alunos do 3º ano.

IMAGEM E – Roda de conversa com os alunos do 3º ano e o soldado Jacobsen.

Fonte: Foto tirada pela da autora (2014): roda de conversa com os alunos do 3º ano e o soldado Jacobsen.

**IMAGEM F - Momento inicial da roda de conversa com os pais e/ou responsáveis –
apresentação do Sargento Ivan e soldado Jacobsen.**



Fonte: Foto tirada pela da autora (2014).

IMAGEM G – Momento de descontração com lanche, a conversa continuou.

Fonte: Foto tirada pela da autora (2014).

IMAGEM H – Brindes para sorteio após a roda de conversa com pais e/ou responsáveis.



Fonte: Foto tirada pela da autora (2014).

IMAGEM I – Roda de conversa com a turma do 5º ano.

Fonte: Foto tirada pela da autora (2014).

APENDICE J



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
PÓSGRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - MESTRADO PROFISSIONAL
CAMPUS DE JAGUARÃO
VANIA SEEGER

O curso de formação de gestores escolares que estou participando orienta-se por dois eixos básicos:

- a) a educação compreendida como direito social a ser suprido pelo Estado e b) a gestão democrática da escola como meio indispensável à realização da finalidade social da educação. Esses dois eixos, que orientam nosso curso do começo ao fim, levam-nos a uma compreensão de que a escola, em sua forma concreta de ser, é objeto de análise e intervenção.

Suas atividades terão como horizonte a escola (de modo particular, a escola em que atuo)

“Educar é... dar um valioso presente, não um duro dever.”
(Albert Einstein)

Prezado (a) participante, o trabalho do Curso de Mestrado Profissional em Educação: Gestão Escolar tem como objeto contribuir para reduzir os casos de indisciplina escolar nas séries iniciais do Ensino Fundamental da Escola Estadual de Ed. Básica Dr. Celestino Lopes Cavaleiro.

Por este motivo conto com sua colaboração respondendo a este questionário que contribuirá significativamente para elaboração e obtenção de resultados no projeto de intervenção. Ciente de sua compreensão e colaboração, desde já agradecemos. As respostas e os dados obtidos não serão divulgados de forma individual, mas coletiva sem qualquer identificação.

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PAIS

INFORMAÇÕES PESSOAIS:

Nome do pai: _____

Idade: _____

Nome da mãe: _____

Idade: _____

Aluno: _____ Turma: _____

FORMAÇÃO EDUCACIONAL DO PAI

Ensino Fundamental () Ensino Médio () Ensino Superior ()

Obs.: _____

TRABALHA?

SIM () NÃO ()

O Pai exerce a profissão de: _____

Cargo: _____

REMUNERAÇÃO MENSAL DE:

até um salário () mais de um salário () mais de dois salários ()

FORMAÇÃO EDUCACIONAL DA MÃE

Ensino Fundamental () Ensino Médio () Ensino Superior ()

Obs.: _____

TRABALHA?

SIM () NÃO ()

O mãe exerce a profissão de: _____

Cargo: _____

REMUNERAÇÃO MENSAL DE:

até um salário () mais de um salário () mais de dois salários ()

RENDA FAMILIAR

até um salário () mais de um salário () mais de dois salários ()

O que você entende por disciplina?

O que você entende por **indisciplina**?

O que você considera indisciplina? Onde você percebe a indisciplina e em que situações?

Fonte: texto criado pela pesquisadora

APENDICE K



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
PÓSGRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - MESTRADO PROFISSIONAL
CAMPUS DE JAGUARÃO
VANIA SEEGER

O curso de formação de gestores escolares que estou participando orienta-se por dois eixos básicos:

- a) a educação compreendida como direito social a ser suprido pelo Estado e b) a gestão democrática da escola como meio indispensável à realização da finalidade social da educação. Esses dois eixos, que orientam nosso curso do começo ao fim, levam-nos a uma compreensão de que a escola, em sua forma concreta de ser, é objeto de análise e intervenção.

Suas atividades terão como horizonte a escola (de modo particular, a escola em que atuo)

“Educar é... dar um valioso presente, não um duro dever.”
(Albert Einstein)

Prezado(a) participante , O trabalho do Curso de Mestrado Profissional em Educação: Gestão Escolar tem como objeto contribuir para reduzir os casos de indisciplina escolar nas séries iniciais do Ensino Fundamental da Escola Estadual de Ed. Básica Dr. Celestino Lopes Cavaleiro.

Por este motivo conto com sua colaboração respondendo a este questionário que contribuirá significativamente para elaboração e obtenção de resultados no projeto de intervenção. Ciente de sua compreensão e colaboração, desde já agradecemos a sua contribuição. As respostas e os dados obtidos não serão divulgados de forma individual, mas coletiva sem qualquer identificação.

Cargo:

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES E FUNCINÁRIOS

Para a aplicação da intervenção se faz necessário o diagnóstico, que tem como problema a indisciplina como um obstáculo e um complicador ao bom desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem do trabalho pedagógico dentro do ambiente escolar. de investigação para futura intervenção.

O problema da indisciplina está angustiando cada dia mais os educadores em geral e os professores em particular. A grande pergunta que está na cabeça de todos é: **o que fazer?** Embora esta questão seja da maior importância e deva ser respondida, entendemos que, antes, outras duas devem ser enfrentadas: **o que está acontecendo?** **o que queremos?** É comum ouvirmos o seguinte: "Já sabemos bem qual é o problema, até porque o sofremos na pele. Queremos é solução". No entanto, o que temos observado é que padecemos, mas não compreendemos o problema; no trabalho científico costuma-se afirmar que definir bem o problema é já ter 50% da solução... (VASCONCELLOS, 2013, p. 230)

Diante da citação de Vasconcellos, o que você entende por **disciplina?** _____

Diante da citação de Vasconcellos, o que você entende por **indisciplina?** _____

O que você considera indisciplina? Onde você percebe a indisciplina e em que situações?

Fonte: texto criado pela pesquisadora

APENDICE L



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
PÓSGRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - MESTRADO PROFISSIONAL
CAMPUS DE JAGUARÃO
VANIA SEEGER

O curso de formação de gestores escolares que estou participando orienta-se por dois eixos básicos:

- a) a educação compreendida como direito social a ser suprido pelo Estado e b) a gestão democrática da escola como meio indispensável à realização da finalidade social da educação. Esses dois eixos, que orientam nosso curso do começo ao fim, levam-nos a uma compreensão de que a escola, em sua forma concreta de ser, é objeto de análise e intervenção.

Suas atividades terão como horizonte a escola (de modo particular, a escola em que atuo)

“Educar é... dar um valioso presente, não um duro dever.”
(Albert Einstein)

Prezado(a) participante , O trabalho do Curso de Mestrado Profissional em Educação: Gestão Escolar tem como objeto contribuir para reduzir os casos de indisciplina escolar nas séries iniciais do Ensino Fundamental da Escola Estadual de Ed. Básica Dr. Celestino Lopes Cavalheiro.

Por este motivo conto com sua colaboração respondendo a este questionário que contribuirá significativamente para elaboração e obtenção de resultados no projeto de intervenção. Ciente de sua compreensão e colaboração, desde já agradecemos a sua contribuição. As respostas e os dados obtidos não serão divulgados de forma individual, mas coletiva sem qualquer identificação.

Nome do participante:

Ano:

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS

Para a aplicação da intervenção se faz necessário o diagnóstico, que tem como problema a indisciplina como um obstáculo e um complicador ao bom desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem do trabalho pedagógico dentro do ambiente escolar. de investigação para futura intervenção.

O que você entende por **disciplina**?

O que você entende por **indisciplina**?

O que você considera indisciplina? Onde você percebe a indisciplina e em que situações?

Fonte: texto criado pela pesquisadora

ANEXOS

ANEXO A – Ata da Reunião pedagógica com diversos assuntos com referência a hábitos e atitudes em sala de aula.



ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA
DR. CELESTINO LOPES CAVALHEIRO
Rua Maurício Cardoso, 574 – Centro – São Gabriel – RS
Fone/Fax: (55) 3232-3314 ou (55) 3232-1101
E-mail: celestino.cavalheiro@gmail.com

ATA Nº 4 / 2014

Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze na Escola Estadual de Educação Básica Dr. Celestino Lopes Cavalheiro, reuniu-se a Direção, Coordenação e Professores do turno da tarde , para tratar dos seguintes assuntos: _____

* ressaltar o empenho e pontualidade na entrega dos pareceres para supervisão e secretaria; observar em seus e-mail onde está disponível a folha com o cabeçalho a ser seguido para os próximos trimestres;

* início do 2º trimestre dia 2/06 até 12/09 totalizando 68 dias letivos;

* sábados letivos de junho: 14 e 28; feriados 19 e 20; sábado letivo de julho 12 e sábado letivo de agosto 9/08;

* reforçar hábitos e atitudes em sala de aula entre colegas priorizando um ambiente acolhedor e social para todos relatando e chamando os pais quando necessário.

* último dia para entrega de pareceres aos pais que não compareceram no dia 17 de junho.

* Pluna Denise da Unipampa - Gestão Ambiental - Alfabetização Ambiental 1ª a 4ª. Projeto 2 horas semanais em cada turma - segunda e quinta-feira.

Eu, Ana Claudia Aika Teixeira lavrei a presente ata, que vai assinada por todos os presentes. São Gabriel, 24 de junho de 2014.

Julia Lima, Marilaine Emolin, Terina, Rosilene de Fátima, Selange
Lisa Mussolini, Ana Carolina Marques, Vanice Eger, Dulce
Rodrigues Queiroz

ANEXO B - Roda de conversa com direção, supervisão, conselho escolar e representante do conselho tutelar.

ATA Nº 03/2014

APÓS TRÊS DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E QUATROZÉ, ÀS OITO HORAS E TRINTA MINUTOS, REUNIRAM-SE NA SALA DE SUPERVISÃO DA ESCOLA CELESTINO CAVALHEIRO: DIREÇÃO, SUPERVISÃO E CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DR. CELESTINO CAVALHEIRO, JUNTAMENTE COM O REPRESENTANTE DO CONSELHO TUTELAR DE SÃO GABRIEL, FILIPE FERREIRA, E A ORIENTADORA ANGELA CASANOVA, PARA TRATAR DOS SEGUINTES ASSUNTOS: DISCUTIR AÇÕES DA ESCOLA PARA ENFRENTAR A INDISCIPLINA DE ALUNOS, AGRESSÃO ENTRE ALUNOS, RENDIMENTO ESCOLAR. APÓS DISCUSSÃO DA SITUAÇÃO DA ESCOLA, IDEATIZOU-SE A CRIAÇÃO DE UM GRUPO DE TRABALHO FORMADO POR INTEGRANTES DO CONSELHO ESCOLAR, DA DIREÇÃO DA ESCOLA, PROFESSORES, CONSELHO TUTELAR, REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, A SER CONVIDADO, PAIS DE ALUNOS E ALUNOS. ACORDOU-SE QUE SERÁ FORMADA ESSA COMISSÃO EM UMA NOVA REUNIÃO, PARA ENTÃO SE INICIAR COM AS DEFINIÇÕES DE AÇÕES EFETIVAS. NOVA DISCUSSÃO SOBRE O RENDIMENTO ESCOLAR FOI MARCADA PARA O DIA VINTE E UM DE JULHO, QUANDO DA REALIZAÇÃO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES, ÀS OITO HORAS. NADA MAIS HAVENDO A CONSTAR, LAVREI A PRESENTE ATA, QUE VAI ASSINADA POR MIM E PELOS DEMAIS PRESENTES. David Pacheco, Abduatexeira, Marta M, Casanova, Lúcia Geppen

Fonte: Livro de atas do Conselho escolar. Registros do presidente do conselho escolar.

ANEXO C – Reunião pedagógica com diversos assuntos.



ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA
 DR. CELESTINO LOPES CAVALHEIRO
 Rua Maurício Cardoso, 574 – Centro - São Gabriel – RS
 Fone/Fax: (55) 3232-3314 ou (55) 3232-1101
 E-mail: celestino.cavalheiro@gmail.com

ATA Nº 5 / 2014

Aos vinte e três dias do mês de julho do ano de dois mil e quatorze na Escola Estadual de Educação Básica Dr. Celestino Lopes Cavalheiro, reuniu-se a Direção, Coordenação e Professores do turno da tarde, para tratar dos seguintes assuntos: * mensagem: Avance sempre.

* reavaliando o trabalho com os alunos no 1º semestre
* retomada no segundo semestre de hábitos em fila, organização
respeito mútuo entre colegas; despertar a sabedoria, criação ...
* calendário escolar: 2º trimestre 02/06 a 12/09 = 68 dias letivos - sábado
letivo de agosto 9/08; agosto 21 dias;

* rotina, motivação na entrada da aula (15 min) acolhida
* ocupar com os alunos espaços da escola: quadra, praça, la-
boratórios, biblioteca, sala de vídeo.

* Dia dos Pais: mateada, gincana, presente da turma

* Semana da Pátria: cantar o hino, sessão cívica.

* Semana do Gaúcho: Ornamentar o local da churrasqueira.

* Semana da Criança: Gincana, passeio, piquenique.

Rudirara - rudiraraquede@bel.com.br.

Vanessa - prade-va@hotmail.com.

Eu, Ana Claudia Jota Texeira lavrei a presente ata, que vai assinada por todos os presentes. São Gabriel, 23 de julho de 2014.

Janette Lopes, Marilaine Zemelin, Carmona Benira, Julia Lima,
Rudirara Trindade Guedes de Rodrigues.

ANEXO D – Reunião pedagógica com diversos assuntos.



ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA
 DR. CELESTINO LOPES CAVALHEIRO
 Rua Maurício Cardoso, 574 – Centro - São Gabriel – RS
 Fone/Fax: (55) 3232-3314 ou (55) 3232-1101
 E-mail: celestino.cavalheiro@gmail.com

ATA Nº 6 / 2014

Aos cinco dias dias do mês de agosto do ano de dois mil e quatorze na Escola Estadual de Educação Básica Dr. Celestino Lopes Cavalheiro, reuniu-se a Direção, Coordenação e Professores do turno da tarde, para tratar dos seguintes assuntos: Reunião de Pais 1º ano

- * apresentação da Equipe Diretiva
- * apresentação no power point mensagem e slides sobre dicas (x carmen, lúcia da Rosa Coimbra) de conduzir o filho auxiliando para uma boa aprendizagem na escola; uma parceria de família-escola;
- * propostas de trabalho da professora Rudnara, substituta da prof.ª Selange que entrou em aposentadoria.

Eu, Ana Claudia Jita Teixeira lavrei a presente ata, que vai assinada por todos os presentes. São Gabriel, 5 de agosto de 2014.

Daiame Nunes, Fernanda Amado, Bidiáfaciu, Cátia Moreira Pires,
Alena de S. Cavalli, Sandra B.S. Moreira, Floriano
o Laurício N. Zylg, Rejane Santos, Cristiane Lúcia, Vanice Cegep.

ANEXO E – Ata de apresentação do projeto de intervenção aos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental.



ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA
DR. CELESTINO LOPES CAVALHEIRO
Rua Maurício Cardoso, 574 – Centro - São Gabriel – RS
Fone/Fax: (55) 3232-3314 ou (55) 3232-1101
E-mail: celestino.cavalcheiro@gmail.com

ATA Nº 8 / 2014

Aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze na Escola Estadual de Educação Básica Dr. Celestino Lopes Cavalcheiro, reuniu-se a Direção, Coordenação e Professores do turno da tarde para tratar dos seguintes assuntos:

- * Apresentação pela Diretora Tania Seeger do Projeto que será desenvolvido na escola: Um olhar sobre a (in)disciplina nos anos iniciais do Ensino Fundamental da Escola Estadual de Educação Básica Dr. Celestino Lopes Cavalcheiro
- * Entrega dos portfólios aos professores do 1º ao 5º Anos.
- * Aos professores é importante ressaltar e relatar todas as atividades desenvolvidas com relação a turma sobre o projeto registrando toda e qualquer atividade do Plano de Ação, tema, seminários

Eu, Ana Cláudia Aita Teixeira lavrei a presente ata, que vai assinada por todos os presentes. São Gabriel, 2 de setembro de 2014.

Marciano Remolin, Julia Buzza, Rudimar T. G. de Barros, Tania Seeger

Fonte: supervisora do turno tarde.

ANEXO F – Ata de apresentação do projeto de intervenção aos pais e/ou responsáveis dos alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental.



**ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA
DR. CELESTINO LOPES CAVALHEIRO**

Rua Maurício Cardoso, 574 – Centro
Fone/Fax: (55) 3232-3314- São Gabriel – RS
E-mail: celestino.cavalheiro@gmail.com

Ata nº _____/2014.

Aos quatro dias do mês de setembro do ano de 2014, reuniu-se na Escola Estadual de Educação Básica Dr. Celestino Lopes Cavalheiro a direção e os pais e/ou responsáveis dos alunos do ensino fundamental anos iniciais para tratar dos seguintes assuntos:

apresentação pela Diretora Vania Seeger do Projeto de Intervenção "Um olhar sobre a Indisciplina" nos anos iniciais do Ensino Fundamental desta Escola. A Diretora relatou a importância do envolvimento da família na vida escolar de seus filhos orientando-os e acompanhando-os em sua rotina escolar para que sejam aperfeiçoados seus hábitos e atitudes.

Isisiane S. Moreira, Gislene Ramos da Silva, Kátia Daurceli
Miriam Regiane C.H. Silveiro, Estina Rodrigues, Cláudia Marques,
Jaléia Van Marquem, Carlos Antonio, Erica Nunes, Aline L.P.,
Maria Jozefa dos Anjos, Roberto Ribeiro
Marcos Vinícius, Juliana Kangel, Mônica Marietela C. Ferreira
Bidifácio, Davi Lopes, Silvana, Mônica, Nilgata, Tereza
Fabiana, Rui Azeiteiro, Dione Nunes
Elisandra Amado, Almondra Galvan, Cristiane F. B. Wallau,
Bidifácio, Paulo Teixeira, Valquiria Marc. E. B.,
Deusa F. de Oliveira, Marietela C. Ferreira, Roberto Ribeiro
Paulo José Antimil Teixeira, Sandra C. P. Moreira,
EUANUAD DA ROS DIAS, Cristiane R. Machado, Estina Patricia S. Zizafes
DICCO BOERE ZOTUNDES, Juliana
maria Jozefa dos Anjos, Eliana Ramos Ribeiro,
Vanessa, Zaira, Márcio (Alfons)
Vanessa, Rosmeri, Edelvillya, Juliana F. Bittencourt
Docli, n. dos santos, Dulcineia, Cleia Marista Madalena Pinto
Silene Fontoura Leon, Juliana, América S. Vilhote Camargo,
Maria Jozefa, Zaira Machado, M. Estef. R. da Silva

Fonte: supervisora do turno tarde.

ANEXO G – Ata de reunião com conselho escolar.

Aos dois dias do mês de outubro de dois mil e quatorze às dez horas, reuniu-se na Escola Estadual de Educação Básica Dr. Celestino Lopes Cavalcante, direção e os membros do Conselho escolar da escola para tratar sobre as normas da escola, de acordo com a circular 002/2014 que estabelece as normas já estabelecidas relacionadas aos horários; aos problemas disciplinares; as relações de convivência; a utilização e preservação do material escolar e do patrimônio escolar; obrigatoriedade do momento cívico, uma vez por semana, a partir do ano letivo de dois mil e quinze; o uso do uniforme escolar nas dependências da escola; as medidas disciplinares adotadas em caso de não cumprimento dos deveres e a incidência em faltas disciplinares; entre outros. Também foram explanadas as normas relacionadas a Circular 03/2014 que estabelece e reforça os critérios sobre o cumprimento dos profissionais de educação; a ponto e o horário de trabalho; as faltas; o planejamento escolar diário; o cumprimento das normas; organização e manutenção do material e do ambiente de trabalho; entre outros. Após foram discutidos os assuntos e o ponto de vista relacionados às matrículas, ao reforço escolar, a elaboração e confecção de um novo uniforme escolar; e novas propostas para melhoramento do ambiente escolar. Nada mais havendo a constar lavro a presente ata que vai assinada por mim e pelos demais presentes a essa reunião São Gabriel 02 de outubro de 2014. *Jefferson, David Machado, Alexandre M. Rodrigues, Thaila B. S. Emanuelle dos Santos Araújo, Guilherme Rodrigues Garcia, Thayana dos Santos, Adileide, Claudiane, Jany, Marta M.*

Fonte: Registros do presidente do conselho escolar.

ANEXO H – Ata de registro de vídeo e roda de conversa com o tema “Gestão de sala de aula”.



ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA
DR. CELESTINO LOPES CAVALHEIRO
Rua Maurício Cardoso, 574 – Centro – São Gabriel – RS
Fone/Fax: (55) 3232-3314 ou (55) 3232-1101
E-mail: celestino.cavalheiro@gmail.com

ATA Nº 10 / 2014

Aos noze dias do mês de Setembro do ano de _____
na Escola Estadual de Educação Básica Dr. Celestino Lopes
Cavalheiro, reuniu-se a Direção, Coordenação e Professores do turno da tarde
para tratar dos seguintes assuntos: Indisciplina.

- vídeo - Gestão da Sala de aula - Celso Vasconcelos.
Roda de conversa com discussão sobre o
Tema.

Eu, Vania Seeger lavrei a presente ata, que vai
assinada por todos os presentes. São Gabriel, 09 de Setembro de 2014.

Rudrara T. Guedes, Julia Bruno, Maximino Zemolin, Helmarcelo, Janey Lopes
Janina,

ANEXO I – Ata de reunião de pais com roda de conversa com os responsáveis do PROERD e Ata de reunião com professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental e equipe diretiva com os responsáveis do PROERD.

Ata nº 2 / 2014

Nos dezesseis dias do mês de novembro de dois mil e quatorze realizou-se uma reunião de Pais com os alunos do 1º ao 5º Anos com os responsáveis pelo PROERD nas Escolas Sargento Ivan Rodrigues e o soldado Jacobson às 13:30, no qual foi abordado o assunto ECA onde foram realizadas uma roda de conversa entre os participantes. A reunião teve como objetivo maior discutir as relações interpessoais na escola o qual aborda o tema da indisciplina escolar. Nada a mais havendo a constar lavro e assinado a presente ata que será assinada por mim e pelos demais presentes. São Gabriel, 18 de novembro de 2014.

Aldaídia Teixeira, Fernando Aguiar, Daiane Nunes, Fatima Bieles Porto.

Dayse da Silveira, Alheid, Elionara Gomes Machado

Zenilda Tadeu de Freitas, Derk A. do Couto

Cláudio Yogi, Renata B. Müller, Claudis Pereira Koitelto

Proxeni Codevile, Tarcis O.B. Cavaleiro, Leoni Teresinha Silva da Costa

Rosângela Albuquerque, Pauli Borges Kelling, Luciana Vellozo, Paul Teires

Sandra Moreira, Carmem Lúcia da Rosa, Hugo Bieles Porto

Battember, Gleivio Silveira, Ester Carvalho, Maristela G. F. F. F. F.

Sabranes Rodrigues, Simone Li Bruma Sara

Anelise M. Galvão

Ata nº 3 / 2014

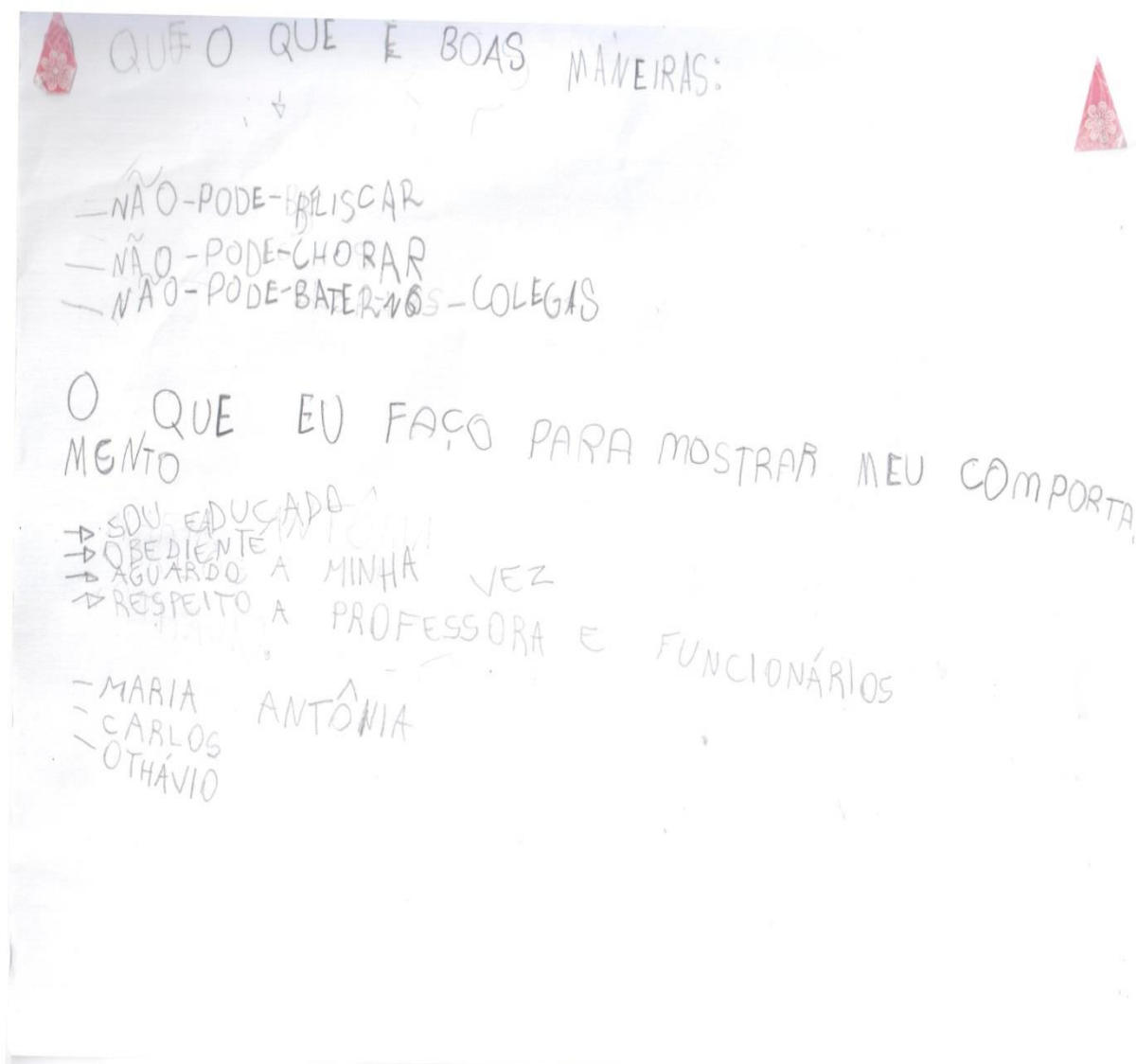
Nos nove dias do mês de dezembro de dois mil e quatorze realizou-se nesta escola no turno da tarde com os professores de 1º ao 5º anos e equipe diretiva, uma reunião na sala digital com o Sargento Ivan Rodrigues abordando o tema ECA, onde foram encerradas as atividades deste ano entre os participantes.

A reunião teve como objetivo discutir as relações interpessoais na escola o qual aborda o tema da indisciplina escolar. Nada a mais havendo a constar lavro e assinado a presente ata que será assinada por mim e pelos demais presentes. São Gabriel, 9 de dezembro de 2014.

Aldaídia Teixeira, Fernando Aguiar, Daiane Nunes, Fatima Bieles Porto.

Cláudio Yogi, Renata B. Müller, Claudis Pereira Koitelto

ANEXO K – Normas escritas por alunos de 1º ano.



Fonte: alunos do 1º ano – (Maria Antonia, Carlos e Otávio).

ANEXO L - Normas escritas por alunas de 1º ano.

O QUE É BOAS MANEIRAS:
NÃO PODE COGAR LIXO NA NO CHUVA
NÃO PODE GRI, NÃO GRITAR NA AULA
O QUE EU FAÇO PARA MOSTRAR COMPORTAMENTO.
SOU EDUCADO
EMANUELE
MARIA-LUISA

Fonte: Alunas do 1º ano (Emanuelle e Maria Luísa).

ANEXO M - Normas escritas por aluna do 1º ano.

O QUE É BOAS MANEIRAS
- NÃO BRITAR
- NÃO CHORAR
- NÃO AOCORRER

ALESSANDRA

- SOU EDUCADO
- OBEDELENTE
- AGUARDO A MINHA VEZ FUNCIONÁRIOS
- RESPEITO A PROFESSORA E FUNCIONÁRIOS

Fonte: Aluna do 1º ano (Alessandra).

ANEXO N - Aluno do 1º ano.

O QUE FIZ BOAS MANEIRAS:

- NÃO GRITAR - NÃO NA FILA - NÃO BATER NO COL

JOSÉ ESTEVAN

EGA
NÃO C
HO
RA
R SEM



O QUE EU FAÇO PARA MOSTRAR

- SOU EDUCADO
- OBEDEIENTE
- AGUARDO ANIMAZOES
- RESPEITO A PROFESSORIA

MOTIV
MOSTR
TRAR
MEU
COMPO
RTAMEN
TO
E FUJA
RIOS

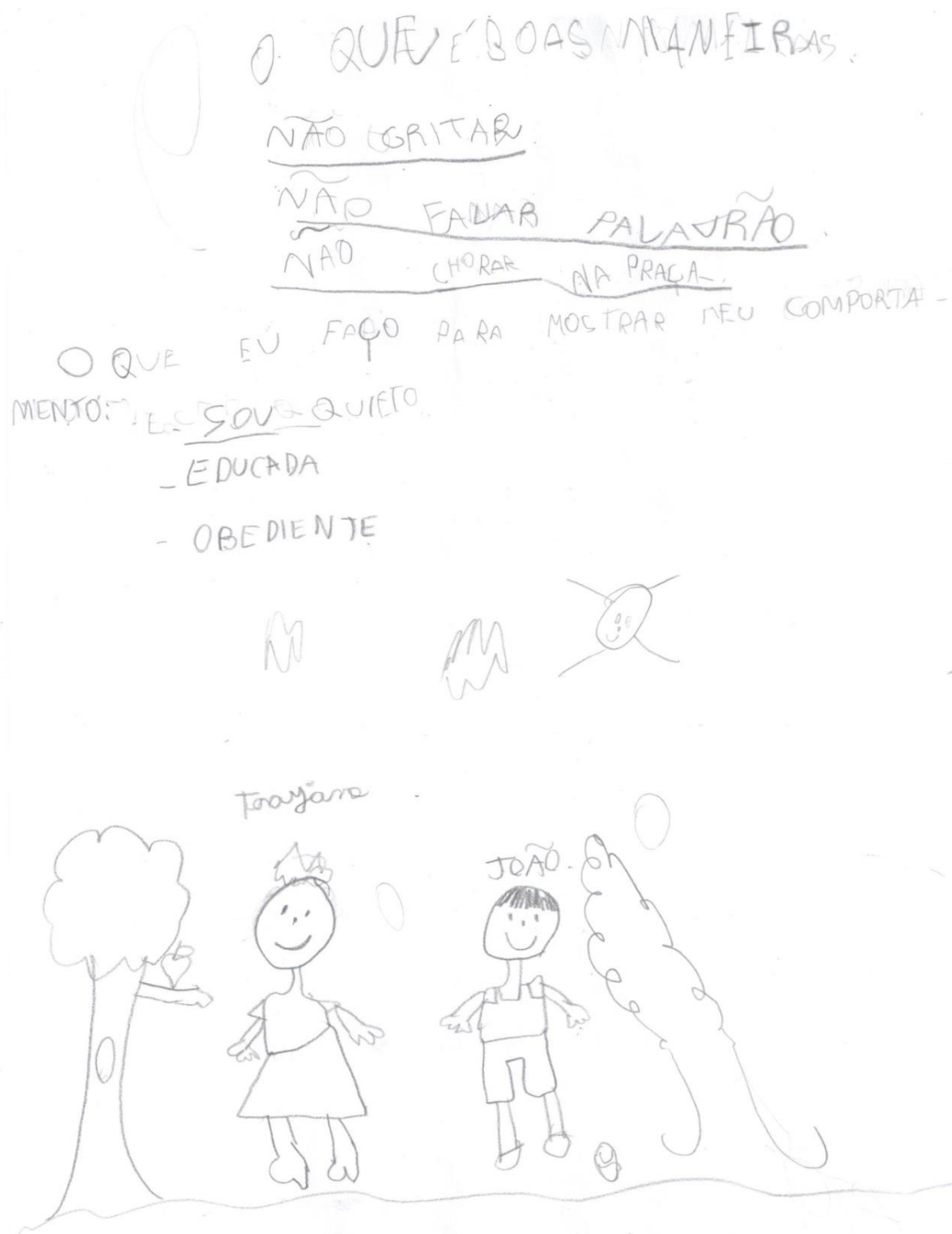


ANEXO O - Alunas do 1º ano. Sem identificação.

O QUE É BOAS MANEIRAS
 - NÃO PALAVRÃO
 - NÃO BRIGAR
 - NÃO BOTAR LÁPIS NO NARIZ
 - NÃO EU EU EU FAZENDO
 MEU COMPORTAMENTO PARA MOSTRAR
 - SOU EDUCADO NÃO
 - O DENTE
 - AGUARDA A MINHA VEZ
 - RESPEITO A PROFESSORA E
 FUNCIONÁRIOS

Fonte: Alunas do 1º ano. Sem identificação.

ANEXO P - Normas escritas por alunos de 1º ano



Fonte: Aluna do 1º ano (Tayana)

ANEXO Q - 14 ANEXO DETEXTOS - trabalhado com os alunos do 3º ano

Para ler e reler

O MENINO E O LOBO



O MENINO ESTAVA CUIDANDO DAS OVELHAS QUANDO COMEÇOU A GRITAR:
— LOBO! LOBO! SOCORRO!



OS MORADORES DA VILA FORAM AJUDÁ-LO, MAS VIRAM QUE ERA MENTIRA.



O MENINO REPETIU ESSA MENTIRA VÁRIAS VEZES, ENGANANDO OS CAMPONESES.



CERTO DIA, O MENINO GRITOU PEDINDO AJUDA DE VERDADE, MAS OS CAMPONESES NÃO ACREDITAVAM MAIS NELE E NÃO O AJUDARAM. ENTÃO, O LOBO COMEU TODO O REBANHO.

ANEXO R - Texto trabalhado com os alunos do 3º ano**O urso e os viajantes**

Dois viajantes encontraram um urso na estrada.

O primeiro subiu numa árvore e se escondeu.

O outro, apavorado, resolveu se jogar no chão e se fingir de morto. O animal chegou perto, cheirou as orelhas dele e foi embora. (Dizem que um urso não mexe com quem está morto.) O que estava na árvore desceu e perguntou ao companheiro o que é que o urso tinha cochichado.

— Ele me disse para não viajar mais com quem abandona os amigos na hora do perigo.

O livro das virtudes, William J. Bennett, Nova Fronteira.

Fonte: https://www.google.com.br/?gws_rd=ssl#q=fabula+-+o+urso+e+os+viajantes

ANEXO S - Texto trabalhado com os alunos do 3º ano.

Palavrinhas mágicas

Por favor, obrigado, com licença e desculpe-me

Essas palavrinhas moram na boca de todo o mundo. Só que às vezes nos esquecemos delas. Mas elas precisam ser usadas, e é sempre bom tê-las na ponta da língua. As coisas podem ser muito mais agradáveis quando elas participam do nosso dia.

Por isso, você pode e deve usá-las sempre. Por exemplo, quando estiver tomando café e quiser um pouco de manteiga, experimente dizer:



Quando abordar alguém na rua para saber as horas ou pedir uma informação, não se esqueça de dizer:



Se estiver andando por uma calçada e esbarrar em alguém, não se esqueça de dizer:



Se for entrar em algum lugar, que tal dizer:

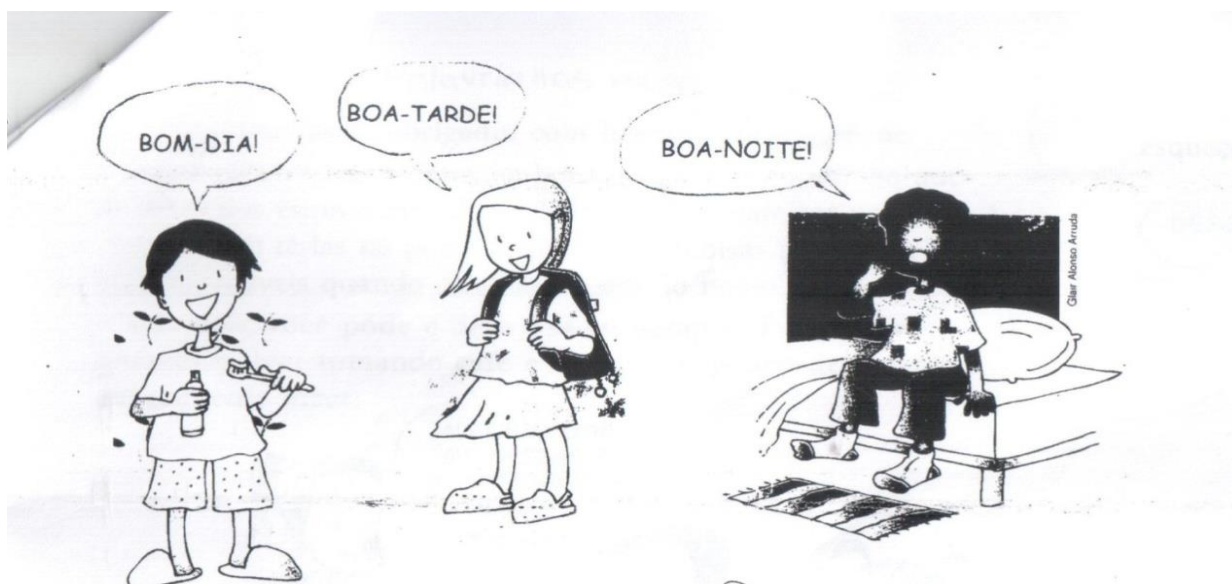


Bom-dia! Boa-tarde! Boa-noite!

Eis mais três palavrinhas mágicas. Use-as sempre acompanhadas de um sorriso. Isso nos torna mais simpáticos e respeitados. Cumprimentar as pessoas é sempre indispensável e sinal de educação. [...]

Fonte: CAMPENEDA, Isabella Pessoa de Melo. **Porta aberta letramento e Alfabetização** – 3º ano. Angiolina Dinamico Bragança. São Paulo: FTD 2011, p. 11-13.

ANEXO T - Texto trabalhado com os alunos do 3º ano.



Abordar - No texto quer dizer "aproximar-se de alguém".



Na escola

[...] A escola é importante porque é nela que aprendemos grande parte daquilo que nos será útil e nos ajudará a viver neste mundo. Portanto, também na escola devemos mostrar que somos educados, atenciosos e respeitosos. [...]

Quando o professor entrar na sala de aula, fique atento e não converse. Preste atenção quando ele estiver falando.

Você pode e deve fazer perguntas sobre o que não estiver entendendo. Mas espere a hora certa para isso. Levante o braço e peça licença antes de falar. [...]

Suzana Doblinski e Albertina Ruiz.
Não fale de boca cheia – e outras dicas de etiqueta para crianças.
 São Paulo: Mundo Cristão, 2001. p. 16 e 25-6.



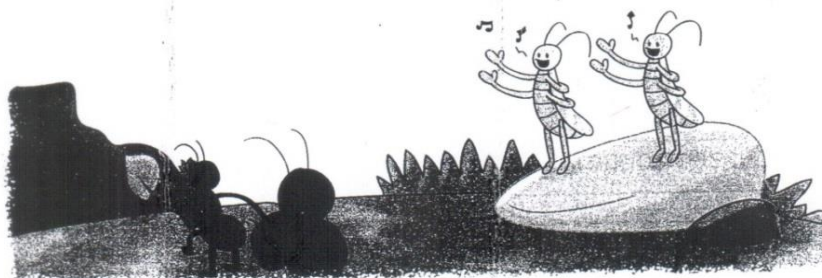
Fonte: CAMPENEDA, Isabella Pessoa de Melo. **Porta aberta letramento e Alfabetização** – 3º ano. Angiolina Dinamico Bragança. São Paulo: FTD, 2011.

ANEXO U -Texto trabalhado com os alunos do 3º ano.

A cigarra e a formiga

Jean de La Fontaine

Tendo a Cigarra cantado
durante todo o verão
viu-se ao chegar o inverno
sem nenhuma provisão.



Foi à casa da Formiga,
sua vizinha, e então
lhe disse: – Querida amiga,
podia emprestar-me um grão
que seja, de arroz,
de farinha ou de feijão?
Estou morrendo de fome.



– Faz tempo então que não come? –
lhe perguntou a Formiga,
avara de profissão.
– Faz.
– E o que fez a senhora
durante todo o verão?
– Eu cantei – disse a Cigarra.
– Cantou, é? Pois dança, agora!

• LA FONTAINE, Jean de. *Fábulas*. Tradução de Ferreira Gullar. Rio de Janeiro: Revan, 2002. p. 10.

ANEXO V – Registros da professora do 3º ano

Escola Estadual de Educação Básica Dr. Celestino Lopes Cavalheiro

Algumas atividades propostas para a turma do 3º Ano visando melhorar atitudes de indisciplina de alguns alunos na sala de aula e na escola, que influenciam no andamento e na aprendizagem da turma.

- atividades com textos, principalmente fábulas, salientando atitudes certas e erradas frente aos seus semelhantes que podem prejudicar ou ferir de alguma maneira os mesmos.
- atividades recreativas na quadra da escola e na praça onde os mesmos brincam ou jogam em equipes para que aprendam a respeitar e conviver com seus colegas, salientando sempre que todos somos diferentes e que devemos dar a oportunidade para que todos joguem e brinquem, esperando sua vez de participar.
- atividades com jogos na sala de aula dividindo a turma em equipes das meninas e meninos oportunizando competições sadias para que aprendam a ganhar e perder numa convivência pacífica e a importância de auxiliar os colegas que tem mais dificuldade para que estes façam parte do grupo e se sintam integrados na turma.
- diálogo constante em todas as oportunidades que surgem visando diminuir agressões e bullying, fazendo os mesmos perceberem que

São Gabriel – RS

Fonte: professora do 3º ano (2014).

ANEXO X- Registros da professora do 3º ano

Escola Estadual de Educação de Educação Básica Dr. Celestino Lopes Cavalheiro

todos temos os mesmos direitos e deveres dentro da escola.

• diálogo constante referente às normas da escola, reforçando que as mesmas devem ser seguidas para que haja uma melhor organização da escola, divulgando que os pais assinaram as normas no momento da rematricula e da matrícula escolar.

• atividades com filmes que propõe a união dos personagens (exemplo Animais Iludidos, Tô de férias, etc) para conseguir resolver um problema e atingir seus objetivos, salientando a importância da união entre as pessoas para que haja uma sociedade mais justa e correta para todos.

• baile a fantasia com confraternização, enfocando a importância de divertir-se sem agredir o próximo e partilhando com o colega o lanche que trouxe, como forma de incentivar a troca e partilha, notando que o individualismo e o egoísmo podem ser prejudiciais para si e consequentemente para seus colegas.

• trabalho em conjunto com a supervisão e direção da escola frisando sempre a importância de se ter uma convivência cordial e respeitosa, obedecendo as normas

São Gabriel RS

ANEXO Z- Registros da professora do 3º ano.

Escola Estadual de Educação Básica Dr. Celestino Lopes Cavalheiro

da escola sabendo de nossos direitos e deveres para que haja um ambiente mais propício para a aprendizagem e para seu crescimento pessoal.

- levar ao conhecimento dos pais os fatos que não estão de acordo com o ambiente escolar para que em parceria com a escola sejam resolvidos os atos de indisciplina cometidos por esses alunos.

Fonte: professora do 3º ano (2014).

ANEXO Z1



Fonte: alunos do 2º ano